

Tania Risério d'Almeida Gandon

PORTUGUESES NA  
BAHIA NA SEGUNDA  
METADE DO SÉC. XIX  
EMIGRAÇÃO E COMÉRCIO



EDUNEB

**PORTUGUESES NA  
BAHIA NA SEGUNDA  
METADE DO SÉC. XIX**

**EMIGRAÇÃO E COMÉRCIO**



**Universidade do Estado da Bahia - UNEB**

Lourivaldo Valentim da Silva  
Reitor

Amélia Tereza Santa Rosa Maraux  
Vice-Reitora

Maria Nadja Nunes Bittencourt  
Diretora da Editora

Conselho Editorial

Delcele Mascarenhas Queiroz  
José Cláudio Rocha  
Josemar Rodrigues de Souza  
Márcia Rios da Silva  
Maria Edesina Aguiar  
Mônica Moreira de Oliveira Torres  
Wilson Roberto de Mattos  
Yara Dulce Bandeira Ataíde

Suplentes

Kiyoko Abe Sandes  
Liana Gonçalves Pontes Sodré  
Lynn Rosalina Gama Alves  
Ronalda Barreto Silva

**TANIA RISÉRIO d'ALMEIDA GANDON**

**PORTUGUESES NA  
BAHIA NA SEGUNDA  
METADE DO SÉC. XIX  
EMIGRAÇÃO E COMÉRCIO**

**EDUNEB**

**SALVADOR – BA  
2010**

© 2010 Cedido a Editora da Universidade do Estado da Bahia - EDUNEB para esta edição

Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional

Impresso no Brasil 2010.

### Ficha Técnica

Projeto Gráfico

**Geraldo Jesuíno**

Coordenação Editorial

**Sidney Santos Silva**

Revisão Linguística

**Maria Nadja Nunes Bittencourt**

Revisão de Arquivo

**Carla Honorato**

Diagramação

**ESB - Serviços Gráficos**

Digitalização

**Thiago Oliveira Cavalcante**

Apoio:

**Consulado de Portugal na Bahia**

**Associação Comercial da Bahia**

### Ficha Catalográfica - Sistema de Bibliotecas da UNEB

Gandon, Tania Risério d'Almeida

Portugueses na Bahia na segunda metade do séc.,XIX: emigração e comércio / Tania Risério d'Almeida Gandon . - Salvador : EDUNEB, 2010.  
210p.

ISBN: 978-85-7887-073-7.

1. Portugueses - Bahia – História I. 2. Emigração portuguesa - Bahia - História .  
Titulo.

CDD: 981.05



Esta Editora é filiada à  
**ABEU**  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS



Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB

Av. Jorge Amado, s/nº - Boca do Rio – Salvador – Bahia – Brasil

CEP: 41.710-050 – (71) 3371-0107 / 0148 – R. 204

editora@listas.uneb.br

www.uneb.br

**PORTUGUESES NA  
BAHIA NA SEGUNDA  
METADE DO SÉC. XIX  
EMIGRAÇÃO E COMÉRCIO**

## PREFÁCIO

Durante toda a segunda metade do século XIX, a presença portuguesa na Bahia reveste-se de grande importância, e isto, de várias perspectivas. Significou, por um lado, a presença local de uma comunidade estável e dinâmica, que promovia a economia baiana ao mesmo tempo em que a internacionalizava. Permitiu, também, a vinda para a Bahia de recursos populacionais jovens e ativos, que encontravam à sua espera um enquadramento social de apoio que os defendia de precariedades e necessidades e, simultaneamente, viabilizava uma sua rápida ascensão de acordo com o seu valor. Implicou, por fim, o que de grande destaque se reveste, que Bahia e Portugal, o Brasil e o Reino a que estivera unido, mantivessem uma forte ligação, econômica, social, cultural, que os rumos então dispersos das respectivas políticas externas portuguesas e brasileiras podiam não estar em condições de criar.

Para a Bahia, continuaram a vir, nesse período, constantes camadas de jovens portugueses, muitos deles do sexo masculino, que aqui encontravam uma terra generosa e rica, falando a mesma Língua e com afinidades culturais que tornavam muito fácil e mais gostosa a sua integração. Na Bahia, em Salvador, dispunham de uma Sociedade de Beneficência, que depois criou um Hospital; possuía a vantagem de uma instituição de grande destaque cultural, como o Gabinete Português de Leitura; tinha, até, o apoio oficial de um Consulado, porventura o que agora é a mais antiga entidade consular portuguesa do Brasil.

Em Salvador e na Bahia, o empreendedorismo lusitano, beneficiando de uma sociedade livre de peias e limitações que não aquelas do mérito, diferente da Europa de então, cresceu e foi bem acolhido, deixando marcas em empresas e firmas que ainda perduram, incentivando marcos técnicos e de desenvolvimento tão visíveis e evidentes como o Elevador Lacerda.

Aqui, muitos portugueses se instalaram, criaram família e fortuna, viram os seus filhos inserir-se na comunidade local, tornarem-se mais baianos, mais envolvidos na vida social, econômica, e até na política. Criaram tradições, que perduram na Bahia, mesmo que de forma inconsciente, até aos dias de hoje. Foi um bocadinho de Portugal que aqui ficou, mesclado, dissolvido, mas perene, sendo também um pouco ou muito de “baianidade” que se ligou à cultura portuguesa, moldando-a, adoçando-a, deixando, como efeito, o Brasil e a Bahia mais conhecidos em Portugal e do outro lado do Atlântico.

Trata-se de uma memória preciosa, de uma épica luso-baiana que mereceria, por si só, ser cultivada e homenageada, mas cuja conservação pode contribuir de um modo tão válido e relevante para os laços, mesmo que contemporâneos, entre Portugal e o Brasil. A percepção do passado é um impulsionador do sentido que queremos dar ao nosso futuro.

No entanto, infelizmente, nem sempre essa recordação foi guardada como um bem valioso. Em Portugal, muitas vezes a emigração, tão importante para a nossa História, tem sido tratada apenas nos seus aspectos mais globais e genéricos, delimitando o seu estudo ao fenômeno em si, sem atender a especificidades que permitiriam entender aquilo que de tão importante ela também causou: as ligações entre povos e suas implicações recíprocas entre diversos tipos de sociedades e comunidades.

Na verdade, a emigração portuguesa reveste-se, ao longo das décadas, de matizes muito diversos, e são diversas as suas formas de concretização e evolução, inclusive, nas várias regiões do Brasil. É isso que nos mostra a Professora Tania Risério d’Almeida Gandon, na sua obra, fruto de uma tese acadêmica há anos publicada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa.

Com dedicação, inspiração e aplicação, com um verdadeiro espírito científico, Tania Gandon consegue dar substrato e rigor documental ao que muitas vezes eram só ideias vagas e até imaginadas desse período importante do relacionamento entre Portugal e a Bahia. Por outro lado, o seu empenho permite-lhe dar vida a documentos, a estatísticas e registros oficiais, com

proficiência armazenados diariamente em arquivos consulares, dando-lhes o sentido comunitário e existencial de um grupo que constrói a sua História.

Estudos e números econômicos, dados comerciais, cruzam-se com nomes inscritos em papéis antigos, tornando-os gente, homens e mulheres, famílias que se sucedem no tempo. Solenes e secos registros ganham vida e contam a sua história: dos feitos, conquistas, ou mesmo fracassos, daqueles que nomeiam.

É uma História nova e renovada que sai dos arquivos e visa preencher e dar densidade vital a um período concreto do tempo e a uma área do espaço passados. Por isso, podemos estar gratos a Tania Gandon.

Faltava trazer para a Bahia essa obra, esgotada há tempo e não divulgada devidamente no Brasil. É o que pretende esta segunda (e baiana) edição da obra, possível graças à iniciativa oportuna e generosa do Dr. Eduardo Morais de Castro, Presidente da já quase bicentenária Associação Comercial da Bahia, Amigo e personalidade ímpar de baiano, brasileiro e português. Gostava também de nomear, a esse propósito, o Magnífico Reitor da Universidade do Estado da Bahia, Professor Lourivaldo Valentim da Silva, com quem tive tantas vezes a oportunidade de conviver e de colaborar durante estes anos na Bahia. A ele se deve, também, a possibilidade de concretizar este projeto, bem como à Maria Nadja Nunes Bittencourt, Diretora da Editora da Universidade do Estado da Bahia.

A todos gostava de deixar a minha homenagem e admiração por esta iniciativa, que aproxima do povo baiano, e de todos nós, um importante pedaço da nossa História, com reflexos importantes na consciência que temos de nós mesmos, de Portugal e da Bahia.

João Paulo Marques Sabido Costa  
Cônsul-Geral de Portugal na Bahia.

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho não poderia ser realizado sem a ajuda de muita gente, em especial: Katia de Queirós Mattoso, orientadora e grande incentivadora; Ubiratan Castro Araújo, co-orientador e inspirador; Prof. Agostinho-da Silva, Dr. Mário Neves, Dr. José Blanco, Dr. Fer-rand de Almeida, Dr. Alberto Venâncio Filho, Prof. Pedro Agostinho da Silva, Prof. Consuelo Ponde de Senna, que se empenharam pessoalmente para tornar possível a pesquisa em Portugal; João Paulo Penido Monteiro, Luís Fernando Cardeal de Sousa, Jaime Godinho, e Telma Simões, que elaboraram o programa do computador, e amigos como meu (pai, Ode Gálio, Maria Antonieta Tourinho, Henrique Lyra, Rita de Cássia Rosado, Lais Bittencourt, João José Reis, Cid Teixeira, Eugénia Nery, Prof. Joel Serrão, Maria de Lourdes Ribeiro, Manuca e Teresa, que de várias formas, muito próprias, deram a maior força para a continuidade do trabalho.

Saliento a importância para este trabalho da bolsa especial que me foi concedida pela Fundação Calouste Gulbenkian para a pesquisa em Lisboa, e do respaldo do Centro de Estudos Baianos.

Importante também foi o auxílio dado pela Associação Comercial da Bahia e Federação das Indústrias da Bahia para serviços necessários à elaboração da dissertação de Mestrado.

### **A TODOS OS MEUS MAIS SINCEROS AGRADECIMENTOS**

A Anna, Maria e Tomás, filhos queridos, todo o meu amor por terem compreendido...

P.S. Quase quatro anos após tê-lo escrito, é com enorme prazer que vejo meu trabalho publicado pelo Centro de Estudos da Secretaria de Estado da Emigração, entidade que merece o maior respeito pelas atividades que vem desenvolvendo e à qual fico imensamente grata.

Sinto-me, nervosa nervosíssima.  
Preocupada a todo o momento  
São as almas portuguesas  
Que vejo no testamento.

Deixo a fulano 1 mil réis  
A sicrano uma pataca  
Isso na minha cabeça  
É pior que uma matraca.

Famílias que já se foram  
Legado que virou pó  
Atrapalhando minha neta  
Que chegou a me fazer dó.

Um legou a sua sogra  
A fortuna de 1 vintém  
Ela ainda agradeceu  
E rezou, dizendo amém.

Só existe um paliativo  
Para não ficar maluca  
Uma prosa ao meio dia  
Com a colega Tutuca.

Não fique zangada comigo  
Taninha, isto é brincadeira  
Fique com seus fantasmas  
Guarde as traças e a poeira.

Dedico este trabalho à autora dos versos,  
minha querida vó Elza

## SUMÁRIO

<b>Algumas palavras sobre uma segunda edição</b>	17
<b>Apresentação à primeira edição</b>	21
<b>AVENTURA DE PESQUISA</b>	23
Questões iniciais	23
Estrutura do estudo	26
Fontes utilizadas	28
Bibliografia	28
Fontes primárias	30
Os testamentos	31
Habilitações	34
<b>VIDA ECONÔMICA DA BAHIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX</b>	37
<b>EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL: DOIS MODELOS</b>	51
<b>IMIGRANTES PORTUGUESES NA BAHIA</b>	73
Características de emigração lusa para Salvador	90
Solidariedade e exploração entre imigrantes portugueses	107
<b>OPORTUNIDADES PARA OS PORTUGUESES NO COMÉRCIO BAIANO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX</b>	107
A tradição comercial portuguesa na Bahia: sem significado e sua permanência ameaçada	107

Navegar é preciso	120
Novas possibilidades	132
<b>Fortunas portuguesas na Bahia</b>	<b>146</b>
<b>PORTUGUESES BAIANOS</b>	<b>171</b>
<b>FONTES CONSULTADAS</b>	<b>179</b>
Documentos manuscritos	179
Documentos impressos	181
Bibliografias	182
Documentos orais	190
<b>ANEXOS</b>	<b>191</b>
Modelo de ficha de coleta de dados de testamentos	193
Modelo de ficha de coleta dos dados das habilitações	197

## **ALGUMAS PALAVRAS SOBRE UMA SEGUNDA EDIÇÃO**

O passado se faz presente com a reedição deste livro. A decisão de deixá-lo exatamente como foi escrito, é uma questão de memória. Esta dissertação de mestrado data do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 e creio que testemunha sobre a época em que foi escrita. Época em que Katia de Queirós Mattoso — ou melhor, Dona Katia — formava os alunos de história através da prática de pesquisa rigorosa no Arquivo Público Estadual da Bahia, cuja documentação ela também organizava. Nesse tempo, o Professor Agostinho da Silva viajava pelo mundo incentivando estudantes a realizar os trabalhos dos seus sonhos. E foi assim que acabei chegando a Lisboa para desencaixotar e microfilmear parte da documentação sobre o século XIX que o Consulado Português da Bahia havia enviado para o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Os muros de Lisboa ainda ecoavam dizeres da Revolução dos Cravos, quando lá estive pesquisando. Já no Brasil, as universidades sofriam muito com o regime ditatorial e, como uma forma de resistência, os estudantes apegavam-se à leitura de Karl Marx. Era politicamente correto ser teórico, “encaixar” questões e conclusões de um trabalho de pesquisa num esquema estrutural. Onde encontrar uma teoria da história logicamente coerente senão nas propostas marxistas?

Dona Katia clamava, no entanto, que um historiador necessita de dados precisos e abundantes antes de se propor a teorizar no vazio documental. Nesta dissertação de mestrado, que ela orientou, procurei equilibrar o campo teórico e a prática de arquivo. Há neste estudo um enorme trabalho de quantificação de dados seriais, que exigiu inúmeras horas dedicadas ao levantamento e à análise de documentos e bibliografia. Possivelmente esta é a maior contribuição que este livro aporta às novas gerações.

O resultado do trabalho é datado e reflete um determinado contexto social e uma conjuntura política específica. Socialmente, na época, eu era tachada de “burguesa” por grande parte de meus colegas e de “revolucionária” por muitos dos meus parentes. Nada de muito original, pois estava longe de ser a única a viver neste impasse. Continuo a pensar até hoje que Marx foi um dos grandes pensadores e atores históricos do século XX; a leitura de vários de seus livros e textos abriu novos horizontes à minha visão de mundo. Confesso, porém, que foram muitas das reflexões de meu pai, diretor de uma grande indústria têxtil da Bahia, que me fizeram compreender a mentalidade empresarial baiana, marcada pela lógica comercial e especulativa. Ele conhecia o meio no qual atuava.

As histórias de família levaram-me também a me apaixonar pela questão da imigração portuguesa, pois meu avô, pai de meu pai, era português e teria provavelmente permanecido como caixeiro se não tivesse casado com minha avó, filha única de um empresário. Por outro lado, minha avó materna era descendente de um imigrante vindo da ilha dos Açores que fez uma fortuna colossal na Bahia do século XIX, voltando a morar em Portugal no fim da vida.

O distanciamento temporal permite uma visão mais crítica de um trabalho concluído. Dei-lhe uma conotação de história econômica enfocando, sobretudo, o grupo dos imigrantes que tiveram uma atuação de destaque na praça comercial de Salvador. Devo dizer, porém, que na sociedade baiana, no período analisado, a mentalidade empresarial de comerciantes e industriais, assim como as relações entre patrões e empregados não eram, em linhas gerais, exclusivas dos portugueses, embora refletisse a experiência colonial. Poderia, aliás, ter aprofundado o estudo do caráter corporativo da comunidade lusa na Bahia, suas contradições internas e suas estratégias de integração à realidade brasileira. Hoje eu me inclinaria mais a fazer um trabalho sobre a história social dos imigrantes, seu imaginário, suas representações. Os dados recolhidos nos testamentos prestam-se a tais questões e estes são temas da atualidade.

É sempre possível fazer mais e melhor do que se fez. É difícil, por exemplo, admitir o meu próprio silêncio sobre as mulheres nesta pesquisa. Ao discorrer sobre as “habilitações”, inscrições de imigrantes no consulado português indiquei que relegara as 115 inscrições femininas (num total de 8.942 habilitações) para um estudo posterior. Mencionei também que pouquíssimos testamentos de mulheres portuguesas foram registrados nos livros da secção judiciária do Arquivo Público Estadual da Bahia no período estudado. Altamente significativos estes fatos poderiam, pelo menos, ter sido destacados com mais ênfase. Pode-se considerar a minha escolha em descartar as mulheres do cenário estudado como algo que se liga ao contexto da época em que escrevi este meu primeiro trabalho como historiadora. Tinha muito pouco conhecimento então da chamada história das mulheres, que apenas debutava no mundo da historiografia como uma reação ao enfoque machista habitual.

Os tempos mudaram e eu também mudei. Tenho me dedicado preferencialmente a pesquisas com fontes orais, uma forma mais viva de fazer história na dinâmica do encontro com o outro. Procurando compreender o conceito de “raiz”, termo recorrente nas entrevistas com pessoas que testemunham sobre uma identidade compartilhada coletivamente, meu interesse agora são os chamados estudos culturais. Voltei a adotar o sobrenome dos meus pais: Risério d’Almeida, acrescido de Gandon, do meu marido francês. Meus filhos guardam o sobrenome Penido Monteiro, que era o meu quando mergulhei na aventura desta história.

Brasileiros de “raiz” temos todos, atualmente, a cidadania portuguesa.

Tania Gandon  
Provence, julho 2010

## APRESENTAÇÃO À PRIMEIRA EDIÇÃO

O fenômeno migratório tem acompanhado a História de Portugal.

Ao longo dos tempos, os portugueses têm emigrado para os mais diversificados destinos, levando consigo um modo de pensar, uma língua e uma cultura que, apesar da distância geográfica e da sua tão conhecida facilidade de adaptação a novos meios e conhecimentos, lhes permitiu manter a sua identidade cultural e erguer por todo o lado comunidades autenticamente portuguesas.

Na preservação da portugalidade não devem ficar esquecidas algumas das suas componentes mais relevantes: aquelas que correspondem ao património do pensamento, das tradições, dos costumes, dos ritos e das formas artísticas que se desenvolveram e estão a desenvolver na emigração e nas comunidades portuguesas. Com efeito, por seu intermédio não só se possibilitará a todos um melhor conhecimento do fenómeno migratório nos seus múltiplos aspectos, como também se facultará em particular aos jovens migrantes, muitas vezes em busca da sua identidade cultural, social e histórica, um encontro com a cultura e tradições dos seus antepassados.

As questões que se prendem com a emigração dos portugueses e as comunidades por eles formadas no estrangeiro constituem, ainda hoje, matéria cujo estudo é urgente aprofundar.

Correspondendo à importância que na sociedade portuguesa adquire o fenómeno da emigração, a secretária de Estado da Emigração Dra. Maria Manuela Aguiar determinou a criação de um Centro de Estudos que tem como objectivos por um lado estimular o interesse de investigadores para trabalhos de pesquisa que tratem aquela matéria, com base em dados científicos devidamente classificados e por outro lado, através de um Fundo Documental e Iconográfico, proceder à inventariação e conservação do património histórico e cultural ligado à Emigração e às Comunidades Portuguesas.

O trabalho da Dra. Tania Penido Monteiro, dissertação submetida ao colegiado do curso de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade da Bahia para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, foi apresentado no último Seminário de Verão que se realizou no Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro (IUTAD) mereceu, pela sua importância, esta publicação.

Porto, Agosto de 1985.

Maria da Graça Sousa Guedes  
Directora do Centro de Estudos

# AVENTURA DE PESQUISA

## Questões Iniciais

A economia do Brasil colônia surgiu no bojo da expansão europeia em fase pré-capitalista, ou de “acumulação primitiva”, quando uma série de práticas, apoiadas na coação extra-econômica, permitia a apropriação de excedentes sociais por minorias. A formação de fortunas através dos monopólios e das “pilhagens são episódios deste período, tendo o capital comercial, respaldado em exclusivismo propiciados pelos “pactos coloniais”, exercido um papel chave na redistribuição do excedente de sociedade distante mediante grandes lucros.

As relações sociais de produção nesta colônia dependiam do saque realizado nas Costas d’África onde o instrumento de produção era diretamente roubado na pessoa do escravo<sup>1</sup>. O sistema escravista colonial brasileiro reforçava portanto a autonomia relativa do capital comercial e o seu papel como acumulador de riqueza. Como o caráter da produção é que determina os limites da autonomia do processo de circulação, as transformações que se processavam no século XIX na área produtiva internacional e local reduziam a independência do capital mercantil, subordinando-o ao processo “normal” de acumulação do sistema capitalista, que é a produção de mais-valia extraída da mão-de-obra assalariada), “sua apropriação, pelos capitalistas e a conversão de boa parte desta em capital adicional”. (SWEEZY, 1977, p.10)

---

<sup>1</sup> “Quando se rouba o escravo, rouba-se diretamente o instrumento de produção. Mas é preciso que a produção do país, para o qual se roubou, esteja organizada de tal maneira que admita o trabalho dos escravos ou então (como na América do Sul, etc.) é preciso que se crie um modo de produção que corresponda à escravidão”. Karl Marx, “*Introducion*” In: “*Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política*” (borrador) — 1857-1858. Buenos Aires, Sigilo Veintiuno, 1971. pág. 18/19 citado em Gorender, Jacob. “O Escravismo Colonial”. São Paulo, Atica, 1978, pág. 55.

No modo capitalista de produção (capitalismo industrial), o capital comercial torna-se um investimento específico de agentes distintos dos produtores, os quais têm uma função particular na divisão do trabalho. Segundo Marx:

“Na produção capitalista, o capital mercantil deixa a antiga existência soberana para ser um elemento particular do investimento de capital, e o nivelamento dos lucros reduz sua taxa de lucro à média geral. Passa a funcionar como agente do capital produtivo. As condições sociais particulares que se formaram com o desenvolvimento do capital-mercantil deixam de ser determinantes; ao revés, onde ele ainda prevalece, reinam condições arcaicas”. (MARX, 1890, p.377)

Essa reflexão inicial despertou o interesse acerca de questões ligadas à permanência de um grupo de ex-colonizadores, com grande envolvimento em práticas comerciais pré-capitalistas, na economia baiana após 1850, ano da abolição do tráfico escravo. Tornou-se assim o objetivo principal desta pesquisa traçar algumas das características e captar transformações ocorridas no grupo de imigrantes portugueses em Salvador na segunda metade do século XIX.

Retomando afirmações tradicionais de que estes imigrantes dedicaram-se preferencialmente à atividade comercial, e de que o comércio baiano nesta época era comandado pelo grupo português, procurou-se discutir criticamente tais pressupostos, antes de serem abordadas questões ligadas à sobrevivência de um grupo de ex-metropolitanos, numa época de transição da vida socio-econômica baiana em fase de descolonização e de envolvimento, ainda que tímido, na expansão mundial do capitalismo industrial.

De uma maneira geral, devido a um passado colonial recente, as transformações que se vinham processando lentamente na vida socio-econômica brasileira refletiam o movimento europeu, onde expandia-se o modo de produção capitalista. Transformações ocorridas no Brasil nem sempre eram sintomáticas de alterações reais na própria estrutura econômica local, sendo muitas vezes forçadas, ou pelo menos apressadas pelos interesses externos, como no caso da abolição do tráfico escravo. O setor comercial

era possivelmente o mais vulnerável a sofrer modificações ditadas diretamente por tais interesses, principalmente onde o comércio era quase inteiramente dominado por estrangeiros. Teria sido este o caso de Salvador, considerada como a cidade “mais portuguesa do Brasil”? (AZEVEDO, 1969, pág. 187).

Numa observação crítica à vida comercial desta cidade em meados do século XIX, chama atenção o fato de que muitas das inovações da sua praça, não passavam de alterações provocadas pela “modernização” importada ou imposta pela Europa. O motor das mudanças aí era basicamente o impacto externo, que exigia adaptações de práticas econômicas às novas contingências do momento. Não sendo resultantes do nível de amadurecimento endógeno à vida socio-econômica local, tais mudanças não implicavam em verdadeiras transformações, pelo menos a curto prazo.

A dinâmica da atuação do grupo de comerciantes lusos e o grau de influência que estes exerceram no comércio baiano em diferentes momentos da transição, constituem um ângulo onde podem ser captados reflexos do modo pelo qual a atividade comercial baiana tornava-se vulnerável e reagia à modernização e às mudanças, questão que fica implícita ao longo deste estudo.

Acreditando que o tema escolhido contribui para uma maior compreensão tanto do grupo português quanto da história da Bahia, buscou-se esboçar um quadro da atividade econômica dos Lusitanos em Salvador entre 1850 e 1889.

O panorama econômico baiano neste período é apresentado como de crise permanente. A decadência da Província, conforme afirmado em bibliografia sobre o assunto, agrava-se a partir de 1873, data que coincide com a dada por Hobsbawn (1969, p.186) como a do começo de uma nova fase da Revolução Industrial européia<sup>2</sup>. Teria a própria situação de crise na Bahia e de expansão do capitalismo europeu facultado a manutenção de um influente

---

2 “Assim, a Era da Grande Depressão deu início à Era do imperialismo: do imperialismo formal da “repartição da África”, na década de 80; do imperialismo semi-formal de grupos nacionais ou internacionais supervisionando a administração financeira de países fracos; do imperialismo não formal dos investimentos estrangeiros”.

setor de classe português nesta Província, em meados do século passado?

Questões deste tipo se sobrepunham, aguçando o interesse em aprofundar esta pesquisa, levando em conta o modo como o comércio português na Bahia refletia as contradições do capital mercantil numa época de transição. Várias considerações feitas no decorrer deste trabalho procuraram, assim, levantar problemas pouco abordados pela bibliografia sobre a Bahia no século XIX.

### **Estrutura do Estudo**

“Portugueses na Bahia na Segunda Metade do Século XIX — Imigração e Comércio” foi o título escolhido para este trabalho por tratar-se de um estudo sobre a atuação do grupo português na economia baiana, e da imigração responsável pela sua influente participação no comércio de Salvador.

O universo espacial da pesquisa restringiu-se à capital baiana, uma vez que a documentação utilizada indicou que os portugueses concentravam aí as suas atividades, mesmo quando tinham negócios em algumas cidades do Recôncavo como Cachoeira, Santo Amaro, Nazareth das Farinhas, etc.

Os anos de 1850 e 1889 foram escolhidos como balizas cronológicas, em função de ser este um período em que se processava a transição do modo de produção escravista brasileiro em direção ao capitalismo. Estes são anos significativos para a história do país, pois em 1850 a Lei Euzébio de Queirós abolia o tráfico negreiro, e em 1889, um ano após a extinção do trabalho escravo no Brasil, foi proclamada a República.

Em **AVENTURA DE PESQUISA** a situação econômica baiana em 1850, do ponto de vista do Cônsul de Portugal em Salvador foi apresentada através da sua correspondência com o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa. A opinião do Cônsul contrasta com algumas observações sobre o assunto feitas por historiadores baianos mais recentemente. Com dados primários e secundários

foi elaborado um resumo da economia da Província neste período, como pano de fundo para as várias colocações feitas nos capítulos seguintes.

A proposta de **VIDA ECONÔMICA DA BAHIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX** é a de caracterização da emigração portuguesa para o Brasil e dos objetivos a que esta se propunha. Tornou-se essencial um enfoque geral sobre o problema da imigração lusa para este país, uma vez que, dado o desenvolvimento econômico desigual em diferentes regiões brasileiras, a vinda de imigrantes obedecia a interesses diversos.

A caracterização geral do contingente luso na capital baiana entre 1850 e 1889 é o tema central de **EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL: DOIS MODELOS**, no qual ainda abordando o problema da imigração, houve preocupação em se traçar o perfil do modelo mais típico do imigrante português na Bahia, sua ligação com o comércio de Salvador e o tipo de relações de trabalho por ele mantidas.

Em **IMIGRANTES PORTUGUESES NA BAHIA** discorreu-se sobre as oportunidades existentes para os portugueses no comércio baiano. Foram discutidas também questões sobre as razões que lhes permitiam manter o prestígio no comércio local numa fase de descolônização. O conteúdo deste capítulo baseia-se nestas duas indagações fundamentais:

- 1.º É possível caracterizar-se e determinar a abrangência do espaço ocupado pelo imigrante luso na economia baiana?
- 2.º Por que houve espaço no setor de comércio capaz de absorver um contingente significativo de imigrantes portugueses?

A primeira questão pretendeu retomar e discutir a afirmação tradicional de que era eminentemente português o comércio da Bahia, na segunda metade do século XIX. Indagando sobre a posição específica dos portugueses neste setor, tanto no que diz respeito ao tipo de atividades que exerciam como ao tipo de produtos com os quais comerciavam, foram detetados alguns

elementos característicos do comércio português na Bahia e esboçados limites do seu campo de ação. Referências foram feitas também às possibilidades de investimento que existiam para os portugueses fora do setor comercial. O debate sobre as razões da existência de um espaço específico para o português na estrutura econômica soteropolitana desenvolve-se no desenrolar de **OPORTUNIDADES PARA OS PORTUGUESES NO COMÉRCIO BAIANO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.**

Em **FORTUNAS PORTUGUESAS NA BAHIA**, utilizando dados minuciosos de uma série de testamentos de portugueses, muitas das afirmações e questões levantadas anteriormente foram enriquecidas com exemplos que as reforçaram. Pretendeu-se descrever a composição das fortunas lusas na Bahia, que revelam facetas do comportamento econômico e da mentalidade empresarial de influentes investidores da praça.

No decorrer desta pesquisa acompanhou-se também, através de séries documentais, a evolução do contingente português e da sua atuação no comércio de Salvador, relacionando tal evolução à dinâmica da vida econômica baiana no período estudado.

## **FONTES UTILIZADAS**

### **Bibliografia**

O único trabalho especificamente relativo aos portugueses na Bahia é o livro de Mário Augusto da Silva Santos “Comércio Português na Bahia, 1870-1930”, no qual a principal preocupação do autor é fazer uma avaliação do comércio lusitano nesta Província, onde, segundo ele, as grandes fortunas no primeiro século, após a Independência “foram conquistadas por comerciantes e não por proprietários agrícolas”. Muitas das conclusões deste autor foram utilizadas nesta pesquisa, principalmente as referentes à documentação da Junta Comercial do Estado da Bahia, onde eram registradas as principais firmas da cidade.

Estudo recente onde foram trabalhados estes mesmos registros, com a preocupação mais ampla de sistematizar dados sobre a atividade dos diversos grupos influentes no comércio baiano, a publicação referente ao Comércio, que se inclui no projeto “A Inserção da Bahia na Evolução Nacional”, realizado pelo CPE, com volumes publicados pela Secretaria de Planejamento e Tecnologia - SEPLANTEC, também forneceram importantes subsídios para esta pesquisa. Dentre outras constatações, “A Inserção da Bahia na Evolução Nacional, 1.º Etapa, 1850-1889”, aponta para a questão da supremacia das atividades de intermediação comercial e financeira sobre as demais atividades econômicas da Bahia na segunda metade do século XIX.

A bibliografia básica sobre a história da Bahia, neste período, enfatiza este mesmo ponto de vista, como é o caso dos já clássicos “Vida Econômico-Financeira da Bahia”, de Calmon, publicado em 1925; “Traços da História Econômica da Bahia no último Século e Meio” de Almeida, publicado em 1951, o capítulo “A Economia Baiana em torno de 1850” escrito por Azevedo para o livro “História do Banco da Bahia 1858-1958”, e mais recentemente o livro de Mattoso “Bahia: A Cidade do Salvador e Seu Mercado no Século XIX”, (1978). Salvador do século XIX é caracterizada por esta historiadora como uma “cidade por excelência comercial”, cuja vida econômica era dominada pelos grandes comerciantes, “na sua maioria estrangeiros à Bahia”. Tal afirmação é encontrada também na obra do brasilianista Eugene Ridings “*The Bahian Association, 1840-1889: A Pressure Group in an Underdeveloped Area*”, um estudo sobre a situação da Associação Comercial da Bahia desde a sua fundação até a Proclamação da República no Brasil.

Sem se prenderem ao tema comércio baiano, outros importantes trabalhos que contribuem bastante para uma maior compreensão da situação econômica da Bahia Imperial, como os de Braz do Amaral e Luiz Henrique Dias Tavares, etc., subsidiaram largamente esta pesquisa.

Toda a parte referente à emigração, foi respaldada nos livros de Serrão “A Emigração Portuguesa” e “Fontes de Demografia Portuguesa” e no seu artigo “A Emigração Portuguesa para o

Brasil na Segunda Metade do Século XIX”, assim como na obra de Miriam Halphern Pereira “Livre Câmbio e Desenvolvimento Econômico; Portugal na segunda metade do Século XIX”. Trabalhos de estudiosos portugueses mais antigos como Rodrigues de Freitas, Oliveira Martins, Gomes Percheiro, João Evangelhista, etc., também fundamentaram o estudo feito sobre a emigração lusa para o Brasil.

### **Fontes Primárias**

Esta pesquisa foi montada basicamente em vasta documentação primária de arquivos da Bahia, Rio de Janeiro e Lisboa.

Toda a documentação do Consulado Português na Bahia do século XIX, que se encontrava em Salvador até 1977, foi transportada naquele ano para o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Portugal onde ainda não se encontra devidamente classificada.

Graças ao interesse da Fundação Calouste Gulbenkian, do Centro de Estudos Baianos e de algumas pessoas, em especial do Professor Agostinho da Silva e Dr. Mário Neves, após negociações foi possível abrir alguns dos caixotes que continham tal documentação e microfilmar a série de inscrições de imigrantes chamadas “habilitações” além de alguns outros documentos de particular interesse para este estudo. Os microfilmes, conseguidos através de auxílio financeiro fornecido por casas comerciais portuguesas de Salvador, fazem hoje parte do acervo do Centro de Estudos Baianos. Lamentavelmente, todo o resto desta documentação ainda se encontra em Portugal, sem tratamento adequado. Vale chamar atenção para o fato de que toda ela, notadamente a parte referente à correspondência dos cônsules, é de extrema importância para uma maior compreensão da história da Bahia e de Portugal. Não foi possível microfilmar a referida correspondência, continuação da que já se encontra classificada na Torre do Tombo de Lisboa. No entanto, as respostas dos cônsules de Portugal no Brasil aos inquéritos sobre a emigração encontram-se publicados numa

série de livros do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, chamados Livros Brancos.

Juntamente com a publicação do Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa, em 1873 existente na Biblioteca Nacional em Lisboa, os volumes 4 e 18 dos Livros Brancos foram amplamente consultados.

Ainda em Portugal foram pesquisados documentos da Torre do Tombo, consultados almanaques sobre a vida econômica-financeira da Bahia entre 1831 e 1851, classificados no índice dos Documentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

No Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional foram consultados almanaques sobre a vida econômico-financeira da Bahia. Outros documentos pesquisados no Arquivo Nacional, pouco utilizados neste trabalho, mas que se prestam a sua ampliação foram os registros de passageiros portugueses de várias Províncias na Polícia do Rio, para legitimação de passaportes.

No Arquivo Estadual da Bahia, uma série de testamentos foi detalhadamente trabalhada, sob a orientação de Mattoso, que elaborou uma ficha especial para a coleta de dados e uma lista nominal de todos os testadores.

Os testamentos de súditos lusitanos abertos e registrados em Salvador na 2ª metade do século XIX, e as “habilitações” de portugueses que fazem parte da documentação do Consulado de Portugal na Bahia, neste mesmo período, foram as duas séries documentais básicas que fundamentaram este estudo.

## **Os Testamentos**

Os testamentos utilizados encontram-se numa série de livros numerados de 2 a 63 (o livro 1 está desaparecido) que estão catalogados na Seção Judiciária do Arquivo Público Estadual da Bahia. Nestes livros do antigo Cartório Civil do Fórum na Freguesia da Sé estão registrados testamentos de diversos tabelionatos e freguesias.

A partir da lista nominal de todos os testadores, foram selecionados apenas os testamentos de imigrantes portugueses a partir do livro n.º 35, que inicia no ano de 1852. Num total de 368 testamentos, a pesquisa foi concluída no livro n.º 63, do ano de 1889.

Os dados principais dos testamentos foram coletados em ficha especial, cujo modelo consta dos anexos no final do livro. Nem todos os dados coletados foram utilizados, tendo sido traçadas tabelas apenas com as informações sobre atuação econômica dos testadores.

Houve dificuldade para a elaboração das tabelas, uma vez que nem todos os testadores dão sempre o mesmo tipo de informações. As maiores lacunas entre todos os dados coletados referem-se aos bens dos testadores, e dificultaram sua quantificação.

Existem testamentos onde a relação dos bens é dada em detalhes, e o montante total da fortuna do testador é declarado.

Outros testamentos, no entanto, não permitem que se saiba ao certo se os bens declarados são os únicos possuídos. Alguns testadores dão informações escassas sobre seus bens indicando serem estes conhecidos, ou já estarem anotados nos seus livros particulares. Em casos como este só foi possível ter uma ideia muito geral sobre a fortuna do testador, através da quantidade e qualidade dos bens legados (ações, propriedades, etc). Vale lembrar que tais legados, quando existiam herdeiros obrigatórios, eram tirados da terça parte da herança total. Existem testamentos que não tratam em absoluto de bens materiais, como por exemplo quando redigidos apenas com a intenção de reconhecer filhos naturais, nomear herdeiros, etc. Estes casos não são muitos em proporção aos outros testamentos de portugueses, que trazem muitas informações, e não invalidaram a possibilidade de elaboração de tabelas que permitem uma visão geral sobre os bens dos testadores e suas funções na vida econômica local.

Para a elaboração destas tabelas os seguintes itens foram selecionados:

- **PROFISSÃO** — quando não indicada foi deduzida através de outras informações contidas no corpo do testamento, como por exemplo no caso do testador declarar possuir uma firma comercial ou declarar que seus únicos bens eram provenientes de empréstimos a juros.
- **RAMO DE NEGÓCIO** — quando citados.
- **DÍVIDAS DO ATIVO** — quando não houve condições de se estabelecer que se referiam a empréstimos a juros, não se considerou o testador como agiota.
- **AÇÕES** — quando citadas.
- **APÓLICES** — quando citadas.
- **AÇÕES E APÓLICES** — quando citadas.
- **INSCRIÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA** — quando citadas.
- **BENS IMOBILIÁRIOS RURAIS E URBANOS** — quando citados.

Computou-se ainda o país para o qual se destinou a herança ou a maior parte dela e o local onde o testador faleceu. Qualitativamente, grande parte das informações coletadas principalmente como “observações” enriqueceram o conhecimento sobre o comportamento sócio-econômico dos portugueses (relação de trabalhos mantidas, salários pagos a caixeiros etc). Devido ao problema das falhas de algumas informações e do caráter disperso de outras, não foi possível tabular muitos dos dados, como os referentes à posse de escravos e ao nível geral das fortunas.

A importância das tabelas que puderam ser traçadas está no fato de indicarem a tendência geral das informações coletadas. Quanto à profissão dos testadores, por exemplo, esta tendência foi reforçada por dados obtidos em outras séries de documentos como as “habilitações” e registros de óbitos. A multiplicidade de fontes utilizadas nesta pesquisa prendeu-se justamente a esta necessidade de reforço para as conclusões a que os testamentos sugeriram.

## Habilitações

A “habilitação” é um formulário de inscrições do estrangeiro no respectivo Consulado para regularizar a sua situação no local de desembarque. Duas séries de “habilitações” fazem parte dos documentos do século XIX do Consulado de Portugal na Bahia, que ora se encontram no Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa. A primeira série começa em janeiro de 1830 e vai até maio de 1852, contendo 6.883 inscrições. A segunda série recomeça uma numeração própria, iniciada em maio de 1852, com a inscrição n.º 1 do livro 1. Em Lisboa o último livro desta série é o número 19. Os livros que se seguem, com inscrições do final do século XIX e do século XX até o presente, estão em Salvador e fazem parte da documentação de rotina do Consulado de Portugal nesta cidade.

Os dados do formulário de “habilitações” são os seguintes para esta segunda série:

- Data de inscrição e número
- Nome
- Naturalidade, (Freguesia, Conselho, Distrito)
- Porto de saída (sob a rotulação “Vindo de” (sic); este dado é sempre complementado com a indicação do navio em que o imigrante chegou e a data de chegada)
- Profissão

Numa coluna lateral, há dados sobre idade, estado civil e características físicas do inscrito. Há ainda o item “Observações” onde são feitas declarações sobre o documento de identificação apresentado pelo imigrante (geralmente o passaporte) seu local de morada e emprego do momento.

Em alguns casos é possível acompanhar o histórico do imigrante já que este, tendo voltado várias vezes ao Consulado para regularizar seu passaporte, fazia de cada vez, um pequeno relatório da sua situação (mudança de emprego, de estado civil, etc). Vale ressaltar que pouquíssimas são as lacunas de informações e que há apenas um livro desta segunda série desaparecido — O Livro

n.º 10 com 500 inscrições feitas entre julho de 1863 e dezembro de 1864.

Foram utilizados nesta pesquisa a série de livros de números 1 a 19 e algumas poucas inscrições do livro 20, correspondentes ao final do ano de 1889. Os dados das inscrições foram coletados em ficha especial cujo modelo encontra-se anexado ao final desta publicação.

Uma vez que a última Habilitação do ano de 1889 tinha o número de 9.615, constatou-se que 173 inscrições estavam rasuradas ou faltavam, além das que se extraviaram com o Livro n.º 10. Ao todo foram consultadas 8.942 inscrições.

O maior número de inscrições encontradas, 4.646, foi dos tripulantes de embarcações que se declararam “marítimos”. Estes eram obrigados a se “habilitarem” no Consulado antes de inscreverem-se na capitania do Porto de Salvador. Suas inscrições não foram trabalhadas detalhadamente nesta pesquisa, pois de modo geral estes indivíduos faziam parte da população flutuante desta cidade.

Foram também relegadas, para que seus dados fossem utilizados em estudos posteriores:

- as 485 inscrições de portugueses que se destinavam ao interior e ao Recôncavo Baiano
- as 438 inscrições de passageiros em trânsito ou dos que permaneceram na cidade por apenas alguns meses
- as 115 inscrições de mulheres, pelo fato delas só se inscreverem no Consulado em situação especial, como por exemplo quando viajavam sem companhia masculina
- as 89 habilitações dos que foram inscritos no Consulado por seus pais portugueses em função de serem naturalizados como tal.

Para serem processados em computador foram selecionadas apenas as 3.169 inscrições dos indivíduos do sexo masculino que

se radicaram em Salvador, o processamento dos dados resultou em tabelas utilizadas neste trabalho.

Apesar da regulamentação existente determinando que o preenchimento das “habilitações” fosse efetuado até 30 dias após a chegada do imigrante, muitos portugueses só o fizeram muitos anos após a chegada ao Brasil. Para contornar o problema das defasagens entre as datas de chegada e as de inscrições dos imigrantes, foram traçadas duas tabelas (tabelas 11 e 12) que permitem uma visualização geral do que ocorria neste sentido.

## **VIDA ECONÔMICA DA BAHIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

Triste Bahia! Oh quão dessemelhante  
Estás e estou do nosso antigo estado!  
Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado,  
Rica te vejo eu, já tu a mim abundante

A ti tocou-te a máquina mercante,  
Que em tua larga barra tem entrado,  
A mim foi-me trocando, e tem trocado  
Tanto negócio, e tanto negociante.

GREGÓRIO DE MATOS  
(LP Transa — Caetano Veloso)

“Considerada em conjunto, a economia brasileira parece haver alcançado uma taxa relativamente alta de crescimento na segunda metade do século XIX”. (FURTADO, 1959, p.169). Nesta época o café já era o principal produto da sua exportação, com enorme aceitação no mercado mundial, e as grandes plantações cafeeiras do Centro-Sul contribuía para que aquela região fosse tomando a dianteira nas atividades econômicas do país, enquanto a crise da produção açucareira no Nordeste acelerava a perda da posição econômica desta outra região. Ambas porém sofriam o impacto da “modernização” resultante da expansão do capitalismo europeu em busca de novos mercados para bens de consumo e produção, e de novas fontes de investimento. Referindo-se à nova conjuntura mundial iniciada com o impulso tomado pela industrialização, em meados do século XIX, e da sua repercussão na América Latina, o historiador Halperin Donghi assinala o

processo que então se iniciava no continente Latino Americano, onde, em sua opinião, instituiu-se um novo pacto colonial.

Esse novo pacto transforma a América Latina em produtora de matérias primas para os centros da nova economia industrial, e de gêneros alimentícios para os países metropolitanos; além disso atribui ao continente a função de consumidor dos produtos industriais daquelas zonas. (DONGHI, 1975, p. 128).

Uma maior disponibilidade de capitais em países que se industrializavam vai permitir nesta época, tanto uma maior absorção das exportações latino-americanas, quanto empréstimos e investimentos que redefinem “um esquema de distribuição de tarefas cuja origem remonta a um passado distante: a comercialização e o transporte transoceânico continuam em mãos de grupos estrangeiros, enquanto aos grupos nacionais são reservadas as atividades primárias”.

O incremento do comércio internacional, pelo qual o Brasil inseria-se nas correntes mundiais processava-se em ritmo acelerado neste período. Para Azevedo (1969, p.6)

Esse século assistiu ao incremento das comunicações do Brasil com o exterior, à criação de uma indústria de grandes construções navais e de madeira, à abertura de estradas ligando as regiões produtoras aos portos de embarque, ao início da imigração e da colonização estrangeira, à intensificação do comércio de cabotagem com as linhas interprovinciais de navegação a vapor, à estruturação das forças armadas e do funcionalismo público e civil, à uma nova expansão da indústria açucareira, à diversificação das lavouras, ao incremento da cultura do café, e, em menor escala, do algodão e do cacau, a um intenso surto de indústrias de transformação com as fiações e tecelagens de algodão, as fábricas de rapé e de charutos, de chapéus e de calçados, os curtumes, as fundições, ao aperfeiçoamento da pecuária..., à promulgação, pela primeira vez, de um Código Comercial (1850) e de uma tarifa aduaneira consistentes com os interesses nacionais (1844),

às primeiras tentativas de disciplinação do meio circulante e da formação de capitais por meio de caixas de economias e bancos emissores.

Na opinião de Prado Júnior (1945, p.179) “Pode-se dizer que é nesta época que o Brasil tomará pela primeira vez conhecimento do que fosse o progresso moderno e uma certa riqueza e bem estar material”.

Teria a Bahia desfrutado do aludido progresso?

Uma Carta do Cônsul Português na Bahia em 1851, em resposta a um questionário elaborado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, dá-nos uma ideia do que existia em matérias de bancos, “companhias de associações e fábricas na Província”, e da situação em que estas entidades se encontravam então, assim como a situação da lavoura baiana<sup>3</sup>.

Segundo o Cônsul José Agostinho de Salles, existiam na Capital quatro estabelecimentos de crédito com as seguintes denominações: Banco Comercial, Caixa Comercial, Sociedade Comércio e Caixa Econômica. O Banco Comercial, fundado em 10 de janeiro até 1845 por alguns particulares, entre outras coisas servia “para opor um dique à usura que sem interesse real do estado, causava os maiores prejuízos aos particulares”.O seu fundo real era de... 2.000.000\$000 réis, em ações de 100\$000 réis excluindo-se hipotecas de propriedade. Era possível conseguir-se dinheiro neste banco a 8% ao ano, “quando então regulava a 12, 18 e 24% e ainda mais”. A Caixa Comercial fora fundada em 12 de outubro de 1848 para “satisfazer às necessidades da praça” e seus fundos elevavam-se a mais de 2 000 000\$000 em ações de 100\$000 réis cada. A Sociedade Comércio também fora criada em

---

3 Carta do Cônsul Português na Bahia, de 27/2/1851 em resposta à Circular da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros de Portugal — Arquivo da Torre do Tombo, índice de Documentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros; Correspondência das Caixas: Consulado de Portugal na Bahia, Documentos de 1831 e 1851, março de 1851, doc. 6.

1848. A Caixa Econômica, criada em 1834 “com o fim de oferecer a todas as classes da Sociedade um meio fácil de aumentar seu dinheiro por acumulação”, achando-se em grandes embaraços, organizara novos estatutos em 1850 e trabalhava na época com a quantia de 1.500. 000\$000<sup>4</sup>.

Dando prosseguimento às respostas ao questionário, o Cônsul refere-se à existência de três Companhias em Salvador: duas de seguros marítimos intituladas Lealdade e Bom Conceito, respectivamente, e uma de navegação a vapor nos rios da Província: a Companhia Bomfim. Na sua opinião as duas Companhias de seguro não estavam bem de finanças, pois a maior parte dos seguros eram feitos na Europa, “aonde vão os gêneros ser consumidos, e aonde pertencem os capitais”, acrescentando que “a de navegação não tem sido mais feliz”<sup>5</sup>.

No que se refere às fábricas existentes e ao seu estado de prosperidade, este é o relato consular:

Empresas industriais, aliás mui bem combinadas tem-se malogrado n'esta província, não tanto por não poderem competir os seus productos com os que exportão os paizes estrangeiros, como porque os seus empresários desanimão, faltos de recursos pecuniários, para preservar em suas especulações. A falta de segurança tem também concorrido muito para afugentar o espírito d'empreza que apenas apresenta algum desenvolvimento nas grandes Cidades e povoações. Há no meu distrito trez fábricas de tecer e fiar algodão pertencentes a trez sociedades <sup>6</sup>.

A fábrica Todos os Santos, considerada como a principal, “foi estabelecida em 1848 nas margens do rio Una — meia légua acima da Cidade de Valença”. O seu maquinismo custara 120. 000\$000 réis e ocupava 200 pessoas de ambos os sexos. Tal fábrica vendia

---

4 Idem.

5 Ibidem.

6 Ibidem.

mensalmente na Capital 3 200 varas de pano para “pessoas menos abastadas e escravatura” à razão de 320 réis a vara, sofrendo no entanto a concorrência “de tecido da mesma espécie dos Estados Unidos e da Inglaterra”<sup>7</sup>. Nos subúrbios da capital existiam as fábricas têxteis Queimado e Conceição. A primeira, que começara a funcionar em pequena escala em 1842, já empregava 60 braços e produzia 600 varas de pano por dia, que eram consumidas “pela escravatura a 260 e 320 réis a vara”. A segunda apenas começava a funcionar <sup>8</sup>.

Havia ainda, segundo o Cônsul português, seis fábricas na cidade: 3 de rapé e 3 de sabão amarelo e preto. A mais importante das fábricas de rapé produzia 600.000 libras anuais de pó chamado “areia preta” que era vendido a 1\$000 réis a libra. Quanto às outras, diz o relatório: “As trez de sabão, fabricado como em Portugal, apresentão annualmente no mercado cerca de 100 000 arrobas, que são consumidas no país, não obstante a grande quantidade que recebe do Rio de Janeiro. Há mais de anno que o estrangeiro não importa sabão amarello para a Bahia”<sup>9</sup>.

A opinião de José Agostinho de Salles sobre o estado da agricultura é de que esta em todo o seu distrito “pouco differe do que era ha cincoenta annos” pois os lavradores, sem meios, prosseguiam na antiga rotina. Segundo ele, “desde 1845 que se pretende melhorar a cultura do algodão e do tabaco e nada se tem feito”. Quanto ao açúcar, diz que “tratou-se ha annos de introduzir nos Engenhos da Bahia o aparelho de Derosne e Caill, já muito em uso no Rio de Janeiro. e tudo ficou em projeto”<sup>10</sup>. Não deixa porém o Cônsul de referir-se, sem citar nomes, a alguns proprietários abastados que “tem feito tentativas de melhoramentos por diferentes sistemas modernos, com as quaes tem perdido safras

---

7 Ibidem.

8 Ibidem.

9 Ibidem.

10 Ibidem.

e feito grandes despesas; mas em geral pode dizer-se que não aparecem ainda melhoramentos correspondentes”. Pessoalmente o Cônsul confessa estar convencido de que enquanto houvesse trabalho escravo não haveria prosperidade possível, mas que sobre este assunto as opiniões eram as mais variadas <sup>11</sup>.

O relato do Cônsul português contrasta com a opinião sobre a vida econômico financeira da Bahia de Azevedo (1969, p.8), para quem “o panorama da província trinta anos depois da emancipação política nacional justificava franco otimismo”.. Tal otimismo só nos parece justificável se levarmos em conta que, em relação às décadas de 20 e 30 do século XIX, anos bastante difíceis para a economia local, a conjuntura econômica baiana tenha se recuperado nas décadas de 40 e 50, recuperação que, segundo Rômulo Almeida, foi logo interrompida, sendo acompanhada de “uma ligeira reanimação no começo dos anos 60, para cair em seguida com a Guerra do Paraguai até 1890”. (ALMEIDA, 1951, p.17)

Estudos recentes, como os de Mattoso e os do Centro de Pesquisa e Estudos da SEPLANTEC, demonstram que a economia da província, na segunda metade do século XIX sofria uma tendência à estagnação. Dados sobre as exportações baianas recolhidos pela equipe do CPE em Propostas e Relatórios apresentados à Assembleia Legislativa e em Falas de Presidentes da Província, entre 1850 e 1889, indicam que de 1850 a 1862 a renda geral dessas exportações tendeu a crescer ligeiramente, “após o que ocorre uma baixa aquém do nível de 1850”.(SEPLANTEC/Ba., 1978, p.50). A incapacidade de crescimento da economia açucareira é apontada como fato responsável pela estagnação da economia agro-exportadora baiana, uma vez que, “mesmo decrescente, o açúcar ainda representa em média, a partir de 1867, 30% do total das exportações”. Segundo Mattoso (1978, p.240), na segunda metade do século XIX há um “empobrecimento gradativo das forças econômicas locais, incapazes de encontrarem alternativas que viessem modificar os termos de trocas em favor da Bahia”.

---

11 Ibidem.

Houve no entanto neste período, diversificação das atividades econômicas e um surto de investimentos em setores industriais e de prestação de serviços, contribuindo para tal capitais liberados com a abolição do tráfico escravo. Verificou-se então um tímido início de industrialização (do açúcar, do fumo, do algodão, etc), obras e serviços de utilidade pública foram iniciados, ocorrendo também a formação de novos bancos, como o Banco da Bahia em 1858, que ofereciam instrumento de crédito ao surto progressista<sup>12</sup>. Tais empreendimentos eram muitas vezes temerários em face às reais condições existentes. É parecer de Calmon que

[...] a febre das empresas que se formavam à sombra dos bancos, vindos de se constituir, desfalcava a estes o capital fluctuante, do sistema bancário da ocasião, especialmente destinado ao seu aumento... para alimentar todas essas obras de companhias organizadas, que surgiam quasi a um tempo, dentro da Província, devendo forçosamente acarretar as dificuldades que tanto abalo estavam produzindo . (CALMON, 1925, p.73).

O quadro do comércio exterior baiano entre os anos de 1850 e 1890 revela a situação na qual se debatia a economia da Província.

O exame do quadro do comércio exterior da Bahia, na segunda metade do século XIX, a seguir apresentado, demonstra a defasagem entre as importações e as exportações baianas, que vai aumentando com o correr dos anos, assim como a queda no valor das exportações a partir dos anos 60. Na última metade do século XIX graves crises econômicas, sociais e epidêmicas se sucediam na Província. As dificuldades financeiras enfrentadas pela Bahia nesta época eram

---

12 Para maiores detalhes sobre os novos empreendimentos na Bahia neste período ver Calmon, Francisco M. de Góes — “Vida Econômico — Financeira da Bahia”, Bahia, Imprensa Oficial, 1925; Amaral, Braz do — “História da Bahia do Império à República”, Bahia, Imprensa Oficial, 1923; Santos, Mário A. da Silva — “O Comércio Português na Bahia 1870-1930”, Salvador, Irmão Paulo, 1977.

**TABELA 1**  
**Comércio Exterior da Bahia (por decênios)**

<i>Decênio</i>	<i>Importação</i>	<i>Exportação</i>
1840-1850	90.321:000\$000	76.888.000\$000
1850-1860	155.880:000\$000	121.818:000\$000
1860-1870	179.205:000\$000	169.511:000\$000
1870-1880	197.674:000\$000	166.961:000\$000
1880-1890	226.119:000\$000	140.240:000\$000

**Fonte:** Góes Calmon, F. M. — Vida Econômica financeira da Bahia... in Mattoso, Katia — Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX, pág. 240.

assunto constante no discurso das classes dominantes. A crise da mão-de-obra era outro assunto bastante enfatizado e causa de grandes preocupações dos produtores locais, que temiam uma catástrofe econômica ao imaginarem o fim da escravidão e ao perceberem que grandes contingentes escravos eram drenados para as plantações cafeeiras do sul. A população escrava da Bahia fora aliás bastante desfalcada durante uma epidemia de *Cholera Morbus* em 1855, cujo número de vítimas foi calculado em 30.000 pessoas. (PINHO, 1976, p.311). No âmbito da produção agrícola, a seca, flagelo constante no período estudado, continuava a devastar as plantações. O ônus maior das crises recaía sobre a população que tinha que enfrentar, sem meios, a carestia dos produtos de subsistência, cujos preços na cidade do Salvador eram manipulados por especuladores. Durante a época da grande seca de 1857-1861, por exemplo, ocorreu em Salvador uma revolta provocada pela carestia de alimentos básicos da população que ficou conhecida como o “Motim da Carne sem Osso, Farinha sem Carvão”, tendo sido reivindicado na ocasião que fosse efetuado pela Câmara Municipal um maior controle da especulação desses itens (Azevedo, 1969, p. 11/12). O descontentamento popular latente, principalmente entre os escravos, era uma ameaça iminente à ordem estabelecida pelo sistema escravista.

Além das dificuldades que determinavam uma configuração crítica para as variantes da produção a nível interno, a nível externo o mercado tornava-se desvantajoso para esta mesma produção pela competição que enfrentava diante da expansão agrícola em outras áreas do mundo. Assim, o declínio no valor das exportações resultava dos problemas enfrentados pelos produtos tradicionais da Bahia, o açúcar, o fumo e o algodão, tanto no próprio processo de produção, quanto no que se referia ao mercado comprador.

Item novo na pauta das exportações, os diamantes da região que ficou conhecido como as Lavras Diamantinas, ganharam importância a partir de 1846, canalizando divisas para a Província descapitalizada. A prosperidade do ciclo de mineração nas Lavras foi porém, abalada pela descoberta das grandes minas diamantíferas da África do Sul em 1867. “Depois deste fato, ainda continuou, porém mais modesto e muito incerto, o comércio de diamantes” (ALMEIDA, 1951, p.10).

O café e o cacau também participavam das exportações baianas entre os anos cinquenta e noventa do século XIX, porém em relativamente pouca quantidade tendo maior significação após a Abolição da Escravidão no Brasil. Quanto ao café, “a produção foi pequena, mas das que contribuíram, pela variedade, para reduzir o desequilíbrio na economia exportadora do Estado. Essa produção porém chegou a avultar nas quadras dos preços altos, preponderando em parte entre 1893 e 1903, sendo a maior safra em 1898”. (ALMEIDA, 1951, p.09). A exportação do cacau só tomou vulto depois de 1890, abrindo uma nova fase para a economia da Bahia <sup>13</sup>.

Na situação da crise enfrentada pela economia baiana, na segunda metade do século XIX, o setor comercial era o que oferecia melhores condições de enriquecimento rápido ainda que, a maioria das vezes, em bases especulativas propiciadas pela estrutura econômica do período. Estudos feitos pelo CPE para o projecto “Inserção da Bahia na Evolução Nacional”, indicam que o comércio exportador dos produtos agrícolas e o importador dos

---

<sup>13</sup> Idem, pág. 9.

mais diversos gêneros eram então os segmentos mais importantes da economia baiana, embora a preponderância dos ramos de exportação-importação não significasse que a dinâmica do setor se reduzisse ao comércio exterior (SEPLANTEC, 1979, p.47-48). A cidade do Salvador funcionava como centro comercial da Província, tendo o seu porto um papel fundamental para o escoamento da produção baiana, por ele entrando as mercadorias importadas do exterior e de outras províncias.

A expansão do comércio de artigos estrangeiros concorria para o aumento das importações ocorrido neste período, como demonstram os dados do Comércio Exterior da Bahia apresentado. Embora a maioria dos bens importados fosse de consumo imediato, a importação de produtos da indústria de base para a mecanização de engenhos, construção de estradas de ferro e companhias de transporte, início de novas indústrias, etc... pesavam também significativamente na balança comercial, ainda que não nos seja possível afirmar em que percentagem. Vale lembrar que carvão de pedra e ferragens apareciam na pauta das importações ao lado de gêneros alimentícios, drogas e medicamentos. Dentre os principais bens de consumo desta pauta constavam ainda os tecidos, inclusive de lã, calçados e chapéus, que vestiam a elite local segundo os padrões europeus<sup>14</sup>.

Para Almeida, (1951, p.16) a importação, principalmente a de produtos ingleses “formentou o padrão de consumo suntuário de uma minoria de senhores e doutores, o qual estava acima das possibilidades normais, gravando a futura balança de pagamentos e concorrendo para as quedas de câmbio”. Mattoso (1978) salienta que esses “hábitos suntuários” não se restringiam à elite local pois

[...] na composição dos bens dos inventariados que pertencem as categorias mais humildes da população baiana, como por exemplo, nos inventários *post-mortem* de escravos libertos, os objetos de luxo (jóias de prata e ouro, roupas de seda, etc.)

---

<sup>14</sup> Sobre artigos que constavam das pautas de importação ver Ferreira, Manoel Jesuino — “A Província da Bahia. Apontamentos”, Rio de Janeiro, Typographia Naval, 1875, pág. 86 a 88.

são as vezes os únicos bens possuídos e não é raro encontrar dívidas do passivo que se referem a compras de objetos luxuosos. (MATTOSO, 1978, p.242)

A leitura dos almanaques sobre a vida administrativa mercantil e industrial da Bahia nos anos 50, deixam uma forte impressão sobre a importância que tinha então na cidade do Salvador o comércio varejista de bens importados, muitos dos quais supérfluos. (MATTOSO, 1978, p. 242). Embora seja necessário ter cautela na utilização das listas de casas comerciais fornecidas pelos almanaques, já que nem todas elas encontram-se arroladas, é significativo certos contrastes que tal listagem revela. O número de lojas de fazendas (161, pelo menos)<sup>15</sup>, de lojas de sapatos (52) e de miudezas (69 e mais de 14 bancas de quinquilharias) listados em 1854 é surpreendente para uma cidade de 130.000 a 150.000 habitantes<sup>16</sup>, aproximadamente, e com grande número de pobres e escravos. A quantidade de lojas de artigos de vestuário e miudezas, por exemplo, contrasta com o número de padarias e casas de massa listadas (50, apenas) assim como é contrastante o número de drogarias (10) igual ao das lojas de louças de barro, e menor que o das lojas de louças e vidros (11). Curioso também é o fato de que estão arroladas 6 lojas classificadas como de chapéus de sol, enquanto somente 7 lojas de ferragens são citadas no referido almanaque<sup>17</sup>. Muitas destas lojas vendiam tanto a retalho como em grosso, sendo fornecedoras de artigos para o comércio do distribuídas as mercadorias interior.

---

15 Almanaque Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia — Camilo de Lellis Masson, Primeiro Ano, Typographia de C. Lellis Masson & Cia., 1854 — Biblioteca Nacional, Sessão de Obras Raras

16 O termo “fazendas” referia-se na época a tecidos e artigos da moda em geral, assim como manufacturas de luxo ou que fossem novidade — informação dada por Paridant, Ladislav — “*Du Systeme Commercial* a Rio de Janeiro, *Commerce D'Importation*”, Liege, Imprimerie de J. Desor, 1856, pág. 42.

17 Almanaque Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia - Camilo de Lellis Masson, Primeiro Ano, Typographia de C. Lellis Masson & Cia., 1884 - Biblioteca Nacional, Sessão de Obras Raras.

Mattoso (1978, p.112) ressalta que a presença do mundo rural “assegurava à cidade do Salvador uma área de influência extensa, organizando assim o seu espaço em que iam ser distribuídas as mercadorias vindas do além-mar”. No contexto geral do comércio da província esta cidade porto tinha uma função de intermediária entre as forças do capitalismo estrangeiro e os produtores e consumidores urbanos e rurais, conservando no século XIX uma importância regional significativa. As mais prósperas cidades sub-regionais, como por exemplo, Santo Amaro, Cachoeira, Nazaré das Farinhas, “centralizavam a produção agrícola do Recôncavo e do sertão e reenviavam-na à capital, donde era dirigida para o exterior”.<sup>18</sup> Isto reforçava a dependência destas regiões à capital baiana. Por outro lado, no porto de Salvador eram despejadas as importações que alimentavam outras áreas da província, como o Sertão e o Recôncavo. As mercadorias importadas eram provenientes tanto do exterior quanto de outras regiões brasileiras, como por exemplo, do Rio Grande do Sul, principal província abastecedora de charque, item importante na dieta alimentar baiana.

O comércio, em grosso e varejista da capital baiana, oferecia oportunidades de lucro não só para os que transacionavam com bens importados mas também para os revendedores de gêneros de subsistência da província. O comércio abastecedor da cidade, ramo bastante lucrativo, foi responsável pelo enriquecimento de muitos dos grandes comerciantes da Bahia, no período estudado. Segundo a bibliografia tradicional e estudos recentes, foi marcante a presença de estrangeiros entre estes comerciantes, sendo grande parte deles portugueses<sup>19</sup>.

Em Salvador, primeira capital da colônia, condições de poder metropolitano haviam permitido a hegemonia de comerciantes

---

18 Idem, pág 112.

19 A este respeito ver: Soares, Sebastião Ferreira. “Esboço ou Primeiros Traços da Crise Commercial do Rio de Janeiro em 10 de Setembro de 1864”, Rio de Janeiro, Editora Laemmert, 1365, pág. 30; Ridings, Eugene W. “The Bahian Commercial Association, 1840-1889: A Pressure Group in an Underdevelopes Área (Tese mimeografada — Universidade da Florida, 1970) pág. 283; Azevedo, Thales de. “A Economia Baiana...”, opus cit., pág. 17.

lusos na sua praça durante toda a fase colonial<sup>20</sup>. Recém saída desta fase e ainda utilizando o trabalho escravo, a economia da província, na segunda metade do século XIX, encontrava-se na fase de transição para a produção baseado no trabalho assalariado, e em processo de estar sendo envolvida, cada vez mais, na expansão do capitalismo industrial internacional. Devido ao seu passado colonial recente e a integração do Brasil na economia europeia, neste período o setor comercial deste país estava bastante vulnerável a sofrer transformações ditadas por interesses estrangeiros. Já era forte então a pressão exercida pela expansão econômica dos países capitalistas, dentre os quais, a Inglaterra, detentora da hegemonia, a grande perseguidora do tráfico escravo. Por outro lado, existia também a pressão exercida pelos portugueses que, sobrevivendo à Independência, ou imigrando para o Brasil após aquela data, ainda controlavam ramos importantes da sua atividade comercial. Com atuação relevante nas Associações Comerciais de cidades como o Rio de Janeiro, Recife e Salvador<sup>21</sup> esses comerciantes contribuíram na elaboração do primeiro Código Comercial brasileiro, que é considerado por um observador, em 1856, como fortemente influenciado pelas leis e práticas portuguesas e por conseguinte como mantenedor do “espírito anti-progressista” (sic) da ex-metrópole (PARIDANT, 1856, p.9). Alguns anos mais tarde, discorrendo sobre a crise comercial de 1864, Soares (1885, p.22), erguia seu protesto contra os tratados de reciprocidade do Brasil com nações europeias, dos quais, segundo ele, “tem resultado que ainda hoje o nosso comércio seja em maior parte estrangeiro, sendo conseguintemente nós independentes de direito, mas de

---

20 Ver Flory, Rae Jean D.. “Bahian Society in the early colonial period: The sugar planters, tobacco growers, merchants and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725” (Tese Mimeografada U. do Texas); Smith, David G.. “The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth century: a socioeconomic study of the merchants of Lisbon and Bahia” (tese mim.-Univ. do Texas); Calmon, Francisco M. de Góes... opus cit, p.17.

21 Ridings, Eugene W. “The Bahian Commercial Association...”, opus citado: na pág. 114 o autor enfatiza a colaboração das “três grandes” Associações Comerciais do Brasil Império (Bahia), Rio e Pernambuco) na elaboração do 1.º Código Comercial; na pág. 148 fala da forte presença portuguesa na Associação Comercial da Bahia.

facto colonos das nações cujo comércio nos tem avassalado, e principalmente o português”.

Reduzindo o nosso enfoque à cidade do Salvador, levantamos a seguinte questão: Até que ponto mantinha-se, em meados do século XIX, a tradição da hegemonia portuguesa na atividade comercial desta cidade, primeira capital da ex-colônia?

Pretendendo discutir a presença e atuação portuguesa no comércio soteropolitano na segunda metade do século XIX, esboçamos em linhas gerais o panorama econômico da Bahia nesta época, como pano de fundo para as várias colocações a serem feitas. Enfoques mais detalhados da praça comercial da cidade do Salvador serão conhecidos ao longo da leitura deste livro.

Resumindo o que foi tratado, nesta breve descrição, sobre a economia baiana vale ressaltar que este é um período de decadência de um sistema produtivo e comercial baseado no escravismo colonial, e de crise para a economia da província que repousava fundamentalmente neste sistema. A prosperidade que alguns autores atribuem à província nessa época, baseados nas inovações e melhoramentos de setores como o sistema bancário, de transporte, etc, não significa que houvessem na Bahia condições gerais de enriquecimento. O setor mais lucrativo então era o comercial, intermediário dos interesses do capitalismo europeu. O depoimento do Cônsul Português na Bahia, José Agostinho de Salles dá uma visão desanimadora da economia da província em 1851. Relatos desanimadores sobre a economia baiana como este, contrastam com a enumeração de investimentos diversificados no período, indicando a contradição própria do momento de transição de um sistema colonial em direção ao capitalismo. É importante ressaltar que a opinião do cônsul lusitano não deve ser vista apenas como um discurso informativo, mas também no sentido de que corresponde a um diagnóstico oficial português que poderia ter algum significado para a política emigratória e/ou os interesses lusos nos investimentos realizados na Bahia.

## EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL: DOIS MODELOS

Olhai, olhai vão em manadas  
Os imigrantes...  
Vivos de dó pelas estradas,  
Junto dos cais, nas amuradas  
Das naus distantes...

GUERRA JUNQUEIRO  
(in Finis Patriae)

Duas tendências específicas caracterizam a emigração portuguesa para o Brasil, na segunda metade do século XIX: a emigração “livre ou espontânea” e a emigração “contratada”. Esta foi a conclusão a que chegou, em 1873, a comissão parlamentar “portuguesa encarregada de realizar um primeiro inquérito sobre a emigração no seu país. Julgando extremamente nociva a emigração “contratada”, tal comissão pedia que se adotassem medidas “para evitar a ruína dos emigrados que contratam locação de serviços, especialmente para o Império do Brasil”; no entanto, não via “nada que reprehender” na emigração espontânea ou “livre”<sup>22</sup>.

A chamada “emigração livre” corresponde ao que Martins (1978) considerava como “emigração clássica”, do tempo em que havia trabalho escravo no Brasil, país para onde, como nos dois séculos anteriores, dirigia-se a quase totalidade dos emigrantes de Portugal ao longo do século XIX.

---

<sup>22</sup> Relatório do Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa, Lisboa, 1875, pág. 7.

Em finais daquele século, o mesmo Martins (1978) chamava atenção para o fato de que o caráter da emigração portuguesa vinha sendo alterado pelo que denominava “emigração agrícola”. Eis como se expressava quanto a este problema no seu livro *Fomento Rural e Emigração*:

No antigo tempo dos escravos e quando o número dos emigrantes estava limitado às proporções normais, quem ia para o Brasil, era principal senão exclusivamente, o rapaz do Minho. Destinava-se ao comércio, e com efeito, os portugueses pode dizer-se que tinham o monopólio do comércio de retalho por todo o Império, e nas principais cidades uma parte muito importante, senão do comércio de importação que era principalmente inglês, pelo menos do comércio interno. Emigravam também oficiais de ofício e marítimos; emigravam dos Açores e da Madeira carroceiros, almocreves e outros serviços urbanos e rurais.

Hoje as coisas mudaram... e embora nas casas do Rio e de outras cidades haja ainda lugar para o caixeiro que continua a ir do Minho, o facto é que sobre essa emigração, pode dizer-se clássica, as circunstâncias vieram assentar um novo estrato de emigração agrícola.

A miséria da vida em Portugal e a ânsia de trabalhadores no Brasil, colaborando, vieram determinar a exportação das levas de trabalhadores que saem agora dos Açores, da Madeira, do Minho, do Douro, da Beira, assolados pela crise de cá e instigados pelas ofertas de lá (MARTINS, 1956, p. 247-248).

Ao abordar o tema da emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XIX, o historiador Serrão (1976) traça um excelente modelo da emigração por ele rotulada de “tradicional”, equivalente ao modelo da emigração “clássica”, segundo Martins (1956), e “livre” ou espontânea, como propõe a comissão parlamentar de inquérito acima citada. Eis sua descrição:

No seio de uma família rural minhota ou beira, proprietária ou arrendatária de uma pequena parcela de terra, parte dos filhos machos não cabem nos acanhados limites da exploração

familiar. Deitando contas à vida, os pais vendem ou hipotecam alguns dos seus bens para pagar as viagens e mandam para o Brasil filhos que, assim, — e só assim — têm a possibilidade de tentar uma vida nova. Eles partem, ou antes, dos catorze anos, para se eximirem às leis do recrutamento militar, ou entre os vinte e os trinta anos.

Esta emigração masculina e jovem vai recomendada a parentes e desemboca no Recife, na Bahia, sobretudo no Rio de Janeiro (praças comerciais dominadas por portugueses), por onde fica, dedicando-se predominantemente ao “negócio”, ou seja, à rede da distribuição comercial de retalho: caixeiros, pequenos comerciantes, associando-se por vezes, a patrões abastados, até mediante o casamento com as respectivas filhas.

Trabalham duramente e não raras vezes os negócios correm-lhes bem, amontoando, rapidamente, vultosas somas, à espera do momento em que possam com elas voltar à terra natal, para gozar uma velhice tranqüila de “brasileiros”. Por seu turno, tal exemplo de abastança, testemunhado pelas aldeias de Entre Douro e Minho e pela cidade do Porto, constitui, localmente, um incentivo fundamental à partida dos jovens sub-empregados, desejosos de repetir o ciclo da prosperidade de outrem. Esta emigração, predominante em Portugal até cerca do terceiro quartel do século XIX, que se entronca, claramente, na rede comercial encabeçada por portugueses, que dominava ainda boa parte dos centros urbanos brasileiros, traduz-se para o país de origem numa fonte de incontestáveis benefícios financeiros imediatos. Não só as somas que os “brasileiros” trazem consigo, mas também os envios monetários a familiares, enquanto por lá se mantêm, assim como as heranças dos que por lá morrem, concorrem para uma constante importação de capitais, essencial à compreensão dos mecanismos financeiros da vida portuguesa de então. (SERRÃO, 1976, p. 90-91)

O principal interesse do historiador ao fazer tal descrição é o de compará-la à de um novo modelo de experiência emigratória para o Brasil, que passa a coexistir com o modelo tradicional, a partir de meados do século XIX, quando é extinto o tráfico escravo para este país. Gradualmente este novo modelo vai-se impondo, chegando, segundo o autor, a assumir aspecto predominante no final do século diante de novos fatores como a Abolição da Escravatura no Brasil e o incremento dos transportes oceânicos. O modelo do novo tipo de emigração, fruto dos condicionamentos

da conjuntura brasileira como internacional é assim descrito por Serrão:

Devido à carência de escravos, as necessidades prementes de mão-de-obra, sobretudo agrícola nas fazendas brasileiras, obriga os grandes proprietários de terras a tomarem a iniciativa do recrutamento de trabalhadores europeus. Para isso, enviam emissários que oferecem facilidades novas: o adiantamento dos custos das passagens marítimas, a celebração de contratos de meação ou parceria na exploração agrícola. Assim, os emigrantes partem sem dispêndios prévios, mas hipotecando a sua liberdade de trabalho no Brasil — durante um, dois, e por vezes quatro anos até lograrem pagar as despesas feitas pelo patrão. Na realidade substituem os escravos, em vias de desaparecimento, e em condições vantajosas para os proprietários das explorações agrícolas: enquanto um escravo custava, em 1859, entre 1.500\$000 e 2.000\$000 réis, um trabalhador livre obtinha-se apenas por 120\$000 réis, preço médio da sua deslocação a partir de Portugal. Claro que havia também os salários, mas a manutenção dos escravos também incidia nos seus custos. Cumprindo os contratos, que os obrigavam a dado tempo de prestação de serviços como trabalhadores agrícolas, os emigrantes procuram, em geral, outros modos de vida: tarefas artesanais, nas cidades mais próximas, ou, até pequenas explorações agrícolas que, por vezes, conseguem prosperar. Uma parte incapaz de adaptar-se “apresenta-se diariamente à porta da legação de Sua Majestade... pedindo uma esmola” ou “passagem para Portugal, e alguns mesmo para Angola. Neste mísero estado, de 1870 a 1874, retornam a Portugal, embarcando no Rio de Janeiro 1.507 indigentes. Aqueles que, apesar de tudo se adaptaram e prosperaram nas tarefas agrícolas, fixam-se definitivamente, na terra brasileira, cortando as amarras com o País de origem... É o anúncio do fim dos “brasileiros” e o começo de uma emigração que significa expatriação definitiva para cada vez maior percentagem dos que partem. (SERRÃO, 1976, p. 92-93).

Os dois modelos de emigração portuguesa para o Brasil, propostos por Serrão, pesquisador de vasta documentação sobre o assunto,<sup>23</sup> servem de ponto de referência para nossa tentativa

---

23 Joel Serrão dirigiu o “Dicionário de História de Portugal”, e dirige a Coleção

de captar as características gerais desta migração e das suas peculiaridades na Bahia, na segunda metade do século XIX.

Dados sobre a emigração portuguesa colhidos por Freitas (1876, p.10), indicam que o Brasil continuava a ser o escoadouro natural da emigração portuguesa entre os anos de 1855 e 1865:- de um total de 79.217 emigrantes saídos de Portugal neste período, 70.978 deles dirigiram-se para este país. Nos anos 80, segundo estimativa de Oliveira Martins, o Brasil ainda absorvia mais de quatro quintos da emigração portuguesa total, como pode ser verificado na tabela 2:

**TABELA 2**  
**Emigração Portuguesa**  
**1880 - 1888**

1.º — Europa e Ásia	2 900	2,0%
2.º — África Portuguesa:		
Emigração Espontânea.	3 600	2,4%
Colônia de Huila	800	0,6%
3.º — América:		
California	6 000	4,0%
Buenos Aires	3 000	2,0%
Demerara	2 000	1,2%
Brasil	126 000	85,2%
4.º — Oceania:		
Sanduiche	3 700	2,6%
	148 000	100

**Fonte:** Martins, Oliveira — Fomento Rural e Emigração (1956, p. 23).

O número de emigrantes para o Brasil, no período de 9 anos, tratados por Martins na tabela 2, dá uma média anual de 14.000 portugueses que para este país se dirigiam.

---

Horizonte na qual publicou sobre o assunto “A Emigração Portuguesa — Sondagem Histórica”, “Demográfica Portuguesa”, “Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa” além de outros estudos. Sua bibliografia abrange várias outras obras como a “Cronologia Geral da História de Portugal”, etc...

Vale a pena lembrar que, as causas que determinam o fenômeno da migração são complexas e integram-se no contexto sócio-econômico tanto das áreas receptoras como das fornecedoras de migrantes. Assim, a oferta portuguesa de mão-de-obra abundante na segunda metade do século XIX prende-se à chamada “revolução” demográfica então em pleno desenvolvimento em Portugal, (PEREIRA, 1971, p.29) que conjugada a problemas no setor agrário, e ao lentíssimo ritmo da industrialização traduzia-se numa situação de subemprego crônico. Segundo Evangelista (1971, p.151),

[...]este atraso do desenvolvimento industrial, dissociado no tempo da premente necessidade de ocupar o número crescente de indivíduos que todos os anos se incorporavam na população activa, constituía, sem dúvida, uma das principais, senão a primeira causa da emigração, tornada pela força das circunstâncias único meio capaz de aliviar a pressão demográfica que dominava o campo.

Se havia então em Portugal abundância de braços disponíveis a serem recrutados, existia também no Brasil interesse no recrutamento de mão-de-obra européia, o que explica esta intensa e contínua migração transoceânica neste período.

Com a iminente abolição do tráfico escravo, por volta de 1840, a questão da imigração passou a ser alvo de maior atenção no Brasil. Tornou-se então uma prática comum neste país a fixação de colonos em fazendas e grandes lavouras, trabalhando em regime de parceria — um tipo de colonização intermediária entre a de pequenos proprietários independentes e a “que se adotará mais tarde quase exclusivamente: a colonização por assalariados puros.” (PRADO JUNIOR 1945, p.198-200). Por volta de 1870, em virtude do considerável incremento da lavoura cafeeira e do movimento pela abolição do trabalho escravo no Brasil, o próprio governo passou a subvencionar a vinda de migrantes europeus, que chegando a este país iam sendo “distribuídos pelas diferentes fazendas de acordo com as suas necessidades e pedidos feitos”. (LEVASSEUR, 1889, p.241). Vale observar na tabela 3, em seguida apresentada, as

estatísticas apresentadas por Levasseur, em 1889, para a entrada de imigrantes de diversas nacionalidades no Brasil.<sup>24</sup> Altíssimo deve ter sido o número de portugueses entrados no sul deste país em 1888, ano em que o total de emigrantes saídos de Portugal foi de 23.981 indivíduos quase o dobro do total do ano anterior, quando saíram 16.932 portugueses. (MARTINS, 1956, P.228). Em carta datada de 21 de maio de 1888, poucos dias após a Abolição da Escravatura no Brasil, escrevia de Petrópolis o cônsul português:

Segundo me consta, muitos fazendeiros que ou já, foram ou prevêm que serão abandonados pelos trabalhadores escravos ou libertos, tratam de enviar agentes à Europa para contratar colonos, e é muito para receiar que n'esta transição rápida e precipitada do trabalho servil para o trabalho livre se cometam graves abusos em prejuízo dos colonos portugueses. (Documentos apresentados às Cortes na Sessão Legislativa de 1890 *in* Coleção de Livros Brancos, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, vol. 18, p.142)

**TABELA 3**  
**Entrada de Inigrantes no Brasil**  
**1878-1888**

1878	(todos os portos)	22 423
1879	»	22 189
1880	»	29 729
1881	»	11 054
1882	»	27 197
1883	»	28 670
1884	»	20 087
1885	»	30 135
1886	»	25 741
1887 — Santos	.....	31 310
1887 — Rio	.....	22 227
1888 — Santos	.....	74 353
1888 — Rio	.....	56 915

**Fonte:** Levasseur — Bresil, Grande Encyclopedie in Martins, Oliveira, Fomento Rural e Emigração, pág. 241.

<sup>24</sup> Levasseur — *Bresil Grande Encyclopedie in Martins Oliveira* — Fomento Rural, *opus* citado, pág. 241.

Em meados do século XIX, segundo depoimento do comandante do brigue escuna Tamega, a emigração lusa efetuava-se “em navios portugueses e era promovida por especuladores portugueses commumente os mesmos que se empregavam no tráfico da escravatura”<sup>25</sup>. Nos finais do século, navios estrangeiros, movidos a vapor, passavam a substituir as embarcações à vela no transporte de migrantes portugueses e a rede para o engajamento de colonos tornava-se uma atividade bastante lucrativa. Após 1870, os relatórios de diversos consulados portugueses no Brasil começam a substituir suas queixas contra a entrada clandestina de imigrantes por protestos contra arbitrariedades cometidas pelos engajadores de colonos <sup>26</sup>. A existência de uma emigração clandestina, paralela à legal, estava relacionada com a evasão ao serviço militar em Portugal. Seu funcionamento implicava na existência de redes de agentes muitas vezes acobertadas por companhias de navegação. No depoimento do administrador do conselho de Mondim, dado em 1885, há uma descrição minuciosa de seus mecanismos: “

Existe neste concelho a emigração clandestina, como em quase todos os do país. Manifesta-se especialmente com os indivíduos incursos no recenseamento militar, para os quais há companhias de engajadores perfeitamente organizadas. Têm estas companhias primeiros, segundos e terceiros agentes. Em geral o primeiro agente reside em Lisboa ou Porto, tem uma escrituração perfeitamente regular para este gênero de mercadoria e encarrega-se de dirigir os engajados até o momento do embarque. Faculta os passaportes, e de todos estes serviços tem um lucro exorbitante. O segundo engajador reside na província, é geralmente proprietário de uma casa comercial, da sua mão recebem os engajados o dinheiro para pagarem a passagem, para o comboio e para despesas. Em geral, como o engajado é pobre, os pais hipotecam as terras da futura legítima do filho e mais bens do casal, pagando os juros de taxa exorbitante, nunca menos de 10 por cento. Faz-se uma escritura de mútuo, em que figuram como primeiros credores os terceiros agentes, escritura caucionante de uma

---

25 Relatório do Primeiro Inquérito... opus citado, pág. 33.

26 Documentos apresentados...Sessão legislativa de 1890 — *in* Coleção de Livros Brancos, vol. 18 — *opus cit.*, págs. 141/142

letra de câmbio, do valor do simulado empréstimo, letra que mais tarde é descontada, ou antes endossada ao capitalista, segundo agente, e assim fica tudo sanado em face da lei. Se os pais do mancebo embarcado recusam pagar as 35 ou 40 libras, preço da passagem e trabalho, a letra é posta no vencimento em execução e os tribunais judiciais condenam na dívida e custas os devedores!... O terceiro engajador é o agente activo de todo o contrato; com ele tratam pessoalmente os engajados e famílias. É ele que dá ao engajado uma espécie de cheque sobre o segundo engajador e carta de recomendação para Lisboa e Porto. Estes agentes têm comissões de todas as companhias marítimas de transporte e uma correspondência em regra com o agente de Lisboa. São por toda parte altamente protegidos pelas influências locais e zombam descaradamente das autoridades. É um negócio rendoso, que dá 100 por 100 de lucros semestrais. Da forma por que se acha organizada esta torpíssima exploração, esta escravatura de carne branca, não é fácil a qualquer autoridade coibi-la ou castigá-la. (Martins, 1956, p. 13-14).

Apesar de ser considerada como clandestina em Portugal a emigração de indivíduos para os quais eram forjados passaportes, no Brasil, eram considerados clandestinos aqueles que chegavam sem passaporte algum. É por esta razão que diminuem, ao findar-se o século, as queixas contra a migração clandestina por parte dos consulados portugueses neste país, enquanto que em Portugal considerava-se que as saídas ilegais aumentavam progressivamente em razão direta do volume que tomava a emigração portuguesa. (SERRÃO, 1977, p37). Em 1872 o cônsul na Bahia afirmava não ter havido emigração clandestina para a província, tendo vindo apenas um indivíduo de Lisboa escondido num navio mercante, que fora imediatamente forçado a voltar.<sup>27</sup> Também o cônsul no Rio de Janeiro acreditava não ser avultada em 1875 a emigração clandestina para o seu distrito.<sup>28</sup>

Frequentes nos relatórios consulares sobre a emigração portuguesa são as denúncias sobre capitães e comandantes de

---

27 Documentos apresentados... sessão legislativa de 1874 in Coleção de Livros Brancos, vol. 4, *opus citado*, pág. 214.

28 Documentos apresentados... sessão legislativa de 1875 in Coleção de Livros Brancos, vol. 4, *opus citado*, pág. 9.

navios que cobravam preços exorbitantes pelas passagens enquanto ofereciam péssimas condições de viagem em suas embarcações. Em 1860, por exemplo, uma inspeção policial trazia à baila a questão de que o brigue Athenas, chegado em Salvador, vindo do Porto não cumprira o regulamento estabelecido para o transporte de passageiros. Além de não ter o asseio conveniente, trouxera 15 “emigrantes de proa” sem fornecer-lhes camas ou redes para dormir, tendo cada um direito apenas a 21 palmos quadrados de espaço para si e suas “caixas de pinho”, que era onde carregava a pouca bagagem <sup>29</sup>. Há denúncias também sobre capitães que transportavam indivíduos “gratuitamente”, recebendo o montante das passagens após engajá-los a algum proprietário no Brasil. Há, por exemplo, uma declaração do cônsul José Agostinho Salles em 1857 sobre irregularidades num contrato de locação de serviços que o conselheiro Francisco Gonçalves Martins <sup>30</sup> pretendia realizar com 10 indivíduos, que necessitavam adiantamento de dinheiro, para pagarem suas passagens ao comandante do vapor português D. Pedro V, que os trouxera a Salvador. Na ocasião o cônsul fez saber aos migrantes que, “pelo facto de deverem aquella passagem ao navio não podiam ser obrigados a se contratarem com esta ou aquela pessoa para effectuarem o pagamento do transporte”. <sup>31</sup>

Eram constantes os protestos contra a triste situação de muitos portugueses vindos para o Brasil como “contratados”, mas ainda alimentando ilusões de adquirirem fortuna rapidamente. Poucos foram os casos dos colonos engajados que conseguiram adquirir meios pecuniários para sequer poder pagar as despesas de regresso à pátria, mesmo após longos anos de trabalho. Segundo resposta dada pelo consulado no Rio de Janeiro ao inquérito parlamentar sobre a emigração portuguesa:

---

29 O termo de exame do Brigue Athenas em 9/2/860 consta dos documentos apresentados... na sessão legislativa de 1874 *in* Coleção de Livros Brancos, vol. 4, *opus citado*, pág. 108.

30 Francisco Gonçalves Martins, senhor de engenho, foi um dos Presidentes da Província “da Bahia na época do Brasil Império.

31 Documentos apresentados... sessão legislativa de 1874 *in* Coleção de Livros Brancos, vol. 4, *opus citado*, pág. 20.

Os emigrantes sujeitos a prestação de serviços... começam por estar desde logo onerados com a dívida do transporte para este paiz, a qual com as adições e despesas contadas a arbítrio dos empregadores eleva-se à soma de 120\$000 a 150\$000 réis, No tempo do cumprimento do contrato, os colonos em vez de amortizarem essa dívida, argumentam-na, e era geral, findo o referido tempo, que ordinariamente é de dois ou três anos, devem 400\$000 a 600\$000 réis, conta ainda feita a arbítrio exclusivo dos proprietários <sup>32</sup>.

Numa campanha contra o Brasil, a propósito da emigração portuguesa, o jornal lisboeta “A Capital” publicava na virada do século, um artigo ferino onde era declarado que “a terra que o emigrante visionou como um paraíso é na realidade um grande cemitério” (TELLES, 1913, p.3). A crítica refletia a situação de miséria criada para muitos portugueses pelo modo como se processava a emigração em massa para o país que modificava a estrutura geral do seu modo de produção, numa época em que se dizia: “O Brasil é o Café” <sup>33</sup>. Apesar da preferência dos portugueses em permanecerem nas cidades ou para estas de dirigirem quando o prazo de seus contratos de trabalho findava ( SERRÃO, 1977, p. 96), era inevitável que uma grande parte da emigração lusa fosse envolvida pelo recrutamento para a lavoura cafeeira sulina.

A canalização da imigração para o Sul inseria-se num quadro amplo de fatores que elegiam aquela região como a principal responsável pelo progresso econômico do país. Na Bahia, onde a crise do sistema escravista abalara toda a estrutura da produção e do comércio, tendo também nesta época o seu “principal produto pouca aceitação no mercado internacional (SEPLANTEC, 1981, p.14), não foi possível ser sustentado um programa de imigração para a lavoura. Descapitalizada, a agricultura baiana era incapaz de absorver grandes contingentes de imigrantes, inclusive portugueses. A imigração estrangeira foi assunto de discussão durante décadas, sem resultados concretos significativos. Em Salvador, por exemplo,

---

32 Relatório do Primeiro Inquérito... *opus citado*, pág. 105.

33 Frase famosa no Parlamento do Império citada por Prado Júnior, Caio — História Econômica... *opus citado*, pág. 177.

a “Sociedade Bahiana de Imigração”, inaugurada em 1886, nada realizou além de algumas poucas reuniões onde o problema foi debatido<sup>34</sup>.

Há um único caso de contratação de serviços de colonos recrutados em Portugal para o trabalho em latifúndios baianos, mencionado nos relatórios consulares pesquisados. Refere-se ao caso de 45 indivíduos vindos na barca Pernambucana, em 1859, para trabalhar na colônia estabelecida por Thomas Pedreira Geremoabo. Estes imigrantes reclamaram junto ao cônsul do seu país ter sido enganado, pois “não haviam formado atenção de se sujeitarem à lavoura da canna”. Alguns destes conseguiram rescindir o contrato, arranjando novos patrões que adiantaram os seus débitos, pagando as dívidas por meio de subscrições de conhecidos, outros fugiram<sup>35</sup>. Na série de inscrições de imigrantes no consulado, há, porém, nos anos de 1858 a 1859, matrículas de outros 66 portugueses contratados pelo mesmo Geremoabo para trabalhar em suas terras. Além destas, poucas são as inscrições de indivíduos destinados à lavoura no interior da província ou no Recôncavo baiano<sup>36</sup>.

Em 1870, escrevia Gregório Anselmo Marques, cônsul português em Salvador, para um Ministro do seu país:

Nenhuma informação posso dar acerca dos proprietários brasileiros que melhor cumpram os contratos de locação e mais vantagens ofereçam aos colonos, por isso que em todo distrito consular a meu cargo não existem colonos alguns contratados, reservando-me para de futuro dar regularmente a V. Exa. as devidas informações quando porventura tais contratos se derem<sup>37</sup>.

---

34 Atas da Sociedade Baiana de Imigração — Arquivo do Estado da Bahia, Seção Histórica, Pastas Colonos e Colônias, 1828-1889.

35 Documentos apresentados... sessão legislativa de 1874, *in* Coleção de Livros Brancos, vol. 4, *opus citado*, pág. 56.

36 Habilitações — 2ª Série — Documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados) — MNEP

37 Documentos apresentados... sessão legislativa de 1875 *in* Coleção de Livros Brancos, vol. 4, *opus citado*, pág. 197.

O Presidente da Província da Bahia, na fala com que abriu a sessão da assembléia provincial em 1 de Março de 1872, quando trata da colonização diz o seguinte:

Não me consta que se tenha organizado na província associação alguma que se proponha à introdução de colonos, nem mesmo que algum fazendeiro os tenha mandado buscar 'por conta própria.

O serviço da lavoura continua a ser feito por escravos no geral das nossas fazendas e engenhos, com excepção de poucos, em que vae principiando a introduzir-se o trabalho livre.

Nos engenhos principalmente, os braços livres, quando concorrem, preferem os trabalhos de transporte, de tratamento de animaes, de fabricação, ficando os da cultura do campo a cargo dos escravos, como o mais difficil e em que a transformação se tem de operar lentamente<sup>38</sup>.

Rejeitando o trabalho nos canaviais, considerado suportável apenas para os escravos, a maioria dos imigrantes portugueses que necessitavam de engajamento preferiam trabalhar nas fazendas de café do Sul “por ser a sua cultura mais fácil, e o resultado muito mais lucrativo do que qualquer outro do Brasil”<sup>39</sup>. Também os salários e a alimentação do Sul eram mais convidativos que os da Bahia, conforme se pode constatar comparando as respostas dadas por cônsules portugueses em diferentes regiões do país, ao questionário para eles enviado. A tabela 4 mostra a diferença entre os salários do Rio de Janeiro e da Bahia em dois diferentes momentos.<sup>40</sup>

---

38 Fala com que o Presidente da Província da Bahia abriu a 19.ª legislatura da Assembléia Provincial em 1/3/1872, citado nos Documentos apresentados... na sessão legislativa de 1874 in Coleção de Livros Brancos, vol. 4, *opus citado*, pág. 216.

39 Em carta escrita em 1855 dizia o Cônsul português na Bahia que o Trabalho nos canaviais era duro demais, só se sujeitando a ele indivíduos cuja condição é a da infeliz escravidão — Documentos apresentados... sessão legislativa de 1874 in Coleção de Livros Brancos, vol. 4, *opus citado*, pág. 54.

40 Os dados sobre salários foram colhidos através de relatos consulares conforme fontes citadas.

**TABELA 4**  
**Salário Mensal do Trabalhador Agrícola Livre**  
**(Com Alimentação)**

<i>Ano</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>Bahia</i>
1858	16\$000 a 20\$000 réis	9\$000 réis
1872	25\$000 réis no mínimo	15\$000 réis

**Fontes:** Para 1858, Relatos Consulares — Documentos apresentados às Cortes portuguesas na sessão legislativa de 1874 — Coleção dos Livros Brancos, vol. 4 — MNEP. Para 1872, Primeiro Inquérito Parlamentar sobre Emigração Portuguesa — TT.

Se o objetivo a ser cumprido pela emigração “contratada” era o de carrear forças para o trabalho na lavoura do café, principal produto brasileiro na época, a emigração “clássica ou “livre” contribuía para a sobrevivência da comunidade lusa em várias cidades do país, onde em geral os portugueses dedicavam-se ao comércio”. Entretanto, esta migração dita “espontânea” obedecia à manipulação de ordem econômica, atraída pelas melhores condições de colocação no mercado de trabalho de centros mais prósperos.

Na Bahia, em 1872, os imigrantes que se empregavam como caixeiros ou guarda livros recebiam salários desde 15\$000 até 3.000\$000 réis anualmente. Os que exerciam ofícios de pedreiros, carpinteiros, alfaiates e carroceiros podiam ganhar 2\$000 réis diários<sup>41</sup>. No Rio de Janeiro, os salários de caixeiros e demais auxiliares de comércio também variavam bastante. Em geral os caixeiros de estabelecimentos pequenos que vendiam a retalho, ganhavam de 10\$000 a 30\$000 réis mensais, com direito a casa e comida. Nas casas comerciais de maior porte os vencimentos eram via de regra anuais, mediando entre 1.000\$000 e 2.000.\$000 réis;

<sup>41</sup> Documentos apresentados... sessão legislativa de 1874 *in* Coleção de Livros Brancos, v. 4, *opus cit.*, pág. 213.

os guarda-livros chegavam a ganhar de 6.000\$000 a 8.000\$000 réis. Pedreiros e carpinteiros não engajados sem nenhum contrato ganhavam de 3\$000 a 5\$000 réis diários<sup>42</sup>. Muitos foram os imigrantes que chegados a Salvador dirigiram-se a outras províncias em busca de melhores condições de trabalho. Sintomática das dificuldades de sobrevivência no mercado de trabalho baiano é a relação de passaportes conferidos aos súditos portugueses saídos de Salvador para outros pontos de imigração, fornecida num dos relatórios consulares enviados a Portugal.

**TABELA 5**  
**Passaportes Conferidos a Portugueses que Saíram para**  
**outros Pontos de Imigração - Salvador: 1864-1873**

Ano	N.º de homens		N.º de mulheres		Total
	Até 14 anos	Mais de 14 anos	Até 14 anos	Mais de 14 anos	
1864	2	94	—	—	96
1865	1	65	—	—	66
1866	—	75	—	—	75
1867	1	83	—	—	85
1868	4	73	1	4	82
1869	3	96	—	1	100
1870	2	56	—	—	58
1871	4	61	2	7	77
1872	2	60	1	2	65
1873	—	25	—	1	26
Total	19	4	691	16	730

**Fonte:** Relatório Consulares Documentos apresentados às Cortes portuguesas na sessão legislativa de 1875 — Coleção dos Livros Brancos, vol.4 — MNEP.

Rio de Janeiro continuava a ser o destino mais frequente dos migrantes portugueses, inclusive dos que saíam da capital baiana para outros portos do Brasil<sup>43</sup>. Em 1872, respondendo ao inquérito

<sup>42</sup> Relatório sobre o Primeiro Inquérito Parlamentar... *opus citado*, págs. 105 e 106

<sup>43</sup> Vários exemplos de portugueses que saíram da Bahia para o Rio alegando irem em busca de melhores condições de trabalho, foram encontrados na 2.ª Série de

parlamentar sobre a emigração portuguesa, o cônsul luso no Rio revelava terem entrado naquele porto, entre junho de 1861 e maio de 1872, 49.610 portugueses vindos em embarcações à vela, não se incluindo neste número nem os passageiros de vapores nem os que chegavam clandestinamente. Muitos dos referidos migrantes traziam suas famílias, e a maior parte era de analfabetos. Os que sabiam ler e escrever vinham “ordinariamente para empregar-se no Comércio”, o restante devia encontrar trabalho nas fazendas. O caso de imigrantes contratados regularmente eram ainda raros, porém, “muitos eram os engajados verbalmente ou por escritos destituídos das formalidades legais”, uma vez que os contratantes temiam que vindo o consulado a tomar conhecimento das convenções estabelecidas entre patrões e contratados, pudesse declará-las nulas por irregularidades<sup>44</sup>.

Para o período de cinco anos entre 1.º de janeiro de 1870 e dezembro de 1874, o total estimado pelo cônsul Daniel da Silva Ribeiro para a entrada de portugueses no Rio de Janeiro é de 46 828 indivíduos, tendo ele declarado estar “convencido de que o número dos emigrantes deve ser maior, porque algumas vezes faltam relações de passageiros de alguns paquetes, e não posso absolutamente obter dados acerca da emigração clandestina”<sup>45</sup>.

Contrastam enormemente as cifras estimadas por Serrão para a entrada de portugueses no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras como pode ser verificado na tabela 6.

A constatação a ser enfatizada a partir dos dados é de que a Bahia não era nesta época um importante polo canalizador da emigração lusa. Henrique Lyra, que estuda os fenômenos da imigração e da colonização na Bahia na segunda metade do século XIX, salienta que a maioria de imigrantes entrados nesta província era de portugueses. (LYRA, s/d). Levando-se em conta a pequena quantidade de portugueses desembarcados em Salvador nesta

---

Habilitações — Doc. do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados) — MNEP

44 Relatório sobre o 1.º Inquérito Parlamentar... *opus cit.*, pág. 104.

45 Documentos apresentados... sessão legislativa de 1875, *in* Coleção de Livros Brancos, vol. 4, *opus citado*, pág. 10.

época, pode-se afirmar que era mínima a emigração geral para esta província.

**TABELA 6**  
**Entrada de Portugueses em Portos Brasileiros**  
**1856-1878**

<i>Ano</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>Pará</i>	<i>Pernambuco</i>	<i>Bahia</i>
1856	9 159			
1857	9 340			
1858	9 327			
1859	9 342			
1860	5 914			
1861	6 460			
1862	5 625			
1863	3 365			
1864	5 097	270	307	
1865	3 784	309	365	
1866	4 724	449	347	
1867	4 822	421	360	
1868	4 425	561	417	134
1869	6 347	798	771	118
1870	6 110	745	705	82
1871	8 124	1 031	728	110
1872	12 918	1 071	803	
1873	9 907			
1874	10 200			
1875	11 914			
1876	8 210			
1877	7 775			
1878	5 299			

**Fonte:** Levantamentos realizados por Serrão — A Emigração Portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XIX, pág. 100, 101 e 102.

Um mapa demonstrativo da mortalidade de portugueses no Brasil, entre 1864 e 1871 constante do relatório final da comissão parlamentar de inquérito sobre a emigração portuguesa, indica pelo número de sepultamentos que, em comparação com algumas outras cidades do Brasil, a colônia portuguesa na Bahia não era quantitativamente das mais significativas.

**TABELA 7****Súditos Portugueses Falecidos no Brasil  
1864-1871**

<i>Ano</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>Pernambuco</i>	<i>Bahia</i>	<i>Pará</i>	<i>Maranhão</i>
1864	—	75	24	73	75
1865	984	86	32	51	86
1866	928	89	24	86	89
1867	1 049	80	29	47	80
1868	1 072	77	23	82	77
1869	1 156	77	26	104	77
1870	1 701	131	24	94	131
1871	1 163	206	33	211	206

**Fonte:** “Mapa da Mortalidade no Brasil” — Relatório do Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração portuguesa — pág. 98 — BNL.

De acordo com o cadastramento de imigrantes no Consulado de Portugal na Bahia entre 1852 e 1889, efetuado por meio de registros de imigrantes, ou “habilitações”, era em Salvador que se concentrava o maior número de portugueses na Província. Além de ser pequena a imigração para o trabalho agrícola, o número dos portugueses que se dirigiam para o interior e Recôncavo era mínimo em relação ao total dos inscritos no Consulado: dos registros de imigrantes consultados, apenas 485, ou seja, 5% são de indivíduos que se dirigiram a outras regiões da Província, não permanecendo em Salvador.

Na série de registros, ou “habilitações”, também é bem pequeno o número de mulheres — somente 115 — o que indica ter sido a emigração lusa para a Bahia essencialmente masculina, neste período. Dados sobre sepultamento de portugueses em cemitério de Salvador reforçam esta afirmação.

**TABELA 8**  
**Sepultamento de Portugueses**  
**Salvador: 1864-1872**

	<i>Cemitério do Campo Santo</i>	<i>Cemitério da Quinta dos Lázaros</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
Homens	233	368	601	92,00
Mulheres	29	26	55	8,00
Total geral	262	394	656	100,00

**Fonte:** Relatórios Consulares, Documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados)—MNEP.

A dinâmica da imigração lusa para Salvador fica ilustrada na tabela 9, que em seguida apresentamos, pois é muito mais significativa em termos da tendência demonstrada do que pelos seus números absolutos, inclusive por haver uma lacuna na documentação referente, principalmente, aos anos de 1864 e 1865 que impediu que fossem avaliadas as entradas de portugueses nestes anos. Chamamos atenção também para o fato de que a série de inscrições que utilizamos inicia-se em 1852, mas muitos dos inscritos chegaram a anos anteriores àquele.

Foi computado na tabela 9 apenas o número de inscritos do sexo masculino que se radicaram em Salvador, uma vez que, conforme já foi mencionado, estes representavam o grosso da imigração lusa para a Bahia.

A tabela 9, ilustrativa da dinâmica da imigração portuguesa para a Bahia, reforça as conclusões sugeridas pelos outros dados apresentados neste capítulo. O levantamento de todos estes dados nos permite afirmar que além do reduzido número de imigrantes chegados à Bahia na segunda metade do século XIX, em comparação com o que ocorria em outros pontos do país, a tendência do movimento emigratório luso em direção a esta Província foi a de

ir diminuindo gradativamente ao findar-se o século. A nosso ver, este fato, assim como o da grande proporção dos portugueses que chegados em Salvador saíam em busca de outros pontos de imigração, são fenômenos que refletem o agravamento da crise econômica baiana neste período.

Durante a segunda metade do século XIX, época em que tomou grande impulso a exportação de mão-de-obra dos países europeus para as Américas, a conjuntura econômico-social desta Província não favorecia a vinda de imigrantes. O fraco desenvolvimento das forças produtivas e os acanhados investimentos de capital na região, em visível contraste com o que acontecia nas regiões cafeeiras sulinas, resultavam em que a corrente migratória fosse desviada da Bahia, assim como do Nordeste de uma maneira geral.

O novo modelo da emigração portuguesa para o trabalho na lavoura brasileira, que se torna o mais comum nas regiões meridionais do país, não conseguiu ser imposto na Bahia, permanecendo aí, e definhando pouco a pouco o modelo “tradicional” de imigração, ou seja, um tipo de imigração para o trabalho no comércio, como veremos no próximo capítulo.

**TABELA 9**  
**Portugueses Radicados em Salvador**  
**Número de Entradas por Ano (1952-1889)**

<i>Ano</i>	<i>Quantidade</i>
1852	120
1853	124
1854	121
1855	101
1856	117
1857	99
1858	151
1859	153
1860	77
1861	46
1862	75
1863	67
1864	—
1865	—
1866	106
1867	88
1868	100
1869	89
1870	76
1871	93
1872	110
1873	101
1874	82
1875	72
1876	74
1877	65
1878	50
1879	40
1880	63
1881	67
1882	60
1883	32
1884	35
1885	24
1886	21
1887	11
1888	15
1889	10

**Fonte:** “Habilitações” — Documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados) — MNEL.

## IMIGRANTES PORTUGUESES NA BAHIA

Tudo é cevada, tudo é milho,  
Hoje no escritório de Conde & Filho  
Amanhã na casa do filho conde  
E depois não sei mais onde:  
Na sepultura ou sob a lousa,  
Talvez, no escritório do Souza  
Tudo isto, meu Deus, terror me infunde,

“Sic Transit Gloria Mundi”.  
(Versos de um caixeiro 1883)

### Características de Emigração

#### Lusa para Salvador

Quando se pensa no imigrante português vindo para a Bahia no século XIX, a figura visualizada é sempre a do comerciante em suas diversas funções. São caixeiros, varejistas, grossistas, comissários ou exportador-importadores os portugueses de que nos falam a bibliografia histórica e sociológica, a literatura e a tradição oral<sup>46</sup>. Utilizando a documentação do Consulado de Portugal na Bahia, referente à segunda metade do século XIX, tornou-se possível uma caracterização geral da emigração responsável pela sobrevivência da comunidade lusa em Salvador neste período.

A série de habilitações, ou seja, de inscrições ou registros de imigrantes, foi a principal fonte utilizada para tal caracterização. Os dados desta série documental permitiram a elaboração de tabelas ilustrativas da composição do contingente luso nessa cidade, vindo

---

<sup>46</sup> Esta constatação aplica-se especificamente à Bahia em obras de estudiosos como Francisco M. de Góes Calmon, Thales de Azevedo, Mario Augusto da Silva Santos, e é extensiva à todo o Brasil, como por exemplo em livros de Gilberto Freyre, em romances como O Cortiço, de Aluisio de Azevedo, etc...

a confirmar afirmações qualitativas e tradicionais sobre o assunto. Com base nos dados fornecidos pelas “habilitações” conclui-se que o grupo luso na capital baiana era constituindo essencialmente por indivíduos que se dedicavam à atividade marítima e/ou comercial, conforme demonstra a tabela 10.

**TABELA 10**  
**Profissão dos Portugueses - 1852-1889**

<i>Profissão</i>	<i>N.º de pessoas</i>	<i>%</i>
Náutico/Marítimo	4 646	59,45
Caixeiro	1 940	24,82
Negociante	218	2,79
Comerciante	106	1,36
Comercio	159	2,03
Mascate	6	0,08
Padeiro	40	0,51
Carpinteiro	41	0,52
Tanoeiro	34	0,44
Canteiro	12	0,15
Serralheiro	9	0,12
Pedreiro	11	0,14
Ourives	14	0,18
Tecelão	12	0,15
Chapeleiro	55	0,70
Alfate	35	0,45
Sapateiro	20	0,26
Estudante	27	0,35
Professor	2	0,03
Farmacêutico	10	0,13
Médico	7	0,09
Proprietário	12	0,15
Eclesiástico	5	0,06
Pescador	24	0,31
Remador	9	0,12
Feitor	11	0,14
Artista	5	0,06
Músico	6	0,08
Barbeiro	5	0,06
Servente	9	0,12
Copeiro	12	0,15
«Lavourea»	77	0,99
«Trabalhador»	124	1,59
«Outras»	96	1,23
Não declararam	16	0,20
<b>TOTAL</b>	<b>7 815</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** “Habilitações”, 2ª. série, documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados) Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal-MNEP

Considerando-se que os marítimos registrados no Consulado faziam parte da população flutuante de Salvador, pois tornavam-se, os seus serviços, podemos afirmar que a esmagadora maioria dos imigrantes lusos na Bahia era de caixeiros. Vale ressaltar que as profissões foram transcritas na tabela 10 conforme estão declaradas nos registros, e correspondem à adotada pelo imigrante na sua chegada. Poucos se registravam antes de estarem empregados, estes geralmente sendo da categoria de artesãos ou dos que se declararam “trabalhadores. A maioria dos caixeiros já vinha com colocação no mercado do trabalho a chamado de patrícios. Na verdade, muitos destes só entravam em contato com as funções comerciais ao chegarem ao Brasil, sendo, como filhos de camponeses, afeitos à atividade rural em Portugal<sup>47</sup>.

Algumas observações devem ser feitas também sobre as seguintes profissões declaradas pelos imigrantes:

- **CAIXEIRO** — O termo refere-se a empregados de casas comerciais de uma maneira geral, não só os que se ocupavam do caixa como também os vendedores, encarregados da escrituração, etc. (SANTOS, 1974, p.36)
- **COMERCIANTE/NEGOCIANTE** — Não conseguimos distinguir claramente a diferença entre estas duas profissões declaradas, não só nesta série documental como em outras para o mesmo período. O termo “negociante” em outros documentos do século XIX parece referir-se aos que entravam no negócio de

---

<sup>47</sup> As freguesias de procedência da maior parte dos imigrantes situam-se em zonas rurais de Portugal — Habilitações, 2.<sup>a</sup> Série — Documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados) — MNEP.

exportação/importação, e “comerciante” aos grossistas e retalhistas. “Estas atividades, no entanto, confundiam-se e não era raro que retalhistas mais abastados se declarassem “negociantes”, como acontecia, por exemplo, em testamentos”<sup>48</sup>.

- **COMÉRCIO** — Esta era uma designação geral tanto para pequenos comerciantes tipo quitandeiros, etc., quanto para empregados do comércio. Chegamos a tal conclusão pelos dados pontuais fornecidos por algumas “habilitações” onde o inscrito que declara “comércio” como profissão, relata possuir uma quitanda, taverna, etc. ou então se declara empregado em alguma firma comercial<sup>49</sup>.
- **LAVOURA** — Nessa tabela, onde estão computados apenas os inscritos radicados em Salvador, “lavoura” refere-se à profissão dos que vinham trabalhar nas roças e hortas dos arredores da cidade. Os trabalhadores agrícolas que se dirigiam para engenhos e plantações do Recôncavo e interior da Província não foram incluídos nas tabulações por razões explicadas no item referente às fontes documentais utilizadas neste trabalho<sup>50</sup>.

---

48 Segundo o Dicionário dos Synonimos da Lingua Portuguesa de J. J. Roquete e José Fonseca, Edição de Aillard, Guillard, Paris, 1878, negociantes são os que se dão ao negócio ou algum ramo de comercio... os mercadores de grosso.

49 Habilitações, 2.<sup>a</sup> Série — Documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados) — MNEP

50 O número dos que se dirigiram ao Recôncavo e Interior, 485, equivale a 5% do total das 9 500 inscrições consulares ou habilitações consultadas.

- **OUTRAS PROFISSÕES** — Para não tornar muito extenso na tabela 10, agrupa algumas profissões menos representativas e de pouca frequência sob o rótulo de “outras”. Referem-se a profissões artesanais (mais de 50%) como as de latoeiro (2 casos), oleiro (2 casos), fundidor (1 caso) etc., e de prestação de serviços como a de cocheiro (2 casos), carroceiro (2 casos) e também fotógrafos (2 casos), cabeleireiros (2 casos) etc.

Como já foi dito as profissões desta tabela, correspondem às que foram dadas pelos portugueses na ocasião em que se inscreveram no Consulado. Nem sempre, porém as inscrições eram efetuadas no ano de chegada do imigrante, podendo acontecer, por exemplo, que um indivíduo chegado aqui como caixeiro tivesse se tornado comerciante ou mudado para outra profissão. Assim, as profissões declaradas por alguns portugueses no ato da inscrição, já não eram mais aquelas que eles exerciam logo ao chegarem à Bahia. Por outro lado, alguns dos já inscritos chegavam a participar ao Consulado o fato de terem mudado de profissão. Vários foram os caixeiros que se tornaram marítimos, como Antônio André da Silva, habilitado n.º 28, João Fernandes de Moraes, habilitado n.º 241, Manoel José da Costa, habilitado n.º 308, Antônio José d’Almeida, habilitado n.º 677, etc. Há também inscrições de artesãos que trocaram de profissão como João Alberto Rebello, habilitado como chapeleiro sob o n.º 777, que se tornou “remador de saveiro”. Existem ainda casos de imigrantes que ascenderam na hierarquia comercial, como o de Guilherme Augusto Ricardo, habilitado n.º 333, que se inscreveu como caixeiro e tornou-se comerciante mais tarde, e o de João Corrêa Picanço, habilitado n.º 748, que se declarava alfaiate, mas “atualmente comerciante”<sup>51</sup>.

---

51 Habilitações, 2.ª Série... *doc. cit.*..

Para evitar erros de interpretação a tabela 10, por exemplo, considera que 100 % dos portugueses que se declararam comerciantes ou negociantes, já iniciavam nesta categoria suas atividades profissionais em Salvador,<sup>52</sup> apresentamos as seguintes tabelas que mostram não só as variações das defasagens entre datas de chegada e as datas de matrícula dos imigrantes (tabela 11), como também as profissões onde tais defasagens eram mais incidentes (tabela 12). Os “marítimos” estão excluídos desta e das demais tabelas a serem apresentadas daqui em diante, por serem considerados, de uma maneira geral, como integrantes da população flutuante de Salvador.

**TABELA 11**

<i>Desfasamento entre ano de chegada e ano de registro</i>	<i>Número de inscrições</i>	<i>%</i>
0 a 1 ano	1 903	60,00
2 a 4 anos	499	15,50
5 a 11 anos	465	14,50
11 a 20 anos	219	7,00
Mais de 20 anos	83	3,00
<b>TOTAL</b>	<b>3 169</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Habilitações — 2ª série, Documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados)—MNEP.

52 O processamento dos dados das habilitações foi feito de maneira a que ficasse bem determinada a data de chegada e a data de inscrição do imigrante, podendo assim ficar bem determinada a quantidade de imigrantes que chegaram em cada ano.

**TABELA 12**

Profissão	Diferença entre ano de chegada e ano de registro					Total
	0—1 ano	2 a 4 anos	5 a 11 anos	11 a 20 anos	mais 20	
Caixeiro	1 320	322	267	46	3	1 940
Negociante	50	27	47	53	41	218
Comerciante	13	11	34	39	9	106
Comércio	48	24	35	38	12	159
Mascate	2	1	2	1	—	6
Padeiro	19	7	9	3	2	40
Carpinteiro	25	9	3	3	1	41
Tanoeiro	17	7	8	1	1	34
Canteiro	8	2	2	—	—	12
Serralheiro	8	—	—	1	—	9
Pedreiro	7	2	1	1	—	11
Ourives	10	1	2	1	—	14
Tecelão	7	1	2	2	—	12
Chapeleiro	39	8	3	4	1	55
Alfaiate	25	8	—	1	1	35
Sapateiro	14	1	4	—	1	20
Estudante	18	2	6	1	—	27
Professor	1	1	—	—	—	2
Farmacêutico	9	1	—	—	—	10
Médico	6	1	—	—	—	7
Proprietário	10	—	—	—	2	12
Eclesiástico	5	—	—	—	—	5
Pescador	24	—	—	—	—	24
Remador	4	4	—	1	—	9
Feitor	8	1	2	—	—	11
Artista	4	1	—	—	—	5
Músico	5	1	—	—	—	6
Barbeiro	3	—	—	2	—	5
Servente	7	2	—	—	—	9
Copeiro	8	2	—	1	1	12
«Lavoura»	49	14	7	5	2	77
«Trabalhador»	83	21	16	4	—	124
«Outras»	54	14	14	10	4	96
Não declararam	11	3	1	1	—	16
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1 903</b>	<b>499</b>	<b>465</b>	<b>219</b>	<b>83</b>	<b>3 169</b>

**Fonte:** Habilitações - 2.<sup>a</sup> Série, Documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados) - MNEP

Conclui-se da tabela 11, que 60% das profissões indicadas na tabela 10 correspondem àquelas exercidas pelos imigrantes no primeiro contato com o mercado de trabalho que lhes era oferecido em Salvador. Pela tabela 12 vê-se que praticamente não há defasagem entre a data de chegada e a de matrícula para 67% dos caixeiros, e uma proporção totalmente insignificante destes matriculou-se 20 anos ou mais após o desembarque em Salvador. No entanto, só 12% dos comerciantes e 23% dos negociantes matricularam-se de 0 a 1 ano após a chegada. Dos negociantes, cerca de 19% matriculou-se com um intervalo de 20 anos e, muitos destes, ao declararem-se “atualmente “comerciante”, dão a impressão de já terem sido caixeiros. É importante lembrar que muitos dos negociantes importantes da Bahia na segunda metade do século XIX”, chegaram a Salvador, vindos de Portugal, vários anos antes de 1850, não constando seus nomes no rol dos registros da 2.ª série de “habilitações” do Consulado de Portugal na Bahia, começada em 1852. Nos registros da 1ª série, (inscrições com as quais pretende-se trabalhar posteriormente) foram encontrados nomes como os de Justino José Fernandes, e muitos outros, que foram figuras de proa do comércio baiano, alguns pioneiros da industrialização da Província, como no caso de Antônio Francisco Brandão e Manoel Pinto Coimbra. Estes, por exemplo, chegaram a Salvador para trabalhar como caixeiros, estando inscritos no Consulado, o primeiro em 1831 e o segundo em 1850. Os seus nomes não constam entre os que renovaram os seus registros, mas aparecem na 2.ª série de inscrições como responsáveis pela vinda de novos caixeiros de Portugal<sup>53</sup>.

A superioridade numérica dos caixeiros sobre as demais profissões das séries de “habilitações” indica que era para se empregar nas casas comerciais que vinha a porção mais significativa da corrente emigratória de Portugal para a Bahia. Segundo Santos (1977),

[...] era uso dos comerciantes portugueses buscar, em sua terra, jovens patrícios e torná-los seus caixeiros ou dar trabalho aos que vinham tentar sobre a sorte por conta própria. Não que faltasse mão-de-obra local para atender à demanda,

---

53 A primeira série de Habilitações tem início em Janeiro de 1830 e vai até Maio de 1852 com 6461 inscrições.

tanto que brasileiros eram admitidos em casas portuguesas. A preferência pelos patrícios deveria ser ditada por considerações de ordem afetiva e talvez, também de ordem prática, porque os imigrantes seriam empregados mais estáveis e menos exigentes quanto às condições iniciais de trabalho que, na época eram bem árduas: longas jornadas, acúmulo de funções desde as de faxineiro, passando pelas de balconistas e vitrinista (quando a casa possuía mostruário), até a execução de balancetes, inexistência de férias remuneradas e às vezes até de repouso semanal, quando havia necessidade de trabalharem, portas fechadas, patrões e empregados. (SANTOS, 1977, p.164).

Baseado em anúncios de oferta de emprego para caixeiros, publicados em jornais pernambucanos de meados do século XIX, Freyre (1968, p.270-278) relata que havia preferência pelas casas comerciais em contratar candidatos que tivessem entre 11 e 14 anos de idade.

Se havia para os comerciantes portugueses no Brasil vantagens na contratação de adolescentes, patrícios e mesmo parentes seus, por serem empregados mais dóceis, já vimos que havia em Portugal, uma forte razão para a emigração de jovens com menos de 14 anos de idade: a fuga ao serviço militar. A este respeito um escrito do Cônsul português é esclarecedor:

Dos imigrantes, aqueles a quem cabe mais desgraçada e comovente sorte são os que vem para fugir ao recrutamento; não os clandestinos, mas os menores de quatorze anos, e infelizmente é avultado hoje o número d'estes, porque, como só depois dos quatorze annos é que são obrigados a prestar fiança, os pães para os não ver soldados preferem arremessal-os para o Brasil, muitas vezes sem a mais leve recomendação, entregues completamente à inexperiência, se não acham a quem os venderem! É ignóbil, mas é verdade. Esta venda consiste em dar aos exploradores de seus filhos uma procuração com as formalidades legais, na qual lhes outorgam todos os poderes em direito necessários para poderem reger as pessoas de seus filhos e administrar seus bens... Os sem proteção, mas livres, ordinariamente, ficam na cidade onde encontram fácil arrumação, se sabem ler, para caixeiros de tavernas<sup>54</sup>.

---

54 Documentos apresentados às Cortes na Sessão Legislativa de 1875, *in* Coleção de Livros Brancos, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, vol. 4, pág. 6.

Do relatório do cônsul português em Recife consta a afirmação de que o maior número de imigrantes portugueses em Pernambuco chegava com idade de doze a vinte anos <sup>55</sup>.

A emigração de portugueses para a Bahia não fugia a esta característica geral da corrente emigratória portuguesa, ou seja, a sua juventude. A tabela 13 é ilustrativa de tal afirmação.

**TABELA 13**  
**Idade de Imigrantes Portugueses**  
**Salvador: 1852-1889**

<i>Idade no ano de chegada</i>	<i>Quantidade de indivíduos</i>	<i>%</i>
Menos de 9 anos	10	0,30
De 9 a 14 anos	1 086	34,20
De 15 a 25 anos	1 347	42,50
De 26 a 40 anos	569	18,00
De 41 a 50 anos	102	3,20
De 51 a 60 anos	31	1
Mais de 60 anos	10	0,30
Não declararam	14	0,50
<b>TOTAL</b>	<b>3 169</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Habilitações, 2<sup>a</sup>. série — Documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados) — MNEP.

A vinda de adolescentes para a Bahia ligava-se ao fato de existirem influentes comerciantes em Salvador cujo prestígio era extensivo à sua cidade ou aldeia natal, de onde mandavam buscar os futuros empregados do comércio. Pela região de origem das novas levas de imigrantes lusos chegados à Bahia, na segunda

<sup>55</sup> Idem, pág. 69.

metade do século XIX, nota-se a importância das relações de parentesco para a imigração seletiva de caixeiros que se dirigiam ao porto de Salvador. A tabela 14 oferece um panorama geral da proveniência dos imigrantes portugueses na capital baiana, neste período.

**TABELA 14**  
**Distrito de Origem dos Imigrantes Portugueses**  
**Salvador: 1852-1889**

<i>Distrito de Origem</i>	<i>Número de pessoas</i>
Porto	1 068
Braga	542
Aveiro	354
Coimbra	186
Vizeu	177
Vianna do Castelo	162
Ilha Graciosa	153
Lisboa	130
Villa Real	122
Leiria	57
Guarda	53
Ilha Terceira	37
Ilha de São Miguel	24
Ajudá (Africa)	15
Bragança	12
Ilha da Madeira	11
Santarém	10
Faro	8
Ilha do Fayal	8
Ilha do Pico	8
Castelo Branco	8
Angola (Africa)	3
Ilha do Príncipe	3
Ilha de S. Jorge	-3
Evora	2
Beja	2
Ilha de São Thomé	2
Ilha do Fogo	2
Ilha das Flores	1
Macau	1
Não especificam	5
<b>TOTAL</b>	<b>3 169</b>

**Fonte:** Habilitações, 2.<sup>a</sup> série — Documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados)—MNEP.

A significativa proporção de imigrantes vindos para Salvador provenientes do Porto demonstra que aquela cidade e seus arredores funcionavam como celeiro de mão-de-obra para o comércio português na Bahia, contribuindo para tal o fato de vários comerciantes nesta praça serem naturais daquela região. Para a firma de Dias Lima & Irmão, cujos donos eram naturais de Vallongo, distrito do Porto, por exemplo, vários foram os caixeiros “importados”, inclusive sobrinhos seus<sup>56</sup>. Na casa comercial de Joaquim da Silva Fortuna também trabalharam imigrantes portugueses, entre eles seu sobrinho José, vindo como o tio do Porto, ainda bem jovem<sup>57</sup>.

No distrito de Braga, lugar de origem de figuras importantes do comércio da Bahia, como Anselmo de Azevedo Fernandes, Joaquim Pereira Marinho, José Marques da Silva Braga, etc., chegaram a Salvador muitos portugueses para trabalhar com seus patrícios. Para a firma de Francisco Adaens Villas Boas, por exemplo, vieram, entre outros caixeiros, seus dois sobrinhos, Manoel Francisco e Antônio José Villas Boas, ambos naturais daquele distrito, como o tio<sup>58</sup>.

É possível notar também nas “habilitações”, que grande número de emigrantes vindos da Ilha Graciosa tinham Bittencourt, Espínola e Conde como sobrenomes, e que haviam ligações entre estas famílias. Ilustrativa deste fato é a “habilitação” de Manoel Espínola do Conde, natural de Angra do Heroísmo, Ilha Graciosa, chegado a Salvador em 1885, com dezesseis anos de idade. Em 1889 encontrava-se empregado numa venda à Rua da Poeira, pertencente a Sebastião Espínola de Bittencourt, mas pretendia retornar a Portugal. Como levava quatro anos para se registrar, não se apresentando, portanto no Consulado “no prazo de trinta dias que mandava a tabeliã”, foi-lhe exigido um abonador para que

---

56 Habilitações... doc. citado. — O local de nascimento dos donos das firmas foi identificado na 1.ª Série de inscrições consulares; as habilitações dos caixeiros correspondem às da 2.ª série.

57 José da Silva Fortuna — Habilitações, 2.ª Série... reg. n.º 73/6.

58 Manoel Francisco e Antônio José Villa Boas — Habilitações, 2.ª Série... registros n.os 7383 e 7889.

tirasse o passaporte, levando o interessado, para este fim, Manoel José Machado<sup>59</sup>. Este último, importante negociante da praça, era filho de Frutuoso José Machado e Maria Thomásia do Conde, e natural do Conselho de Angra do Heroísmo de onde viera para esta cidade, casando-se em 1878 com a prima Amélia Conde Machado, filha do Visconde do Rosário, Manoel José do Conde<sup>60</sup>. Este, por sua vez, fora registrado no Consulado de Portugal na Bahia na 1.ª série de “habilitações”, no ano de 1838, onde consta ser padeiro, vindo da Ilha Graciosa<sup>61</sup>. Entre os caixeiros chegados daquela ilha na segunda metade do século XIX, encontravam-se Domingos José Espínola, Gustavo Júlio de Bittencourt, Manoel Espínola Bittencourt, João Espínola Mendonça, João da Silva Bittencourt, Francisco Espínola de Vasconcelos, Luís Corrêa Bittencourt, Manoel José Espínola, e outros com semelhantes sobrenomes<sup>62</sup>.

A significativa proporção dos imigrantes vindos da Ilha Graciosa para a Bahia na última metade do século XIX (proporção maior que a de lisboetas) é explicada pelas relações de parentesco que tinham com comerciantes da praça de Salvador, que incentivavam a sua vinda. Esta teria sido a mesma razão para a importante proporção dos imigrantes nascidos em Aveiro que para este porto se dirigiam. Ricos negociantes com sobrenome Godinho, inclusive o mais prestigiado deles na época, Francisco José Godinho, foram responsáveis pela vinda de parentes do Concelho de Oliveira de Azeméis, distrito de Aveiro, para trabalharem na Bahia. Vários são os caixeiros com este sobrenome, provenientes daquele distrito, dentre eles Manuel Joaquim Godinho, Victorino José Godinho e Joaquim da Silva Godinho, este último, logo encaminhado à firma Silva Godinho & Irmãos<sup>63</sup>.

A dedução de que existiam relações de parentesco entre novos e antigos imigrantes baseada na semelhança dos sobrenomes

---

59 Manoel Espínola do Conde, Habilitações, 2.ª série... reg. n.º 9571.

60 Manoel José Machado — Habilitações, 2.ª série... reg. n.º 9356.

61 Manoel José do Conde — Habilitações, 1.ª série... reg. n.º 1481.

62 Habilitações, 2.ª série... regs. n.º 2492, 9134, 9496, 4227, 6533, 9535, 9120, 7860.

63 Habilitações, 2.ª série... regs. n.os 2855, 3720, 7859.

das “habilitações” poderia ser ilusória se os inscritos não tivessem obrigação de declarar os nomes dos pais e de informarem ao respectivo consulado sobre qualquer modificação no próprio nome<sup>64</sup>. Já em 1855, o cônsul inglês na Bahia James Wetherell mostrava-se intrigado com a prática, comum entre os lusitanos, de modificarem os nomes, tornando público o fato através de jornais<sup>65</sup>. Na série de “habilitações” foram encontrados muitos casos de imigrantes que acrescentaram um outro sobrenome aos que já tinham, adotaram algum quando não os possuíam, abandonaram sobrenomes quando os tinham demais ou modificaram-nos totalmente<sup>66</sup>.

Na verdade um ou outro inscrito decidiu-se por um nome na hora de registrar-se. Faz parte da tradição oral da cidade “a história de um rapazola português que, ao desembarcar em Salvador à procura de emprego, nada trazia de seu, nem ao menos o nome de família, porque o desconhecia. De si sabia do prenome, do navio alemão em que viera e da aldeia de origem. Com os três foi “rebatizado pelo seu patrão e assim seriam conhecidos anos depois como importante comerciante”. (SANTOS, 1977, p. 163). Este relato coincide em parte com a habilitação de José Fiães Elbe, a quem se atribui o ocorrido. Filho de Manuel Antônio e Albina Ferreira, chegado em 1880 para trabalhar no armazém do tio no mercado de Santa Bárbara, ele teria adotado os dois últimos nomes na hora do registro, mas, ainda que fosse natural do Concelho de Fiães, chegou ao Brasil no vapor inglês “Douro”, e não no “Elbe”<sup>67</sup>. Embora houvessem exceções, normalmente os acréscimos e mudanças de nome ocorriam após algum tempo de permanência do imigrante no Brasil. A razão mais comum alegada pelos que

---

64 João Gomes Ferreira da Costa, por exemplo, mudou o nome para João Gomes Ferreira Dultra — Habilitação, 2.<sup>a</sup> série... n.º 166.

65 Wetherell, James — Apontamentos sobre a Bahia 1842-1857 — Salvador, Edição do Banco da Bahia S/A, s/d (1972).

66 Domingos Cardoso mudou todo o sobrenome passando a chamar-se Domingos Carvalho Velloso — Habilitações, 2.<sup>a</sup> série... n.º 857.

67 José Fiães Elbe — Habilitação, 2.<sup>a</sup> série... n.º 8605.

as fizeram era de já haver na cidade outro indivíduo com nome exatamente igual <sup>68</sup>. Aumentar o nome porém, era geralmente uma questão de “status” como no caso do caixeiro adotar o sobrenome do patrão ou acrescentar ao nome o da sua cidade de origem para torná-lo maior <sup>69</sup>.

A busca de fortuna e prestígio, sonho de todo imigrante, impulsionou levas de portugueses para este país. O fato de existirem no século XIX ricos comerciantes na Bahia que voltavam à terra natal para férias ou definitivamente, despertava, pois, esperanças e ilusões nos seus jovens patrícios. Quanto a este aspecto, escrevendo em 1872 para o Ministro dos Estrangeiros em Portugal, diria o cônsul português na Bahia, Manoel Saldanha da Gama: “Dos imigrantes empregados no comércio e na indústria têm voltado alguns depois de adquirirem alguns bens, mas a maior parte permanece no Brasil, notando-se, contudo nos mancebos que têm emigrado nestes últimos anos desejosos de regressarem à pátria logo que consigam alguma fortuna”.<sup>70</sup>

É característica da corrente emigratória de Portugal para a Bahia, no século XIX, a sua composição básica de elementos do sexo masculino e solteiro. Conforme foi visto no capítulo precedente, o número de mulheres portuguesas na Bahia, neste período, era tão pequeno em relação ao de homens, que se optou por excluí-las das tabulações baseadas nas habilitações, reservando o assunto da participação feminina na imigração lusa para outro estudo. Os dados das “habilitações” não deixam margem de dúvidas de que os imigrantes lusos chegavam à Bahia solteira, em sua quase totalidade, conforme pode ser comprovado na tabela 15:

---

68 Manoel Gonçalves Carteador por exemplo, trocou o nome para Manoel Gonçalves da Costa por já haver outro na cidade com o mesmo nome — Livros de registro de Testamentos — Arquivo do Estado da Bahia, Seção Judiciária — Livro 57, fls. 12 a 15.

69 Manoel Gonçalves de Carvalho acrescentou Braga ao nome; Francisco José da Rocha acrescentou Vianna — Habilitações, 2.<sup>a</sup> série... n.os 207 e 4221.

70 Documentos apresentados... sessão legislativa de 1974, *in* Coleção Livros Brancos. *opus citado*, pág. 212.

**TABELA 15**  
**Estado Civil dos Imigrantes Portugueses**  
**Salvador: 1852-1889**

<i>Estado Civil</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>
Solteiros	2 727	86,50
Casados	382	12,05
Viúvos	51	1,80
Não declararam	9	0,30
<b>TOTAL</b>	<b>3 169</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Habilitações, 2.<sup>a</sup> série, Documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados) — MNEP.

Dados qualitativos das “habilitações” raramente dão a conhecer que algum português já radicado em Salvador optasse por ir a sua terra natal para casar-se, voltando depois com a esposa, como no caso de Domingos Moreira Dias Bastos, habilitado n.º 2710. Os imigrantes que comunicaram ao Consulado terem casado após algum tempo no Brasil, em geral esposaram mulheres nascidas na Bahia, ainda que muitas delas filhas de portugueses como no caso de José Bernardino Ferreira Pontes, habilitado n.º 6498, que se casou com Emília da Silva Cunha, natural de Valença, filha do português Antônio Pereira da Cunha; Manoel Joaquim de Carvalho, habilitado n.º 5554 que se casou com Julia d’Oliveira, natural de Cachoeira, filha do português Domingos Gonçalves d’Oliveira; Manoel Joaquim de Sousa Vianna, habilitado n.º 6262, casado com a filha do Comendador José Lopes da Silva Lima, etc.<sup>71</sup>. No entanto, dados sobre o estado civil de portugueses falecidos em Salvador, entre 1878 e 1889, permite que se conclua que a maioria dos imigrantes lusos chegados a esta cidade permaneciam solteiro até o fim da vida.

<sup>71</sup> Habilitações, 2.<sup>a</sup> série... *doc- cit.*.

**TABELA 16**  
**Estado Civil dos Portugueses Falecidos em**  
**Salvador: 1873-1883**

<i>Estado Civil</i>	<i>Número de pessoas</i>	<i>%</i>
Solteiros	302	54,50
Casados	153	29,50
Vivos	57	10,50
Nada dizem	33	5,50
<b>TOTAL</b>	<b>555</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Livro de Registro de óbitos — Documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados) — CPB.

Os registros de óbitos de portugueses em Salvador indicam uma grande maioria de solteiros, devendo ser levado em conta que entre os falecidos incluem-se vários marítimos que, grosso modo, faziam parte da população flutuante. Considerando-se este fato, a tabela 16 indica também que não era grande a comunidade lusa na Bahia, uma vez que, num prazo de 12 anos faleceram apenas 555 indivíduos portugueses em Salvador, dentre os quais muitos em trânsito. Isto equivale a uma média aproximada de 46 portugueses falecidos anualmente numa cidade de cerca de 150.000 habitantes. (MATTOSO, 1978, p. 132).

Há uma declaração do cônsul luso em Salvador, Manoel Saldanha da Gama, de que a comunidade portuguesa em toda a Província, no ano de 1863, somava cerca de 6.000 indivíduos, e que a imigração portuguesa para o território sob sua supervisão, nesta época, limitava-se a “alguns mancebos chamados pelos parentes para caixeiros e alguns hortelões engajados pelo módico salário de 30\$000 mensais”<sup>72</sup>.

Os dados referentes à profissão, distrito de origem, idade, sexo e estado civil dos imigrantes lusos registrados no Consulado Português da Bahia são indicativos da composição da corrente migratória portuguesa que se dirigia para Salvador na segunda

<sup>72</sup> Documentos apresentados... na sessão legislativa de 1974 in Coleção de Livros Brancos vol. 4... opus citado, pág. 216.

metade do século XIX. Com características que se ajustam à do modelo da emigração “tradicional” portuguesa proposto por Serrão (1976, p.102), esta corrente era constituída em sua grande maioria por indivíduos do sexo masculino, bastante jovens, solteiros, provenientes do norte de Portugal, e que se destinavam à atividade comercial, principalmente para a função de caixeiros. Esta imigração “tradicional” satisfazia necessidades de conservação da comunidade portuguesa, cujas figuras de proa atuavam com grande prestígio no comércio de Salvador, algumas mesmo antes da Independência. Concordamos, pois com o professor Serrão quando este afirma que a comunidade portuguesa na Bahia era nesta época “uma espécie de *reliquat* da emigração tradicional, e o movimento de entradas e saídas... fundamentalmente condicionado pelas necessidades familiares de conservação da colônia ali existente”<sup>73</sup>. A nosso ver, a persistência deste tipo de imigração que vai se esgotando em si própria com o correr dos anos, sem sinais de dinamismo ou modificações, reflete também a tendência do comércio local a manter práticas tradicionais que reforçavam o seu cunho pré-capitalista/industrial.

## **SOLIDARIEDADE E EXPLORAÇÃO ENTRE IMIGRANTES PORTUGUESES**

Essencialmente composto por indivíduos que se dedicavam a atividade comercial e/ou à navegação, o grupo português, de difícil demarcação na sociedade baiana na qual a língua e muitos dos costumes dominantes também eram portugueses, distingue-se na segunda metade do século XIX em função dos interesses e problemas comuns a seus componentes imigrantes, ex-

---

73 Serrão, Joel .A Emigração Portuguesa para o Brasil na Segunda Metade do Século XIX in Jahrbuch Fur Geschichte, von staat, wirtschaft und gesellschaft, Lateinamerikas, Band 13, Sonderdruck, Bohlan Verlag Koln Wien, 1976, pág. 102.

metropolitanos. Ubiratan Araújo aventa a hipótese de que, durante as lutas de 1822 e 1823 na Bahia, a atitude militar, muito mais defensiva do que ofensiva, dos portugueses em Salvador, denota que o maior interesse que tinham era “na guarda ciumenta do seu porto, do seu comércio, das suas fortalezas”. numa “perspectiva da cidade poder sobreviver à Independência como enclave português” (SEPLANTEC, 1856, p. 18). Se houve tal pretensão, esta nunca realizou-se em termos de terem os lusitanos conseguido manter na cidade uma jurisdição, distrito ou território sob o seu domínio legal<sup>74</sup>. Com a Independência, os portugueses perderam os seus direitos de colonizadores, e, se o setor mais rico do grupo, que era o dos negociantes, continuou a manter uma posição de destaque no comércio da cidade até o final do século, esta se apoiava no jogo dos interesses econômicos e políticos vigentes, e nos “costumes da praça”.

Nenhuma legislação específica protegia os privilégios dos portugueses, mas, como o primeiro código comercial brasileiro “apresentava numerosas lacunas e os casos que elas não regulamentavam eram resolvidos pelas disposições das leis estrangeiras e, sobretudo portuguesas sobre a matéria, e pelos usos e costumes da praça”<sup>75</sup>, as múltiplas interpretações permitidas pela lei em muitos casos reafirmavam as prerrogativas dos mais influentes comerciantes lusos na cidade de Salvador.

O número de grandes negociantes portugueses na Bahia é realmente alto nos anos cinquenta do século XIX. Numa lista de todos os portugueses que eram possuidores nesta Província de fortuna acima de 50\$000 — quantia que pelos padrões da época conferia-lhes a classificação de ricos bastantes para despertar o interesse do Ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal, que em carta confidencial requisitara tal levantamento — dos 146 nomes citados, 115, ou seja, 79% são de negociantes. Os demais

---

74 Segundo o dicionário *Nouveau Petit Larousse* de Claude e Paul Auge, Paris, Librarie Larousse, 1955, em linguagem política *enclave* significa território que mantém sua soberania própria, dentro de outro onde está encrustrado.

75 Paridant, Ladislav — *Du Systeme Commercial a Rio de Janeiro, Commerce d'Importation*, Liege, Imprimerie de J. Desor, 1856, pág. 18.

21% estão classificados como “proprietários” apenas, ou como “capitalistas” e “proprietários”. Curioso é que 87 dos indivíduos listados (59,50%) são “brazileiros adotivos” e 4 deles (2,70%) estão classificados como naturalizados brasileiros<sup>76</sup>.

O fato de muitos portugueses terem se tornado “brazileiros adoptivos” ou “cidadãos brazileiros” nesta fase, prendia-se mais a questões práticas, inclusive de sobrevivência para os que enfrentavam o anti-lusitanismo brasileiro do pós-Independência. Nomes como os de Antônio José da Silva Reis e Mamede Amaro Lopes aparecem com a classificação de “brazileiros adoptivos” na referida lista, e sabemos que eram figuras de proa do grupo português, mantendo forte contato econômico e social com sua terra natal, tendo inclusive voltado a residir em Portugal nos seus últimos anos de vida, morrendo lá<sup>77</sup>.

Naturalizados brasileiros ou não, é possível perceber em toda a documentação consultada que havia coesão entre os elementos portugueses na Bahia, o que permite considerá-los como integrantes de um grupo, com a sua racionalidade própria, cujo grau de solidariedade não implicava em rompimento com a exploração da classe.

A ação do Consulado de Portugal na Bahia e das entidades beneficentes e culturais portuguesas na cidade, ou seja, a Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezessesseis de Setembro e o Gabinete Português de Leitura reflete todo um esforço no sentido de ser criado um clima de solidariedade grupal entre seus associados e protegidos, como fica claro nos documentos e bibliografia sobre

---

76 Ofício confidencial do Cônsul português na Bahia para o Secretario d'Estado 'dos negócios Estrangeiros de Portugal, redigido em 26/2/50 com a relação dos súditos Portugueses e dos que se intitulão Brazileiros Adoptivos estabelecidos no Districto deste Consulado, cujas propriedades e Capital em numerário se presume exceder a cincoenta contos de reis em moeda deste paiz — Arquivo da Torre do Tombo, índice de Documentos do Ministério de Negócios Estrangeiros; Correspondência das Caixas: Consulado de Portugal na Bahia — documentos de 1831 a 1851.

77 Informações colhidas nos Testamentos de Antônio José da Silva Reis e Mamede Amaro Lopes — Livros de Registro de Testamentos, Arquivo do Estado da Bahia, Seção Judiciária, Livro 43, fls. 93/98 e Livro 59, fls. 123/130.

tais entidades. A Real Sociedade Portuguesa de Beneficência, por exemplo, tinha por finalidade “conseguir capital por meio de jóias e mensalidades para socorro dos sócios necessitados e mais súbditos portugueses que recorrem ao seu auxílio”<sup>78</sup>.

Os negociantes funcionavam como o setor mais avançado do grupo português na Bahia em termos de prestígio econômico, social e político, mas a base da comunidade era constituída por caixeiros, que superavam numericamente qualquer outra profissão, como vimos na tabela 10. Entre os dois extremos da estratificação grupal, encontravam-se imigrantes lusos exercendo as mais diversas atividades, inclusive muitos artesãos. A maioria dos portugueses cujos testamentos foram abertos em Salvador entre os anos 50 e 90 do século XIX, porém era de comerciantes. O teor de tais testamentos indica que havia toda uma teia de parentescos e apadrinhamentos entre os elementos lusos nesta cidade, e que, de um modo geral os testamenteiros eram da mesma nacionalidade dos testadores. A série de inscrições de portugueses no seu Consulado — “habilitações” entre 1852 e 1889 demonstra que a vinda da maioria dos imigrantes lusos para Salvador esteve condicionada à existência de parentes ou conhecidos comerciantes seus compatriotas nesta cidade, aonde os recém chegados trabalhavam principalmente como caixeiros.

Segundo Calmo (1923, p. 37), referindo-se aos anos 30 do século XIX, “em regra. os mercadores lusos dobrados de preconceitos não admitiam como auxiliares e caixeiros senão a seus patrícios”<sup>79</sup>, situação que iria se modificando gradativamente com o passar dos anos. No entanto há testemunhas da época que mencionam o fato de ser característico de várias cidades brasileiras a norma geral entre os portugueses de contratarem compatriotas para trabalhar em suas firmas comerciais<sup>80</sup> - Pelo menos na Bahia

---

78 Almanaque administrativo, mercantil e industrial da Bahia organizado por Camilo Lellis Masson, Bahia, Typographia de Camillo Lellis Masson & Cia., 1860.

79 Calmon, Francisco M. de Góes — Vida Econômico Financeira da Bahia de 1808 e 1889, Bahia, Imprensa Oficial, 1923, pág. 37.

80 Ver Ewbank, Thomas — Life in Brazil, or a Journal of a visit to the Land of the Cocoa and the Palm, New York, 1856, pág. 184; Wetherell, James — Apontamentos

esta prática era extensiva a comerciantes de várias nacionalidades estrangeiras que, como observou o cônsul americano em 1886, “mandavam buscar em sua terra seus empregados”<sup>81</sup>. Escrevendo de Salvador para o Departamento de Estado Americano, o cônsul Weaver acrescentava ser este o único tipo de imigração que se dirigia então para esta cidade e província.

Em 1852, o belga Ladislas Paridant argumentava que o favoritismo por parte de comerciantes estrangeiros no Brasil em contratar compatriotas explicava-se pela inexperiência dos brasileiros já que “os jovens do país não tinham ocasião de desenvolver suas aptidões por falta de educação especializada e conhecimento de línguas.” (PARIDANT, 1973, p. 23). Tal argumento, impregnado de preconceito elitista europeu, cai por terra diante da constatação de que a maioria dos caixeiros “importados” de Portugal chegavam ao Brasil em tenra idade, alguns não sabendo ler nem escrever.

No caso da Bahia, o costume português de empregar adolescentes prevaleceria até o fim do Império e se estenderia aos comerciantes nacionais “a medida que o grande e pequeno comércio foram passando gradualmente, às mãos de brasileiros”. (SANTOS, 1973, p.44). A tabela 17 é ilustrativa da idade com que chegavam a Salvador os caixeiros portugueses na segunda metade do século XIX. Na série de inscrições consulares — “habilitações” — cujos dados foram utilizados nesta tabela há alguns casos de caixeiros que não sabiam assinar o próprio nome.

---

sobre a Bahia... opus citado, pág. 95; em 1834 um decreto obrigando comerciantes estrangeiros a contratar em--, pregados brasileiros foi vetado com dificuldades pela Assembléia Provincial do Maranhão, segundo Viveiros, Jeronimo — Historia do Comercio do Maranhão, 1612-1895, São Luiz, 1954, II, págs. 191/192

81 Correspondência do Cônsul americano na Bahia para o Departamento de Estado dos EEUU em 18/12/1886, citado em Ridings Eugene: The Bahian Commercial Association: A Pressure group in an underdeveloped área, (Tese mim.—Univ. da Florida), 1970.

**TABELA 17**  
**Idade de Caixeiros Portugueses Salvador: 1852-1889**

<i>Idade no ano de chegada</i>	<i>Quantidade de indivíduos</i>	<i>%</i>
Até 14 anos	903	46,5
De 15 a 25 anos	894	46,0
De 26 a 40 anos	138	7,1
De 41 a 50 anos	4	0,3
Mais de 60 anos	1	0,1
<b>TOTAL</b>	<b>1 940</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Habilitações, 2.<sup>a</sup> série, Documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados) — MNEP.

Vale ressaltar que a idade mínima dos caixeiros matriculados é de 8 anos. Foram encontrados registros de 5 pessoas com esta idade e profissão. Onze caixeiros registrados no consulado tinham apenas 9 anos de idade. A contratação de crianças adolescentes permitia aos portugueses dispor de mão-de-obra passível de ser submetida mais facilmente a uma disciplina rigorosa que garantia a produtividade do trabalho. Ao mesmo tempo, era mais fácil que estes jovens aceitassem uma forma de pagamento parcelada que não implicava em grandes desembolsos, por parte dos patrões, do que indivíduos que já tivessem sua própria família constituída e dependessem do recebimento de um salário integral no fim de cada mês.

O sistema geral de pagamento a caixeiros era realizado sob a forma de retiradas mensais por parte dos empregados, para suas despesas pessoais. As retiradas mensais eram proporcionais à remuneração atribuída anualmente a cada empregado. Segundo Santos (1974, p.62), esta forma predominante de pagamento aos funcionários do comércio “caracterizava toda uma estrutura de relacionamento empregador-empregado”<sup>82</sup>.

Dados de testamentos de portugueses na Bahia, entre os anos de 1850 e 1889, são esclarecedores de alguns detalhes sobre

<sup>82</sup> Idem, pág. 62.

este tipo de relação. O caixeiro José Maria Pereira Conde, por exemplo, faz menção em seu testamento ao regime de quantias para despesas pessoais serem abatidas de salários que provavelmente nunca eram recebidos na íntegra. Declarava ele não possuir nenhuma dívida ativa, “alem de alguns saldos de seus ordenados como caixeiro do Sr. Paulo Pereira Monteiro”<sup>83</sup>. Já Manoel da Costa, negociante de molhados declarava em testamento que seu caixeiro Elias tinha direito a “seis meses de seos salários a razão de cento e cinquenta mil reis, com roupa lavada e gomada tendo elle porem por conta desses seis meses dinheiros a serem levados em conta conforme se acha no livro dos assentos”<sup>84</sup>. Antônio Francisco de Oliveira Freitas, comerciante de cera, relatava que o caixeiro José Gonçalves Loureiro, entrado em sua loja em outubro de 1865 tinha vencido até outubro do ano seguinte 150\$000, “e continuando a ficar de outubro em diante ganhará 200\$000 e chegando a Outubro de 1868 ganhará 300\$000, sendo sempre este salário sujeito as despesas”<sup>85</sup>.

A ideia geral que fica da leitura de muitos testamentos de comerciantes portugueses na Bahia é a de que estes recorriam a formas rígidas, de cunho autoritário e paternalista, no trato com seus subordinados, reforçando as informações bibliográficas sobre o assunto. Documento bibliográfico ilustrativo do regime autoritário a que estavam submetidos os caixeiros são as reminiscências de um português, antigo empregado do comércio. Eis um trecho do seu relato referente a meados do século XIX:

Os caixeiros vestiam singelamente, como os patrões, e só com especial permissão, em dias festivos, punham gravata e collete; aos novatos não era permitido usar de pimpão de cabelo comprido na frente, gafurina, como diziam os patrões; o cabelo era aparado rente, ipara não parecer indício de chanca ou vaidade. Bigode! isso era um grave attentado à decência e até à

---

83 Livros de Registros de Testamentos... AEB, Seção Judiciária, doc. citado, Livro 41, fls. 182/184.

84 Idem, Livro 56, fls. 36/39.

85 Ibidem, Livro 50, fls. 38/42

moral; ninguém se lembrava de deixar crescer taes apêndices pelludos por baixo do nariz; isso era só para marinheiros e soldados. As suissas eram permitidas: ou em costelleta, ou unido os dois lados por baixo do queixo, passa-piolho, como lhe chamavam. Essa disciplina tutelar, que os patrões exerciam sobre os caixeiros, não se limitava ao physico somente, mas também à moral e à religião: habitavam com elles, faziam parte de sua família, si a tinham, ou a constituíam; eram fiscalizados os seus actos para prevenir que os pervertessem as más companhias; iam cedo ouvir missa nos domingos e dias santos na extincta capella de Santa Barbara...

Nos dias santificados, ou de grande gala, fechavam-se as lojas ás 2 horas, e os caixeiros jantavam com o patrão; e somente a cada um por sua vez, era permitido à tarde um passeio, com a condição de estar em casa à hora de recolher, sob pena de ser despedido o infractor.

Outra concessão, mas esta especial, e só permittida aos caixeiros mais graduados, era irem ao theatro, à casa da ópera como então se dizia. Mas isto era excepcional e os patrões mais austeros tinham o theatro na conta de um logar de perdição para a mocidade.

Era geral nesse tempo o uso do rape, e raro o negociante que não tomasse a sua pitada, com maior ou menor estrondo nasal...

Aos caixeiros não era defeso o uso do rape; porém fumar! isso era também, como o bigode, um grave attentado à decência e à moral, só permittido aos marinheiros e aos soldados!

A peor de todas as informações que se podiam dar de um caixeiro era dizer, em voz baixa e ao ouvido como synthese de todos os seus defeitos: e dizem que até fuma!... É estava perdido no conceito geral e delinqüente de tão horrendo vício. O caixeiro mais velho, quasi sempre aspirante a sócio, e não raro a genro do patrão, fiscalizava o procedimento de seus subalternos, que venciam salários insignificantes, sendo o delle no máximo, quatrocentos mil reis por anno, o que já era um invejável ordenado.

Alguns patrões, mais orthodoxos e rigoristas, não permittiam aos seus caixeiros a leitura indifferente de quaes quer livros. Tinham em grande aversão as doutrinas perniciosas dos jacobinos e pedreiros-livres, assim como as novellas de moralidade duvidosa traduzidas do francez. Podiam ler, entretanto, sem perigo de se perverterem a Cartilha do padre Ignacio, o Carlos Magno, a Princeza Magalona, a Donzella Theodora, o Lunario Perpetuo e outros livros igualmente instructivo e innocentes.

Um lojista conheci eu, quase analphabeto, que surprehendendo uma noite o seu caixeiro a ler o Manual Encyclopedico,

arrancou-o das suas mãos, dizendo que não queria em casa ninguém mais sabido do que elle. (REVISTA IGHB, 1909, p.96-97)

Houve caixeiros que se revoltou contra tal sistema de emprego, como aconteceu com Bernardo José Amorim Pereira, “habilitado” no consulado de Portugal sob o número 7538. Consta de o seu registro ter este menor abandonado a casa em que se achava empregado sem destino algum. Não tendo obedecido à ordem de comparecimento ao Consulado de Portugal, “requisitou-se auxilio da subdelegacia para compeli-lo a comparecer, e depois de advertido e aconselhado, regressou para a mesma casa do comerciante Vieira Lima ao qual viera recomendado”<sup>86</sup>.

O próprio sistema repressor da estrutura social, somado à rigorosa fiscalização patronal faziam com que, de modo geral, os caixeiros seguissem sem rebeldia as regras que lhes eram impostas. Muito contribuía para tal as esperanças que alimentavam de um dia substituírem seus “amos” na chefia dos negócios. Com os irrisórios salários que recebiam dificilmente estes conseguiriam amealhar cabedais para se promoverem na escala comercial. A estrutura funcional das firmas comerciais lusas comportava, no entanto uma série de mecanismos que permitia a ascensão profissional de alguns caixeiros privilegiados, geralmente parentes de comerciantes. Santos (1974, p. 45), no seu trabalho sobre caixeiros na Bahia, informa que “ao ingressar em um estabelecimento comercial, o empregado encontrava uma organização hierárquica: os caixeiros, o primeiro caixeiro, o patrão”. Os caixeiros “executavam as mais variadas tarefas: varriam a loja ou armazém e às vezes, o Passeio de frente, arrumava e guardavam as mercadorias diariamente; vendiam ao balcão; nos armazéns de secos e molhados a tudo isto se acrescentava a obrigação de “baldear” gêneros, misturando à manteiga, ao vinho e etc. de molhar qualidade, porções de tipo inferior, estratagemas muito comuns entre os negociantes da Baixa

---

86 Habilitações, 2.<sup>a</sup> série... *doc. cit.*

de Sapateiros”<sup>87</sup>. A depender do grau de instrução os caixeiros faziam também a escrituração e os balanços e balancetes dos estabelecimentos onde trabalhavam, sendo que a contabilidade das firmas maiores era efetuada pelos chamados guarda-livros. O primeiro caixeiro era o encarregado da fiscalização geral e candidato a sócio interessado na firma.

A figura do primeiro caixeiro muitas vezes confunde-se na documentação consultada, com a do gerente, aquele ao qual comerciantes absenteístas davam toda a autonomia na condução nos negócios. Francisco Pereira de Carvalho, “negociante matriculado no Tribunal do Comércio da Bahia”, por exemplo, faz menção à figura do gerente, no seu testamento escrito em Portugal onde habitava em 1863. Eis o que diz a respeito de sua loja na Bahia:

Declaro que encarreguei a gerência desta minha casa comercial a meo sobrinho Antônio Pereira da Cunha, que delia tomou conta por um balanço do qual consta meos haveres em dívidas e mercadorias, tudo na importância de vinte sete contos novecentos e oitenta e dous mil cento e trinta e oito réis, e por esta gerencia terá elle annualmente a quantia de seiscentos mil réis<sup>88</sup>.

Se havia funcionários que por seu trabalho gerencial ganhavam salários outros eram “sócios-gerentes”. O seguinte trecho, bastante ilustrativo do assunto, consta do testamento de Domingos José de Oliveira Júnior:

Declaro que o que possuo consta dos livros da Casa de negocio que tenho estabelecida em Santa Barbara com a denominação Barateiro da qual sou sócio gerente, achando-se por hora tomando contada mesma casa de negocio os meos caixeiros, especialmente o de nome Vasco de Sousa Guimarães<sup>89</sup>.

---

87 Depoimento de um ex-caixeiro in Santos, Mario A. da Silva — Os Caixeiros..., *opus cit.*, pág. 45.

88 Livros de Registro de Testamentos... *doc. cit.*, Livro 51, fls. 176/179.

89 Idem, Livro 57, fls. 80/83.

Outros dados encontrados em testamentos fornecem informações sobre direitos e deveres de alguns sócios gerentes:

Marciano Antônio da Costa, comerciante de couros e calçados, com capital aplicado em duas lojas, numa delas era sócio do seu filho Manoel Antônio do Sacramento. Segundo declaração feita no seu testamento, o filho, “pela sua administração” tinha direito à metade dos lucros de uma das lojas, um estabelecimento de pequeno porte cujos fundos orçavam em 673\$524<sup>90</sup>.

Manoel Ferreira de Amorim, morador à Rua da Louça, freguesia da Conceição da Praia, declarava em testamento que Antônio José Miranda era interessado “pela sua agência”, em metade dos lucros da loja que possuía, “cuja loja será logo balanceada e vendida a quem der mais, e ao dito Antônio José de Miranda, se lhe dará a quantia de 1 000\$000 além da meiação que dos lucros que houver lhe pertencem”. Ressaltava, porém que “a deixa” ficava sem efeito se o sócio-gerente falecesse primeiro ou no ato do falecimento do testador não estivesse mais na gerência da loja<sup>91</sup>.

A morte, doença ou simplesmente velhice de comerciantes sem descendentes aptos a assumir seus negócios, propiciava a caixeiros condições de se tornarem donos das casas comerciais de seus patrões. João José Dias Lopes propunha o seguinte artifício para a continuação dos seus negócios e das rendas de D. Jesuina Maria da Conceição, “mulher solteira e sem impedimento” com quem vivia e tinha uma filha!

“Se por acaso eu fallecer breve peço a meu testamenteiro que se vir que meu caixeiro Claudemiro quer continuar na padaria, associando-se com Dona Jesuina Maria da Conceição, regularise e legalise essa sociedade, se convier aos intereces de ambos”<sup>92</sup>.

Manoel José da Cunha Lima, preocupado sem o futuro da firma e das filhas legava ao sobrinho Antônio José 1 000\$000 “com os quaes entrará de sociedade com as minhas filhas na casa

---

90 Ibidem, Livro 38, fls. 35/38.

91 Ibidem, Livro 37, fls. 72/78

92 Ibidem, Livro 57, fls. 51/53.

de negocio, que possuo, sendo obrigado a geri-la pelo espaço de quatro annos se porem não acceitar esta condição não se lhe dará o conto de réis”<sup>93</sup>.

Em testamento escrito dois dias antes de morrer, Manoel Maria Lopes Vieira, dono de uma loja de “miudezas e fumos” declarava que esta, denominada “Democrática”, estava contratada e “por assim dizer vendid” ao caixeiro Alfredo..., “do qual já recebi quasi toda a quantia, e este meo caixeiro é o que tem gerido esta casa de Commercio durante os três annos que tenho estado doente”<sup>94</sup>.

Sebastião José Vasquez, ex-caixeiro e ex-sócio de Antônio de Freitas Paranhos na Bahia, que se declarava “proprietário” e era morador no Porto, onde morreu em 1884, faz a seguinte declaração em seu testamento escrito em 1875:

Tendo o meu procurador na Bahia Cypriano Gomes da Costa passado a sua casa comercial ali existente aos seus caixeiros Manoel José Luiz Brandão e Manoel José Luis Marques sob a firma de Brandão, Marques e Companhia, sendo comantário o dito Cypriano... eu dei ordem a este para que subtabelesse aos ditos Brandão Marques e Companhia para que estes gerissem meus negócios<sup>95</sup>.

A organização e a estrutura legal da sociedade em comandita, muito comum entre as firmas comerciais lusas na Bahia, facultavam o enriquecimento dos sócios descapitalizados e a sua promoção no meio comercial. A origem desta forma de sociedade, hoje em vias de extinção, prendia-se “a um outro estágio da economia, quando pessoas que necessitavam de uma renda fixa investiam em sociedades mercantis desse tipo, cujos sócios solidários e de responsabilidade ilimitada gozavam de idoneidade no meio comercial social e financeiro”... Os “prestadores de capital

---

93 Ibidem, Livro 53, fls. 37/39.

94 Ibidem, Livro 58, fls. 93/95.

95 Ibidem, Livro 60, fls. 112/118.

nenhuma ingerência tinham nesse tipo de sociedade, já que até no Registro do Comércio, conforme disposição do artigo 312 do Código Comercial se dispensava a declaração do nomeado sócio comanditário”. (LEAL, *Jornal LPJ*, n. 128, p.6). Um exemplo, entre muitos outros casos, de um português que investiu neste tipo de sociedade, é o de Antônio Francisco Brandão que foi sócio comanditário em Salvador da firma Brandão Etcoetera e Irmão. Seus dois sobrinhos Manoel Francisco d’Almeida Brandão e Joaquim Francisco d’Almeida Brandão eram os sócios solidários, que passaram mais tarde a donos do negócio, casando-se cada um com uma prima, filhas de Antônio Francisco <sup>96</sup>.

A explicação clássica para a ascensão do caixeiro a chefe, na Bahia, é a do casamento com a filha do patrão, estereótipo desmistificado por Santos para o período da 1.ª República. Analisando registros de casamento civil de caixeiros do Arquivo Municipal de Salvador, este historiador chegou à conclusão de que “a filiação das noivas de caixeiros casados de 1890 a 1930 acusa raríssimos comerciantes”. Faz a ressalva, porém, de que talvez o casamento de caixeiros com filhas de patrões ocorresse mais facilmente se estes fossem negociantes modestos, “ou fossem ambos, sogro e genro, portugueses”. (SANTOS, 1974, p.91) É possível que durante o Império, estes casamentos ocorressem com maior frequência do que em épocas posteriores questão que não foi aprofundada neste livro, mas que pode ser melhor esclarecida a partir de um estudo de registros de casamento desta época.

Acreditamos que a promoção de caixeiros a chefe via casamentos era de interesse também para os patrões portugueses a quem importava manter a fortuna em família e entre os seus patrícios, como no caso de Antônio Francisco Brandão. Os documentos básicos utilizados nesta pesquisa, ou seja, a série de “habilitações” e a série de testamentos de portugueses não são, porém fontes ideais para averiguar a endogamia do grupo luso. Tais documentos, no entanto, apontam para o fato de que a maior parte dos portugueses na Bahia optou pelo celibato ou não teve

---

96 Livros de Registro de Testamentos... doc. cit., Livro 51, fls. 41/45.

condições de casar. Com o parco salário que recebia teria sido difícil para um caixeiro manter família, na Bahia. Quantos dos que ousaram casar não teriam tido a mesma sorte de Antônio Maria de Jesus que ao falecer no final do século deixava a viúva em extrema miséria?<sup>97</sup>

Os registros de imigrantes no Consulado de Portugal na Bahia registram também o drama de vários caixeiros, representantes da grande maioria dos destinados ao estado de pobreza. José Caetano de Couto, Joaquim dos Santos Felipe Rodrigues Maio, José Dias d'Oliveira Pedroso, são exemplos de caixeiros que morreram ainda jovens e “sem nada possuir”<sup>98</sup>. como provavelmente muitos outros cujos infortúnios não foram documentados.

Outro exemplo das dificuldades suportadas por muitos imigrantes lusos é o de José Pestana Simões, chegado à Bahia em 1870 e que em 1875, com 17 anos, registrava-se como caixeiro; seis anos depois desta data regressava a Lisboa doente e na indigência<sup>99</sup>. Registrados como indigentes em 1865 foram também os caixeiros Antônio Joaquim Ribeiro e Manoel Francisco Rebouço sendo concedido a este último certificado de pobreza para que obtivesse auxílio hospitalar da Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro <sup>100</sup>. Como bem o disse Santos (1974):

Tudo o que se tem dito... sobre a promoção do empregado a dono do estabelecimento tenta, inutilmente mascarar o óbvio: os exemplos saltam à vista, justamente porque não constituem regra, mas, sim, a exceção. Citam-se os caixeiros que chegaram a comerciantes mas baixa o silêncio sobre os que não o conseguiram. E estes são a esmagadora maioria. (SANTOS, 1974, p. 90)

Embora possa ser afirmado com base nas “habilitações” que a maioria dos imigrantes portugueses em Salvador fosse

---

97 Habilitações, 2.<sup>a</sup> série... *doc. cit.*, Registro n.º 7530.

98 Idem, Registro n.ºs 537, 523, 113,117.

99 Ibidem, registro n.º 7731

100 Ibidem, registro n.ºs 5030 e 1477.

de caixeiros, não é possível concluir, diante dos dados aos quais tivemos acesso, que havia mais caixeiros portugueses do que brasileiros na cidade.

O censo de 1872 mostra, aliás, que isto não acontecia na província como um todo, ainda que não detalhe a quantidade de caixeiros das demais atividades comerciais. O número de brasileiros do sexo masculino computados como comerciantes guarda-livros e caixeiros na Bahia, pelo censo, é muito maior que o de estrangeiros em geral. Os brasileiros, inclusive portugueses naturalizados, neste ramo de atividades somam 15.931 indivíduos e os estrangeiros apenas 2.724. Nesta época, segundo a mesma fonte documental, que provavelmente peca em precisão pelas próprias dificuldades de pesquisas demográficas então, a colônia portuguesa na Bahia reduzia-se a 4.206 indivíduos: 3.438 homens e 768 mulheres<sup>101</sup>. Restringia-se, ao findar-se o século XIX as oportunidades de enriquecimento para os portugueses no comércio baiano diante da crise enfrentada pela economia da Província, e por ter o comércio português nesta cidade sofrido rudes golpes com a Independência, com a abolição do tráfico escravo e com o desenvolvimento da navegação a vapor, como veremos a seguir.

A pequena quantidade de imigrantes lusos chegados em Salvador, a partir do último quartel do século, como foi visto na tabela 2, indica que a importação desta mão-de-obra, pelos comerciantes da Bahia, diminuía paralelamente ao gradativo atrofiamiento do comércio português em Salvador. Neste mesmo período, há um aumento no número de negociantes brasileiros atuantes na praça e uma gradativa diminuição no de comerciantes lusos.

Em resumo, diríamos que a dependência mútua entre patrões e empregados imigrantes portugueses em Salvador contribuía para a sobrevivência do grupo como um todo. A defesa dos interesses específicos da sua elite implicava em que fosse mantido um clima de solidariedade grupal com base em relações

---

101 Recenseamento de 1872 (1.º/8/1872). Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras, 56, 51-6 v. II (Bahia, Sergipe e Paraná).

paternalistas que reforçavam a exploração da classe trabalhadora pela dos patrões. A imigração de caixeiros permitia a reprodução nas empresas lusas, de relações de trabalho semi-assalariadas e de cunho autocrático. A sobrevivência econômica destes caixeiros na Bahia dependia da obediência devotada aos patrões, sendo que a ansiada promoção a comerciante repousava basicamente no interesse e na boa vontade destes últimos.

Solidariedade e exploração eram, pois fundamentais para a manutenção do grupo e dos interesses do comércio português na Bahia na segunda metade do século XIX. Discutiremos no capítulo seguinte as possibilidades de ação que se afiguravam nesta época para os comerciantes portugueses diante da crise do sistema escravista e dos reflexos na Bahia da expansão mundial do capitalismo europeu.

## **OPORTUNIDADES PARA OS PORTUGUESES NO COMÉRCIO BAIANO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

Sobre ter boas fazendas  
O negociante português  
O que os outros vendem por cinco  
Ele da por dois ou três.

(Propaganda da loja O Barateiro —1863)

### **A tradição comercial portuguesa na Bahia: seu significado e sua permanência ameaçada**

É enfatizada por alguns depoimentos do século passado e em várias obras de historiadores e sociólogos, mais recentemente, a significativa atuação de portugueses na vida comercial brasileira, inclusive como traficante de escravos da África para as principais cidades portuárias do Brasil<sup>102</sup>. Salvador, um dos principais portos de entrada de escravos africanos, fora, desde a época colonial, também um importante centro exportador e importador de mercadorias, continuando a sê-lo após a Independência. A relação existente entre a população portuguesa e a atividade comercial

---

102 Ver depoimentos de viajantes estrangeiros como Spix e Martius, Koster; cônsules de vários países no Brasil, como Wetherell; depoimentos de Sebastião Ferreira Soares Ladislau Paridant; estudos mais recentes como os de Gilberto Freyre, Raymundo Faoro, Pierre Verger, Peter Eisenberg. Especificamente sobre a Bahia ver livros de Afonso Ruy, Luiz Henrique Dias Tavares, Francisco de Góes Calmon, Thales de Azevedo, Mario Augusto da S. Santos, Katia Mattoso, etc...

é fato decantado, tendo comprovação inclusive em episódios históricos. Podemos citar como exemplos de tais episódios as revoltas do século XVIII em que o comerciante português foi alvo de ódio popular, como no caso do Motim do Maneta em 1711. As lutas pela Independência da Bahia, quando o Recôncavo “brasileiro” voltou-se contra a cidade comercial portuguesa, servem de exemplo ainda mais conclusivo. Nas lutas Federalistas lideradas por Guanaes Mineiro (1831-1832), por Sabino Alves Vieira em 1837, e nas ocorrências denominadas de “mata-marôto”, a evidência da relação existente entre o português e o comércio em Salvador, deixa pouca margem para dúvidas<sup>103</sup>.

Com vários séculos de tradição na vida comercial baiana, os portugueses contavam com o privilégio da continuidade neste setor. Para Santos (1969, p.46), “data do início dos tempos coloniais o caráter fundamental do comércio português na economia baiana. Estruturada esta em função dos mercados externos, tornou-se essencialmente produtora de artigos primários que, segundo o sistema de monopólio, eram distribuídos pelos portugueses”. Em 1823, Sierra e Mariscal afirmava que “o comércio da praça da Bahia estava todo ele também nas mãos dos Portugueses europeus”, e explicava que “este comércio comprava aos estrangeiros suas mercadorias e fazia vir da Inglaterra as Máquinas e utensílios para as serventias dos Engenhos, mas quase tudo era fiado” (SYERRAY y MARISCAL, 1972, p.46). Calmon (1923, p.80), que nos dá uma lista de comerciantes contemporâneos da Independência, acrescenta que estes,

[...] eram comissários de assucar cujas caixas recebiam, depositando-as nos trapiches; adeantavam as provisões de bocca e de vestuário aos senhores de engenho para a família e os escravos, emprestavam-lhes dinheiro a juro alto, ou davam suas firma, mediante “del-credere”, para saccarem-n’o na Caixa de Descontos.

---

103 Sobre a Independência da Bahia e revoltas nacionalistas da época ver Amaral Braz — História da Bahia do Império à República, Bahia, Imprensa Oficial, 1923; Tavares, Luis Henrique D. — A Independência do Brasil na Bahia, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977 e do mesmo autor História da Bahia Salvador, Centro Edit. e Ditat. da UFBA, 1974.

Também para este autor, o comércio local era “em quase sua totalidade constituído de elementos portugueses” na época da Independência, quando “grande número dos mais opulentos negociantes adotavam a causa do Brasil jurando servi-la perante a Câmara Municipal”.(CALMON, 1923, p.37). Já Amaral (1923, P.2-3) informa que desde os primeiros dias da vitória dos brasileiros, havia sido feita uma lista de portugueses suspeitos por desejarem o restabelecimento da união do Brasil com Portugal, e, dada as exaltações patrióticas daquele momento, o governo provisório “não pode impedir a deportação dos portugueses, muitos dos quaes por si mesmos se retiravam, o que aliás, causou grande abalo no comércio e a liquidação de muitas casas e firmas”.

Com a deportação e fuga de portugueses em consequência da guerra e do antilusitanismo que acompanhou o movimento de descolonização e o sobreviveu, o comércio de Salvador veio a ressentir-se da falta de alguns de seus elementos chaves, fato que em breve levou os próprios senhores de engenho, baluartes nas lutas pela emancipação, a protestarem contra o ambiente hostil criado em torno desses comerciantes. O seguinte trecho de uma Representação endereçada ao Presidente da Província em 1831, e trazendo a assinatura de membros da elite açucareira local, patenteia tal afirmação:

A Agricultura sofre, e desfalece quando não tem capitães para sustentar e refazer a sua fábrica; estes são indispensáveis em toda parte e muito mais no Brazil cuja riqueza hê sempre dependente dos produtos de sua lavoura, e esta também depende do avanço dos capitalistas, que para pobreza e vergonha da Nação vão ser agora deportados. O comércio perseguido, e atacado sem segurança alguma, fugitivo levando consigo muitos mil contos de réis em valores reais... deixa esta Província vazia de Capitães, e de concorrentes no mercado, onde nossos gêneros descerão do nível de seu custo...(REIS, 1976, p.366).

Levantando algumas questões não abordadas explicitamente neste texto, o historiador João José dos Reis chama a atenção para a cautela dos seus signatários com relação a uma provável hegemonia britânica no comércio soteropolitano. A sua opinião

é de que os proprietários rurais temiam a monopolização deste mercado pelos comerciantes ingleses, os principais perseguidores do tráfico. (REIS, 1976, p.367). Estes, por sua vez, tinham interesse na permanência dos portugueses na Bahia pelo menos na daqueles que eram seus credores. Em 1831, quando cresceu o clima de intranquilidade para os lusitanos no Brasil, e o próprio D. Pedro abdicou da coroa e deixou o país, a expulsão de portugueses desta província foi causa de grande preocupação para comerciantes britânicos, aos quais os grossistas e retalhistas lusos deviam cerca de meio milhão de libras esterlinas<sup>104</sup>. Havia também interesse da classe dominante local na reorganização do comércio português em Salvador, uma vez que, com a emancipação política, ficara se não totalmente, pelo menos fundamentalmente resolvida na cidade a contradição das elites brasileiras e portuguesas, que partilhavam o interesse comum da manutenção da ordem social escravista, produtora agrícola.

A ameaça de quebra do sistema contribuía para a aproximação das duas nacionalidades, como bem o percebeu o cônsul francês na Bahia, poucos anos após a Independência. Escrevendo ao Ministério da Marinha Francesa, diria ele que “o perigo geral em que se acharam os proprietários e negociantes brancos aproximou os Brasileiros dos Portugueses”<sup>105</sup>. A solidariedade prevalecia entre os dois grupos apesar do potencial latente de conflitos entre eles sobre questões de preço e crédito, inclusive pelo envolvimento dos lusos no tráfico escravo, o que fazia com que fossem os principais fornecedores de mão-de-obra para a lavoura baiana. (RIDINGS, 1978, p.432-450). A julgar por um relatório de um cônsul português na Bahia, em 1872, o preconceito contra os portugueses era mais

---

104 Trecho da carta do Cônsul inglês na Bahia, Parkinson, ao Porreign Office da Inglaterra, escrita em 13/4/1831, citada em Ridings, Eugene W. — *The Babian Commercial Association 1840-1889: a pressure group in na underdeveloped área* (Tese mim. Univ. da Flórida), 1970, nota 65 na pag. 43.

105 Carta ao Cônsul francês na Bahia, Guinhebaud ao Ministério da Marinha Francesa em 5/12/1824 *in* Mattoso, Katia de Q. — O consulado Francês na Bahia em 1824 *in* Anuário do AEB., vol. 39, 1970, pág. 181.

forte nas “camadas inferiores do povo brasileiro”<sup>106</sup>, fenômeno que estava ligado às disputas do mercado de trabalho e também ao controle que muitos portugueses exerciam no mercado abastecedor da população, aproveitando os privilégios ainda possíveis na estrutura econômica local.

A guerra da Independência foi um momento em que se resolveu no seio da classe dominante luso-brasileira a contradição concernente aos problemas do colonialismo. Para que o resultado do impasse fosse favorável aos interesses dos brasileiros, a população despossuída e muitos escravos foram recrutados para a luta que, acobertada pela bandeira do nacionalismo, escondia interesses elitistas. Após a Independência, a necessidade de manutenção do sistema escravista iria impor uma estreita união entre a elite de produtores agrícolas e de grandes comerciantes. As concessões deferidas aos comerciantes lusos pelos brasileiros, apareciam então ao povo como traições da classe dominante, ainda que o ódio popular continuasse a ser dirigido para os portugueses mais vulneráveis ou menos astutos, que teimavam em manifestar publicamente seu desprezo aos brasileiros.

O auge dos movimentos lusóforos na Bahia aconteceu entre os anos de 1822 e 1850, quando os portugueses ainda demonstravam atitudes provocadoras face aos ex-dominados. A correspondência mantida entre cônsules de Portugal na Bahia e o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Lisboa revelam momentos do desenrolar dos movimentos anti-lusitanos nesta Província, do ponto de vista do português. Tal correspondência é iniciada em 1831, oito anos após a expulsão de Salvador das tropas lusas comandadas por Madeira de Mello, e ano em que foram deportados, por exigência popular, grande número de portugueses<sup>107</sup>.

---

106 Documentos apresentados às Cortes na sessão legislativa de 1875 *in* Coleção de Livros Brancos, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, vol. 4, pág. 201.

107 A correspondência entre os cônsules portugueses na Bahia e o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal entre 1831 e 1851, encontra-se catalogada nos arquivos da Torre do Tombo em Lisboa. A continuação desta correspondência ainda se encontra encaixotada no referido Ministério, também em Lisboa, sem classificação alguma.

Em carta do dia 16 de Junho de 1831, o cônsul João Pereira Leite queixava-se da “triste e horrorosa situação em que todos os Portugueses se tem visto nesta Cidade e Província desde que nella rebentou a última revolta do dia quatro de Abril”. Segundo ele “na madrugada do dia cinco o grito que se ouviu por toda a Cidade e seus subúrbios, repetido com mais furor no dia 13, foi o de “matar marotos”, a cujo grito os Portugueses a quem se fazia fogo como a Lobos, desamparando suas cazas e estabelecimentos, demandarão azilloabordo das Embarcações surtas neste Porto”.<sup>108</sup> Em outra missiva com data de 26 de Outubro de 1832, o mesmo cônsul declarava que “a situação convulsa d’este Paiz torna-se cada vez mais ameaçadora tanto para os subditos Portugueses como ainda para os “brasileiros adoptivos” porque por toda a parte a população e gente de cor que hé a imensa maioria da população do Brasil, só espera o signal para o saque e extermínio de quantos nascerão Portuguezes”. Continua mais adiante dizendo que facções políticas na Capital estão “prestes a vir às mãos ao primeiro impulso dos Anarquistas que promovem o Republicanismo para empolgarem officios, empregos e as propriedades dos Portugueses” e que “qualquer que seja o partido triunfante o resultado sempre será fatal aos Portuguezes alvo e incentivo por suas riquezas, de todos os revolucionários”.<sup>109</sup>

Em 1850, dada a forte repressão aos movimentos sociais do pós-Independência na Bahia, o movimento lusófono amainara. O cônsul José Agostinho de Salles, porém, em carta de 26 de Fevereiro daquele ano ainda se mostrava temeroso de que “a actual política do Brazil, ou por outra, dos que actualmente influem nos destinos do Paiz, tiveram que baquear e os actos que offendao ao bem estar e ponhão em perigo a garantia, ou abrigo a que os Portugueses em

---

108 Arquivo da Torre do Tombo, índice de Documentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros — Correspondência das Caixas: Consulado de Portugal na Bahia — Documentos de 1831 a 1851, maços de 1831 a 1836, doc. 1.

109 Idem, doc. 2.

qualidade de estrangeiros têm direito a exigir”<sup>110</sup>. Julgava o cônsul por isso que fosse conveniente a vinda para Salvador, “quanto antes de qualquer navio de guerra Português”, fato que em sua opinião daria “muita consideração ao Consulado e aos Portuguezes aqui residentes”<sup>111</sup>.

A atitude do cônsul português, ao pedir um navio de guerra do seu país para defender interesses dos súditos de Portugal em território que não lhes pertencia, só pode ser compreendida levando-se em conta que, entre os elementos da classe dominante, constituída de nacionais e estrangeiros, existia um pacto tácito para a manutenção do sistema que lhes dava condições de existência e era constantemente ameaçado pelo potencial revolucionário latente na população desprivilegiada e nas facções políticas mais exaltadas. Nesta mesma carta o cônsul revela-se um indivíduo moderado, astuto e diplomaticamente hábil ao exigir que o comandante do navio requisitado fosse prudente e entrasse em contato consigo no consulado antes de qualquer intervenção. Explicava a razão desta exigência da seguinte maneira:... “como conheço bem toda esta gente, sei melhor a maneira de os levar, porque nem sempre convém hir após as exigências dos exaltados Portuguezes que por inexperientes julgão que tudo se pode conseguir como elles imaginão, principalmente os que menos tem a perder”<sup>112</sup>. Em Abril de 1851, o mesmo cônsul garantia ao Conde de Tojal, Ministro Português, que já tinham diminuído “de maneira considerável os insultos que a opposição dirigio aos Portuguezes para atacar o Governo” e que julgava desnecessária a vinda do navio de guerra ‘pedido há alguns meses atrás, porque presentemente goza-se aqui de tranquillidade’<sup>113</sup>.

Na aparente tranquillidade da segunda metade do século, os portugueses já não demonstravam atitudes desafiadoras que

---

110 Ibidem, maço de 1850, doc. 21.

111 Ibidem.

112 Ibidem.

113 Ibidem, maço de 1851, doc. 14.

havia custado prejuízos e deportações de muitos e até mortes de alguns patrícios. Procuravam agora acomodar-se às derrotas sofridas, ao mesmo tempo em que tentavam usufruir das situações ainda favoráveis à obtenção de lucros nos negócios e disputavam com os naturais do país colocação no mercado de trabalho. Tendo os comerciantes portugueses funcionado durante a época colonial como elos entre o Brasil — no caso a Bahia — e a Europa, a permanência desta função projetava-se para além da Independência, embora o seu campo de ação fosse se restringindo pela competição com comerciantes de outras nacionalidades estrangeiras, e pela crescente participação de brasileiros no setor comercial.

Há depoimentos da época que enfatiza o preconceito existente entre brasileiros, em relação ao trabalho no comércio, fruto da tradição de um sistema escravista onde o trabalho em si era menosprezado. Afirmar que era o trabalho no comércio e não os comerciantes o alvo de tal preconceito é questão bastante delicada, que mereceria estudo mais aprofundado. Enquanto os estrangeiros Ewbank (1856, p.184) e Wetherell (1972, p.95) defendiam a existência de tal preconceito nesta época Soares (1865, p.16), estatístico brasileiro do século passado, explicava a pouca participação de brasileiros no setor comercial da seguinte maneira:

Como é bem prever, o comércio do Brasil desde que principiou a ter maior incremento começou a ser exercido em sua máxima parte pelos filhos da metrópole, que chegados à América, a essa indústria de preferência se entregavam, quando não vinham empregados no serviço real do exército da fazenda ou da justiça; e os naturaes do paiz, poi essa razão, no geral se occupavam nos trabalhos agrícolas, nos officios e artes mecânicas e n'outros misteres, e só por excepção um ou outro seguia a vida comercial nas cidades marítimas; não sendo porém raro negociarem nas cidades do interior do paiz.

Ainda que um documento assinado por vários senhores de engenho da Bahia em 1831 afirmasse que “...os Brasileiros natos são mais propensos á Nobreza da Agricultura; e a experiência fatalmente tem mostrado que muito pouco aproveitam no Commércio”<sup>114</sup>, a nacionalização do setor comercial foi uma das principais reivindicações dos baianos desde o dia da entrada do exército independente na cidade do Salvador. (SEPLANTEC, 1978, p.46).

Utilizando listas fornecidas por almanaques sobre a vida financeira, mercantil e industrial da Bahia para os anos de 1855 e 1873, dois diferentes momentos da vida econômica do estado, no século XIX, constataram-se uma participação crescente de brasileiros no setor comercial baiano, como o passar dos anos<sup>115</sup>. Os almanaques consultados fornecem listas separadas de negociantes nacionais e estrangeiros, no entanto, muitos dos listados como brasileiros eram portugueses de nascimento, tendo se naturalizado durante a Independência, como no caso de Francisco Adaeen Villas Boas e José da Cunha Marelim. Em 1854, por exemplo, dos 113 negociantes arrolados como nacionais no almanaque publicado por Camilo Lellis Masson, identificamos 74 deles (83,6%) como sendo portugueses. Já em 1873, o número total de portugueses listados é de 119 (18 deles naturalizados brasileiros) em comparação com 144 comerciantes genuinamente brasileiros conforme ilustra a tabela 18.

---

114 Representação dos proprietários do Recôncavo em 18/5/1831... *doc. citado*

115 Almanaque Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia — Camilo de Lellis Masson, Primeiro Ano, Typographia de C. Lellis Masson & Cia., 1854 e também Almanaque Administrativo, Comercial e Industrial da Província da Bahia — Altino Rodrigues Pimenta, Ano I, Tip. de Oliveira Mendes & Cia., 1873.

**TABELA 18**  
**Negociantes em Salvador**  
**1854 e 1873**

<i>Ano</i>	<i>Negociantes Nacionais</i>		<i>Negociantes Estrangeiros</i>	
	<i>Brasileiros</i>	<i>Portugueses naturalizados</i>	<i>Portugueses</i>	<i>Outras nações</i>
1855	39	74	69	59
1873	144	18	101	4

**Fontes:** Almanques Administrativo, mercantil e industrial da Bahia organizado por Camilo Lellis Masson. Bahia, Tip. de Camilo L. Masson & Cia. Ano de 1854 — B. N. Almanaque administrativo, comercial e industrial da Província da Bahia. Compilado por Altino Rodrigues Pimenta. Bahia, Tip. de Oliveira Mendes & Cia., 1873 — A. N.

As informações fornecidas pelo almanaque de 1855 não são, porém completas, como nos adverte seu editor, para quem “o receio dos que ainda temem, entre nós, ver seus nomes estampados em letra redonda”, não lhe permitia arrolar todos os comerciantes da praça. Por outro lado, os nomes da maioria dos negociantes estrangeiros, de outras nações que não a portuguesa, não aparecem no almanaque de 1873, com exceção de quatro deles. Apesar de ser esta uma fase de crescente prosperidade para as firmas como as de Westphalen, Bach & Krohn, Wildberger & Cia., Danncmann etc.. (SEPLANTEC, 1981, p.25) representantes diretas do capitalismo europeu, de modo geral, os comerciantes estrangeiros, com exceção dos portugueses, não se preocupavam em ter seus nomes relacionados nos almanaques sobre a vida econômica baiana, nem se matriculavam no Tribunal do Comércio.

Para efeito de comparação com os dados sobre a nacionalidade de comerciantes fornecidos pelos almanaques consultou-se também o rol dos comerciantes matriculados no Tribunal do Comércio da Bahia em 1876. Permanece também quanto a este documento, a questão dos portugueses registrados como negociantes nacionais e que são na verdade apenas “brasileiros adoptivos” ou “cidadãos brasileiros”. Procurou-

se neste caso detectar o nome de lusitanos que, por se terem naturalizado, aparecem arrolados como brasileiros, utilizando para tal identificação documentos do Consulado Português na Bahia e a série de testamentos do Arquivo Público Estadual da Bahia. Com os dados assim coletados traçou-se a tabela 19 que a seguir apresentamos. Apesar do universo desta pesquisa restringir-se aos comerciantes atuantes na capital baiana, foram incluídos os demais registrados no Tribunal do Comércio para uma visão mais completa dos dados do documento.

**TABELA 19**  
**Comerciantes Registrados no Tribunal de**  
**Comércio da Bahia - 1876**

<i>Nação de origem</i>	<i>Quantidade de registros</i>			<i>Total</i>
	<i>Em Salvador</i>	<i>No interior da Bahia</i>	<i>Em Sergipe</i>	
Portugal	182	46	7	235
Brasil	183	79	15	277
Outras	6	—	—	6
<b>Total</b>	<b>371</b>	<b>125</b>	<b>22</b>	<b>518</b>

**Fonte:** Lista dos comerciantes registrados no Tribunal do Comércio, 1876 — Documentos do Arquivo do Estado da Bahia, Seção Histórica — Presidência da Província — Maço n.º 2-182 — AEB.

Outra importante série documental, os Contratos e Distratos da Junta Comercial do Estado da Bahia, foi utilizada por Santos (1977) no seu livro “O Comércio Português na Bahia”, e pela Fundação do Centro de Pesquisas e Estudos da SEPLANTEC (1979, vol.3) no trabalho “A Inserção da Bahia na Evolução Nacional”, numa tentativa de avaliar o número e o montante dos capitais das firmas estrangeiras e nacionais em Salvador no século XIX. Segundo os estudos do Centro de Pesquisas e Estudos -CPE,

Os portugueses, de acordo com a documentação da JUCEB, predominam na praça baiana na segunda metade do século XIX, tanto do ponto de vista do capital retido em mãos da nacionalidade, quanto do número de sócios atuantes no ramo comercial. Detém, em média, para o período 57% do capital e seus sócios representam 57% dos comerciantes da praça... Seguem-nos, os brasileiros, com 32% dos capitais e 32% do número de sócios — dados médios para o período 1869-1889. (SEPLANTEC, 1979, p.43).

Para os autores do referido trabalho, a utilização dos dados da Junta Comercial do Estado da Bahia é problemática, entre outras razões, porque “poucas firmas se encontravam na obrigatoriedade do registro comercial no período”, assim, várias delas cuja existência é assegurada por outras fontes, estão ausentes dos registros dos Livros de Contratos e Distratos, como a maioria das firmas alemãs e inglesas. O peso destas duas nacionalidades na praça comercial baiana, por si só, já implicariam num redimensionamento “do quadro sugerido pelos dados analisados”. (SEPLANTEC, 1979, p.26-46)

A partir de pesquisa sobre os mesmos documentos da JUCEB, com interesse especificamente voltado para o grupo português, as conclusões de Santos (1977), no seu livro sobre o comércio português na Bahia, são as de que houve predomínio numérico de portugueses no comércio baiano de 1870 a 1889, sendo estes superados pelos brasileiros de 1890 em diante, permanecendo até quase o fim do período em segundo lugar. (SANTOS, 1977, p.45)

Conclusões precisas quanto à proporção de portugueses em relação ao total dos comerciantes em Salvador, e conseqüentemente da liderança exercida por eles no comércio da Bahia, são dificultadas pela documentação incompleta sobre o assunto. Quanto às listas dos Almanques, além das lacunas propiciadas pelos negociantes que se recusaram a colaborar com informações, os pequenos e médios comerciantes não estão incluídos na relação dos “negociantes” da praça, aparecendo-lhes os nomes em outro tipo de listagem, sem discriminação de nacionalidade e sob as rubricas dos diversos ramos de negócios aos quais se dedicavam como fazendas drogas, etc. O problema

da utilização da lista de matrículas de negociantes no Tribunal de Comércio é o fato de que nem todos os comerciantes na Bahia eram matriculados, principalmente os pequenos comerciantes e muitos dos estrangeiros não portugueses.

Ainda que imprecisas, as listas de negociantes dos dois almanaques consultados fornecem subsídios importantes para se determinar tanto o predomínio de estrangeiros no grande comércio de Salvador, em meados do século XIX, (tendo os portugueses um significativo peso numérico) quanto a crescente participação de brasileiros neste setor, ao findar-se o século. Em termos de tendência, os dados dos almanaques coincidem com o das outras fontes documentais consultadas. A tendência geral apontada pelas informações coletadas é a de que os portugueses ainda dominavam, pelo menos numericamente, a praça comercial baiana nos anos cinquenta do século XIX, tendo tal domínio diminuído no final do século. Deve ser considerado também o fato de que, a esta altura, alguns comerciantes lusos tinham sido substituídos nos negócios pelos seus próprios filhos, muitos dos quais optaram pela cidadania brasileira como José da Cunha Marelím Jr., Antônio José da Costa Jr., os filhos de Joaquim Pereira Marinho, os filhos de Antônio Francisco de Lacerda, etc.

A permanência do prestígio português no comércio baiano manteve-se, porém durante o século XIX em função de fatores tradicionais e de interesses sociais, econômicos e políticos da elite dominante, para a qual a quebra do “status quo” era uma constante ameaça. Interrogando sobre qual teria sido a razão mais concreta para que este prestígio tivesse sobrevivido à descolonização, tendo havido apelos de senhores baianos para que os portugueses voltassem a ocupar um lugar definido como comerciantes na estrutura econômica local, o fato de possuírem embarcações capazes de suprir deficiências da marinha mercante brasileira — no caso baiano — toma uma dimensão maior do que normalmente lhe é dada.

## NAVEGAR É PRECISO

Ah, os paquetes, os navios carvoeiros, os navios de vela!  
Vão rareando — ai de mim! Os navios de vela nos mares!

(Fernando Pessoa *in* Ode Marítima)

A Análise de “mapas” de entrada e saída de embarcações provenientes ou destinadas a Portugal e seus domínios<sup>116</sup> indica que pelo menos nos primeiros seis anos da segunda metade do século XIX, a ligação marítima entre a Bahia e os portos lusitanos era efetuada em sua maioria por navios pertencentes a portugueses. No ano de 1851, por exemplo, das 61 embarcações entradas em Salvador provenientes daqueles portos, 34 eram portuguesas, sendo seus consignatários comerciantes lusos de grande prestígio nesta cidade, dentre eles Joaquim Pereira Pestana, Joaquim Pereira Marinho, Sebastião José de Figueredo, José Pinto Novaes, Joaquim Teixeira Chaves. Das 38 embarcações saídas da capital baiana com destino a portos lusos neste mesmo ano, 26 eram portuguesas, 5 brasileiros, e 7 de outros países europeus. É importante ressaltar que a maioria das embarcações brasileiras que fazia o percurso Salvador-Portugal-Salvador estava consignada ou pertenciam a comerciantes portugueses, como a “Ultrice”, de Joaquim Pereira Marinho e a “Flor de Norte” cujo consignatário habitual era o português José Joaquim Machado. Todas as embarcações “brasileiras” saídas de Salvador para portos lusos

---

116 Estes “mapas” são quadros que permitem a visualização geral do movimento anual de todas as embarcações provenientes de, ou destinadas a Portugal, que entraram e saíram do porto de Salvador, com datas e dados sobre portos de destino ou procedência e nomes dos consignatários e capitães. Vários destes “mapas” fazem parte dos documentos do consulado de Portugal na Bahia que se encontra no Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa ainda em caixotes e sem catalogação alguma. Há também mapas apenas de embarcações portuguesas provenientes ou destinadas a portos de outros países que não Portugal.

em 1854, por exemplo, encontravam-se sob a responsabilidade de portugueses<sup>117</sup>.

As tabelas 20 e 21 permitem a visualização da nacionalidade e do movimento das embarcações entre Salvador e portos portugueses, durante 5 anos. Nelas foram utilizados dados dos chamados “mapas de embarcações” do Consulado de Portugal na Bahia.

**TABELA 20**  
**Entrada de Embarcações Provenientes de Portos Lusos**  
**Salvador: 1852-1856**

<i>Ano</i>	<i>Número de Embarcações</i>			<i>Total</i>
	<i>Embarcações portuguesas</i>	<i>Embarcações brasileiras</i>	<i>Embarcações outras nações</i>	
1852	22	6	13	41
1853	33	5	3	41
1854	27	6	5	38
1855	35	8	1	44
1856	37	2	3	42
<b>Total</b>	<b>154</b>	<b>27</b>	<b>25*</b>	<b>206</b>

**Fonte:** Mapas de embarcações portuguesas e estrangeiras provenientes de Portugal e seus domínios — Documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados) — MNEP.

\* Embarcações inglesas 7, alemães 5, suecas 5, dinamarquesas 3, austríacas 2, belga 1, sarda 1, francesa 1.

---

117 Mapas de Embarcações Portuguesas e Estrangeiras provenientes de Portugal e Seus domínios — Anos de 1852 a 1856 — Documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados) — MNEP e Mapas de Embarcações Portuguesas e Estrangeiras saídas de Salvador para Portos de Port. e Seus Domínios — 1852/1856 — Doc. do Consulado de Port. na Bahia (não catalogados) — MNEP.

**TABELA 21**  
**Saída de Embarcações para Portos Portugueses**  
**Salvador: 1852-1856**

<i>Ano</i>	<i>Número de Embarcações</i>			<i>Total</i>
	<i>Embarcações portuguesas</i>	<i>Embarcações brasileiras</i>	<i>Embarcações outras nações</i>	
1852	26	6	3	35
1853	24	6	—	30
1854	23	11	—	34
1855	35	7	—	42
1856	28	10	—	38
<b>Total</b>	<b>136</b>	<b>40</b>	<b>3*</b>	<b>179</b>

**Fonte:** Mapas de Embarcações portuguesas e estrangeiras saídas de Salvador para os portos de Portugal e seus domínios — Documentos de Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados) — MNEP. Embarcações austríacas 2 e sarda 1.

Não foi possível localizar os “mapas” para os anos seguintes a 1856, porém, acredita-se que esta amostragem indica que o prestígio do grupo comerciante português na Bahia baseava-se na continuidade das relações comerciais mantidas com Portugal, e estava intimamente relacionado com o domínio que alguns de seus membros tinham deste instrumento econômico que é o transporte marítimo. Vale lembrar que a posse de embarcações tinha, nesta época, relevância primordial numa cidade de localização estratégica para a navegação à vela e em ponto chave para distribuição de mercadorias a vasta área circundante. Por outro lado, a especialização náutica de muitos pilotos portugueses e a grande quantidade de marinheiros lusos que se registraram na Capitania do Porto de Salvador, no século XIX, levam-nos a acreditar que o elemento luso supria deficiências de marinha local, neste sentido também<sup>118</sup>.

<sup>118</sup> Antes de registrar-se na Capitania do Porto da Bahia o marinheiro português devia inscrever-se no seu respectivo Consulado. O número de marinheiros inscritos é altíssimo; Vide Habilitações, 2.1 série — Documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados) — MNEP.

Considerando-se a importância da navegação para a manutenção do prestígio econômico português na Bahia, torna-se compreensível a resistência por parte da Associação Comercial da Bahia, às propostas federais de restrições à participação de estrangeiros na navegação de cabotagem. Acusada de ter retardado a formação de uma marinha mercante nacional, aquela entidade, onde nesta época os portugueses tinham uma atuação importantíssima, clamou pela equiparação de direitos entre as embarcações estrangeiras e brasileiras no comércio costeiro até 1873, quando sua posição reverteu-se. Neste ano a Companhia Bahiana de Navegação a vapor voltava a ter sua sede administrativa na Bahia onde passou a manter uma estreita ligação com a Associação Comercial. (RIDINGS, 1975, p.188-189). Outra regulamentação que mereceu vivos protestos da Associação Comercial da Bahia foi a que obrigava as embarcações da navegação costeira a terem um prazo de oito dias para contratar marinheiros nacionais, antes que pudessem aceitar estrangeiros. Os comerciantes alegavam ser contra tal decreto por não haver oferta suficiente de marinheiros brasileiros na praça, e reclamavam o inconveniente do atraso de 8 dias para que se formassem as tripulações dos navios<sup>119</sup>. Diante desta constatação e do número de “marítimos” registrados no Consulado de Portugal, conclui-se que, também como marinheiros, os lusitanos tinham uma importância crucial para o comércio tradicional baiano do século XIX, e que seus compatriotas defendiam seus interesses comuns.

Pareceu-nos mais lógico encontrar no domínio naval o elemento que deu a portugueses na Bahia condições de poder econômico para a manutenção do seu prestígio, que se estendia ao seu grupo como um todo, do que considerar que a importância do português no comércio baiano provinha da sua natural aptidão para enriquecer em tal setor. Afinal, qual teria sido o instrumento responsável pela acumulação de capital dos traficantes de escravos portugueses senão as suas embarcações? Como desvincular, por

---

119 Idem.

exemplo, a fortuna e o prestígio de Joaquim Pereira Marinho da frota de navios de que era possuidor?

Na segunda metade do século XIX, para o Rio Grande do Sul navegavam constantemente embarcações ostentando bandeira característica da sua firma, que daquela província e da região da bacia do Prata transportavam charque para Salvador. Algumas destas embarcações tinham numeração própria como “Marinho 3”, “Marinho 5” e até “Marinho 12”<sup>120</sup>. Nos “mapas” de entrada e saída de embarcações portuguesas do Porto de Salvador e também entre os manifestos de carga de embarcações encontra-se o nome de Pereira Marinho como sendo proprietário e/ou consignatário de várias, como por exemplo, do brigue “Intrépido”, que transportava inclusive imigrantes para esta cidade<sup>121</sup>. É interessante constatar que Joaquim Pereira Marinho, um dos mais ricos comerciantes em Salvador nesta época, aparece registrado no consulado de Portugal na Bahia em 1828 como “marítimo”, tendo, portanto ascendido a posição de prestígio econômico-social a partir de sua condição de navegador<sup>122</sup>. É possível que o mesmo tenha acontecido com outros comerciantes principalmente em fase anterior à abolição do tráfico escravo.

Na série de testamentos de portugueses, há várias menções de testadores que possuíram embarcações, dentre eles Manoel Rodrigues Pimenta da Cunha, falecido em 1852, dono do brigue Almirante da Sumaca Santo Antônio Vencedor<sup>123</sup>; João Vito Moreira, dono de metade da Galera Minerva cuja outra metade era do antigo

---

120 Informações encontradas nos registros de marinheiros da 2.<sup>a</sup> série de Habilitações... *doc. citado*, ver também Câmara, Antônio Alves — A Bahia de Todos os Santos em Relação aos melhoramentos de Seu Porto, Rio de Janeiro, 2.a edição, 1911.

121 Além dos mapas de embarcações foram localizados livros com manifestos de carga de embarcações portuguesas referentes a alguns anos entre 1830 e 1851 e mais dois livros referentes a alguns anos entre 1864 e 1869 — Doc. do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados) — MNEP.

122 Habilitações, 1.<sup>a</sup> série — Doc. do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados) — MNEP.

123 Livros de Registros de Testamentos — AEB., Seção Judiciária, Livro 36, fls. 182/185.

patrão Manoel José de Magalhães<sup>124</sup>; Jcsé Joaquim de Almeida, falecido em 1860 e que enviara em 1841 a sumaca Nova Fortuna para a África “a negócio lícito”, ainda que esta fosse apreendida por um cruzador inglês <sup>125</sup>; João da Cruz Coque Júnior, falecido em 1875, único dono do patacho português “Constância”<sup>126</sup> etc...

Francisco José Godinho, um português de grande prestígio na sociedade baiana, tendo sido inclusive Provedor da Santa Casa de Misericórdia da Bahia e membro da diretoria da Associação Comercial, era dono de vários navios, que transportavam para Salvador charque do Rio Grande do Sul. Outro português, Manoel José do Conde, dono de vários trapiches em Salvador, possuía seu próprio navio, o brigue “Conde”, que transportava de Portugal entre várias outras mercadorias, farinha de trigo, e voltava aquele país carregado principalmente de açúcar e couros <sup>127</sup>.

Em 1850, um golpe foi dado na atividade comercial de muitos portugueses com a abolição do tráfico escravo, que exigiu uma readaptação de práticas econômicas por parte de muitos comerciantes. Ramo bastante lucrativo do comércio, e um caso limite de acumulação primitiva, tal atividade fora responsável pelo enriquecimento de figuras de destaque entre o grupo português na Bahia, como o próprio Conde de Pereira Marinho, José Alvarez da Cruz Rios, que também tiveram seus navios aprisionados por cruzadores ingleses perseguidores do Tráfico escravo. (RIDINGS, 1970, p.285). Alguns comerciantes como Antônio Francisco de Lacerda, (português naturalizado brasileiro), ainda que empenhados primordialmente em outras atividades comerciais não deixavam de investir no tráfico escravo, acobertados por comissários para esta função. Embora o transporte clandestino de africanos para a Bahia ocorresse por alguns anos após a sua proibição, a lei de Euzébio de Queirós forçou sérias alterações no

---

124 Idem, Livro 38, fls. 78/82.

125 Ibidem, Livro 40, fls. 182/186.

126 Ibidem, Livro 40, fls. 190/193.

127 Manifestos de Carga de Embarcações Portuguesas, Livros de 1850/51 — Doc. do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados) — MNEP.

caráter da atividade de muitos comerciantes portugueses na Bahia. O fim do comércio escravo não eliminou, no entanto, o comércio de Salvador com a África. (SEPLANTEC, vol.3, p.28)

As duas tabelas 22 e 23, nas quais foram utilizados dados dos chamados “mapas de embarcações” portuguesas saídas de Salvador com destino a portos estrangeiros, dão uma ideia da atividade náutica e comercial dos portugueses na Bahia, em outros portos internacionais que não os de Portugal e suas ilhas. Este movimento de embarcações lusas indica que a África continuava a ter grande importância para o comércio português em Salvador.

**TABELA 22**  
**Saída de Embarcações Lusas Para Portos Estrangeiros**  
**Salvador 1851-1856**

<i>Porto de Saída</i>	<i>Quantidade de embarcações</i>						<i>Total</i>
	<i>1851</i>	<i>1852</i>	<i>1853</i>	<i>1854</i>	<i>1855</i>	<i>1856</i>	
África	5	6	6	9	13	11	50
Grã-Bretanha	3	3	19	4	2	2	33
Alemanha	6	1	2	1	2	—	12
Argentina	1	2	—	1	2	1	7
Uruguai	—	—	—	1	—	—	1
Itália	—	—	1	4	—	—	1
Holanda	—	—	—	—	—	1	1
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>12</b>	<b>28</b>	<b>20</b>	<b>19</b>	<b>15</b>	<b>105</b>

**Fonte:** Mapas de Embarcações Portuguesas saídas para portos estrangeiros

- Documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados)

- MNEP.

Portos estrangeiros, pela classificação do Consulado incluía os portos d'África, como Loanda, apesar de serem área de dominação portuguesa.

**TABELA 23**  
**Entradas de Embarcações Lusas Vindas de Portos Estrangeiros**  
**Salvador: 1851-1856**

<i>Porto de Saida</i>	<i>Quantidade de embarcações</i>						<i>Total</i>
	1851	1852	1853	1854	1855	1856	
África	5	6	4	8	6	6	35
Grã-Bretanha	—	—	1	4	—	—	5
Argentina	1	1	1	2	2	1	8
Uruguai	2	—	—	—	—	—	2
Terra Nova	—	—	—	—	—	1	1
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>14</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>51</b>

**Fonte:** Mapas de Entradas de Embarcações portuguesas para portos estrangeiros — Documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados) — MNEP.

Na segunda metade do século XIX, vários dos antigos traficantes de escravos mantiveram um comércio intenso com portos africanos, suprindo tais regiões com fumo, cachaça e muitos outros artigos inclusive produtos europeus re-exportados via Salvador. Manifestos de carga de embarcações são ilustrativos deste tipo de comércio.

O Patacho “Dois Irmãos”, por exemplo, consignado a Domingos Gomes Bello, e chegado a Salvador de portos d’África em Outubro de 1851, trazia em sua carga panos, esteiras, balaios, sabão cola e várias miudezas. Ao sair para o continente africano em Janeiro do ano seguinte, a embarcação ia carregada com muita aguardente e 1833 magotes de tabaco<sup>128</sup>.

Na barca portuguesa Acaso, Joaquim Pereira Marinho enviava em Fevereiro de 1865 para a Costa da Mina um carregamento de tabaco, aguardente e placava valendo 30.000\$000 réis<sup>129</sup>.

No brigue português Luzitano, para a Costa d’África, o comerciante Mamede Amaro Lopes enviava em 1869 carga no

128 Manifestos de Carga... *doc. citado*, Livros de 1850/51.

129 Idem, Livro de 1864/69.

valor de 42.320\$00 réis de mercadorias variadas, brasileiras e estrangeiras, do tamanco ao bacalhau, e muita aguardente<sup>130</sup>.

Nos Manifestos de Carga de 1850 há alguns indícios de que continuava clandestinamente e em menor escala, o comércio de escravos. A Barca Flor da Amizade, por exemplo, chegada de Loanda em Agosto daquele ano não dá nenhum valor para sua carga, indicando que veio com um lastro de 40 toneladas de areia, agoada e mantimentos que “meteu em Loanda para gasto do navio”, informação bastante suspeita<sup>131</sup>.

A barca Linda Flor, vinda de Ajuda e chegada a Salvador após 17 dias de viagem, em Julho de 1850, trazia 28 “presoneiros”, azeite de palma, paus de cuias, barricas com pedras, panos, balaios, estando relacionada como carga 1 tonelada de areia e 16 pipas de agoada <sup>132</sup>.

Dos dados apresentados conclui-se que permaneciam para os portugueses oportunidades de lucro no comércio com o continente africano, não só pelo conhecimento já adquirido por ele, enquanto traficantes de escravos, como pelo fato de que alguns portos d’África, como Ajuda e Loanda eram domínios de Portugal.

No entanto, era com o seu país de origem que os imigrantes lusitanos na Bahia exerciam o maior controle sobre as atividades importadoras e exportadoras. De Portugal eram importados para esta província gêneros alimentícios “de demanda razoavelmente consistente”. As atividades exportadoras dos referidos comerciantes concentrava-se essencialmente na venda de açúcar e tabaco para Portugal, sendo bastante diversificados os outros produtos que eram exportados em relativamente poucas quantidades. Manifestos de Carga de embarcações portuguesas, falam por si do tipo de comércio que se processava entre os portos lusitanos e a Bahia. Eis alguns exemplos: Barca Figueirense, de propriedade de Joaquim Pereira Pestana, chegada do Porto após 28 dias de viagem, em Março de 1850, trazia vinhos, vinagre, ferragens, pinho, alhos,

---

130 Ibidem.

131 Ibidem, Livros de 1850/51.

132 Ibidem.

cebolas, azeite doce, carnes, archotes, rolhas, uma lata com obras de ouro, caixas de baetas de algodão, linho, remédios, velas, pelicas, frutas, azeitonas, castanhas, louças, fio, miudezas e palitos, no valor total de 33.927\$000 réis. Na sua viagem de retorno, no final do ano, levava um carregamento de açúcar, tabaco, arroz, farinha, couros secos, algum café e cacau, piaçaba e cabelo, no valor de 31.074\$000 réis<sup>133</sup>.

O Palhabote Califórnia, de João Adrião da Rocha chegava a Salvador vindo do Porto em abril de 1850 com o mesmo gênero de mercadorias portuguesas em quantidade bem menor, no valor total de 9.557\$000<sup>134</sup>.

A Barca Carlota e Amélia chegava em junho deste mesmo ano, de Lisboa e Figueira, com um carregamento de vinhos, vimes, cebolas e ferragens, valendo 44.435\$000 réis<sup>135</sup>.

Vinhos, drogas, vinagre, azeite, sal, cebolas e carnes no valor de 37.050\$000 réis, era o carregamento do Brigue “Mondego”, de propriedade do mesmo Joaquim Pereira Pestana, vindo de Lisboa em junho de 1850. Em sua viagem de retorno a Portugal, em agosto esta embarcação levava em sua carga açúcar, couros e arroz, no valor de 22.209\$000 réis<sup>136</sup>.

Já o Palhabote Chinfrim, consignado a Camillo Antônio da Silva, chegava do Porto em Agosto do mesmo ano com um carregamento de 9.562\$000 réis, que incluía vinhos, obras de prata, comestíveis, ferramentas e até pedras de lajedo em bruto, que eram vendidas na praça<sup>137</sup>.

A navegação à vela possibilitava investimentos relativamente pequenos de indivíduos sem grandes cabedais, mas desejosos de se empenharem no comércio transoceânico. Assim, o Manifesto de Carga da Chalupa portuguesa Quilha de Ferro, de propriedade de Antônio Garcia Rosa e consignada a Fortunato José d’Almeida,

---

133 Ibidem.

134 Ibidem.

135 Ibidem.

136 Ibidem.

137 Ibidem.

acusa uma carga de apenas 4.892\$000 réis, dos quais 1.920\$000 réis de bacalhau, e o restante em barricas de bolachas, 104 queijos, 3 barris de manteiga, etc.<sup>138</sup>.

Até 1856, todas as embarcações mencionadas nos “mapas” do consulado eram movidas a vela: barcas, galeras, patachos, brigues, iates, palhabotes, escunas e polacas. Naquele ano aparece a primeira menção de um vapor: o D. Pedro V, consignado a Joaquim Pereira Marinho e Cia<sup>139</sup>.

Com a expansão da navegação a vapor, os comerciantes portugueses que, de uma maneira geral estavam acostumados a utilizar o transporte à vela para as suas mercadorias, passaram a sofrer desvantagens no desempenho das duas funções comerciais. A introdução de linhas regulares de vapores, ligando Salvador a outros portos internacionais, a partir de meados do século, abalava inevitavelmente a estrutura tradicional do comércio português na Bahia. Manifestos de carga de navios em 1856, por exemplo, já acusam remessas de tabaco, açúcar, couros... para Portugal em vapores ingleses feito por comerciantes portugueses atuantes em Salvador<sup>140</sup>. Manifestos de carga dos anos cinquenta do século passado indicavam, no entanto que tais transações eram realizadas comumente nos navios de vela lusitanos. Segundo a tradição oral, um dos segredos do sucesso da firma de Manoel Joaquim de Carvalho, uma das poucas firmas portuguesas do século XIX que sobreviveram até nossos dias, foi o fato do seu fundador ter usado vapores estrangeiros no transporte dos gêneros que vendia, principalmente, o bacalhau que não raro deteriorava-se nas longas viagens das embarcações a vela<sup>141</sup>.

Na verdade, as oportunidades privilegiadas que existiam para os portugueses no comércio baiano, nos tempos coloniais,

---

138 Ibidem.

139 Mapas de Entrada e Saída de Embarcações... *doc. cit.*.

140 Manifestos de Carga... *doc. cit.* Livros 1850/51.

141 Depoimento oral da família de M.J.C..

vinham sendo abaladas desde a perda do monopólio do comércio brasileiro, com a abertura dos Portos em 1808, sendo crescente no mercado brasileiro o poder dos comerciantes dos países capitalistas líderes da Revolução Industrial.

Na segunda metade do século passado a Inglaterra era a maior compradora do açúcar e do algodão baianos, possuindo aquela nação algumas importantes casas exportadoras na Capital. (RINDGS, 1970, p.15). Já em 1827, aliás, de 150 navios que saíam carregados de mercadorias do porto de Salvador, 122 eram ingleses, conforme informação de Wanderley de Pinho, que acrescenta haver então “casa inglesa na Bahia que ela só, carregava tantos gêneros, quanto a massa unida dos negociantes brasileiros e portugueses”. (PINHO, 1964, p.290)

No exercício de 1870-1871 a estatística para a navegação de longo curso da Província da Bahia indica terem havido 221 entradas de navios ingleses dos quais 71 a vapor e 224 saídas de embarcações britânicas, 82 das quais movidas a vapor<sup>142</sup>.

Disputando a proeminência inglesa, os alemães, grandes exportadores de fumo procuraram desde cedo reforçar suas ligações com a Bahia onde possuíam várias casas importadoras-exportadoras de grande porte. (BORBA, 1975)

A exportação de produtos baianos para Portugal e a importação dos produtos portugueses para a Bahia continuavam a ser realizadas por portugueses até o fim do período estudado, embora o transporte das mercadorias fosse sendo efetuado, cada vez com maior frequência, por embarcações estrangeiras, não portuguesas. Assim, Comércio e Navegação eram as atividades que permitiam a sobrevivência de um grupo português articulado, dentro da estrutura econômica baiana. A ligação com Portugal no desempenho destas atividades possibilitava a coesão do grupo e

---

142 Estatística do Commercio Marítimo Geral do Brazil do Exercício de 1870-1871, 2ª parte, Commercio de Longo Curso por Províncias, organizada pela comissão dirigida por Sebastião Ferreira Soares, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1876, vol. II, págs. 42/45.

constituía-se na base da sua manutenção e reprodução. Com a navegação a vapor tornava-se cada vez mais difícil a luta pela preservação de tradições mercantis portuguesas, resquícios da fase colonial, na qual os comerciantes lusos na Bahia tinham a total hegemonia no processo de acumulação de capital através do transporte marítimo, inclusive de escravos.

Apesar da perda de monopólios inclusive no setor da navegação, o prestígio do comércio português na Bahia manteve-se na segunda metade do século XIX, graças a outros mecanismos já multisseculares e às novas oportunidades surgidas no bojo do movimento de expansão mundial do capitalismo industrial.

## **NOVAS POSSIBILIDADES**

As novas oportunidades que surgiam para comerciantes portugueses atuantes em Salvador na segunda metade do século XIX estavam ligadas ao aumento das importações, vez que uma nova dimensão era dada a este ramo comercial pela própria qualidade dos bens importados. Grandes quantidades de produtos estandardizados, têxteis principalmente, cuspidos pelas indústrias européias e norte-americanas ampliavam o número dos “novos consumidores”, aqueles para os quais certos tipos de artigos passavam a ser acessíveis por terem preços razoavelmente baixos em função da sua fabricação em série.

Nas suas reminiscências sobre a cidade do Salvador José Francisco da Silva Lima conta que: “O comércio de importação de fazenda por grosso era quasi exclusivamente inglês: raríssimas eram as Casas suíças ou francezas. Os allemães só vieram em 1850, quando começou a navegação regular pelos vapores transatlânticos”. (SENEY, 1909, p.95). Há exemplos de vários comerciantes portugueses que compravam a grosso na casa alemã

Westphallen Bach & Krohn para revenderem também a grosso a outras firmas retalhistas. ( WESTPHALLEN, 1928). Assim, na praça comercial baiana, onde as mercadorias cumpriam uma longa trajetória até chegarem às mãos do consumidor final, a hegemonia das firmas inglesas e alemãs não eliminavam a figura do comerciante português, mesmo quando a esta se sobrepunha. Segundo Ubiratan Araújo, “nova hegemonia comercial inglesa, pelo seu caráter diverso não substituiu o antigo monopólio português uma vez que o comércio inglês opera com mercadorias no porto, onde são transacionadas”. (SEPLANTEC, 1979, p.47)

Muitos dos comerciantes lusos, na realidade, atendiam aos interesses do capitalismo britânico revendendo as mercadorias inglesas e entrando em contato com senhores da terra do Recôncavo na função de “comissários”. O mecanismo ajustava-se perfeitamente às práticas comerciais da Grã-Bretanha, onde o antigo mercador “tinha desde há muito deixado de viajar com suas mercadorias, que eram agora entregues a um comissário de carga ou enviadas a um agente” (ASHTON, 1977, p.68-60), e onde as classes abastadas passavam a tomar parte ativa no comércio internacional por meio de quotas em carregamento e manutenção de navios.

Algumas vezes, comerciantes portugueses transportavam as mercadorias diretamente da Inglaterra, quando proprietários ou consignatário de embarcações, efetuando eles próprios a viagem, quando capitães e comerciantes ao mesmo tempo. Nos “mapas” de embarcações do Consulado Português na Bahia, há exemplos de viagens deste tipo efetuadas por navios de Joaquim Pereira Marinho. O testamento do português José da Silva Gageiro, capitão do patacho “Júlio César” contém descrição dos saques e pagamentos efetuados por ele a Londres em sua última viagem ao Brasil, aonde veio a morrer<sup>143</sup>.

---

143 Livros de Registros de Testamentos — AEB., Seção Judiciária, Livro 54, fls. 76/79.

Paridant (1856), no seu livro sobre o sistema comercial no Rio de Janeiro na década de cinquenta do século XIX, faz uma análise sobre o comércio de importação no Brasil, e seus principais mecanismos na época. Segundo este autor, na hierarquia comercial, após os importadores vinha os retalhistas que se supria de mercadorias nas casas importadoras, e escoavam seus estoques revendendo-os a outros retalhistas no interior ou aos compradores da capital. Tais retalhistas, simultaneamente grossistas, eram geralmente portugueses ou brasileiros. Os longos prazos e as facilidades de crédito que lhes eram concedidos tornavam difícil um controle rigoroso das suas solvências. A maior parte deles, assim que abriam um negócio não tinham outros recursos que o estrito necessário à sua instalação; as primeiras compras se faziam a crédito, e eram liquidadas com a realização das vendas subsequentes <sup>144</sup>. Os prazos concedidos pelos importadores para o pagamento das dívidas dos retalhistas variavam segundo a mercadoria transacionada, podendo chegar até 18 meses. (RIDINGS, 1979, p.22)

Referindo-se à relação entre o lojista e o importador anglo-saxão na praça de Salvador em meados do século XIX, José Francisco da Silva Lima relata que:

O lojista ia aos escriptórios escolher as mercadorias que desejava. O inglez ia aos sabbados visitar as lojas dos seus devedores, e estes, consultando a gaveta, davam-lhe por conta o que podiam, ou emprazavam-o para o sabbado seguinte. O inglez trazia, de ordinário, consigo, um saquitel para as moedas de ouro e patacões, que ainda não tinha emigrado, ninguém sabe para onde. (SENEY, 1909, p.95)

Utilizando o comerciante português como um dos elos da sua cadeia comercial com a Bahia, onde a Inglaterra detinha em 1853, uma cota de 5/7 no mercado importador (RIDINGS,

---

144 Paridant, Ladislav — Du Systeme Commercial a Rio de Janeiro, Commerce d

1970, p.18), permitindo que os portugueses monopolizassem alguns setores do comércio de comestíveis, fato que os tornavam vulneráveis de serem responsabilizados pela carestia dos gêneros de subsistência, os ingleses resguardavam-se dos riscos da bolsa e da vida, numa cidade descapitalizada e tumultuada pelas revoltas provocadas pelas insatisfações populares. Durante o motim da “Carne sem Osso, Farinha sem Caroço”, em 1858 a grita popular ergueu-se contra os portugueses, acusando-os de especuladores, mas não se sabe até que ponto ficava acobertado o fato de que a família inglesa dos Benn tivesse nesta época anos de tradição no comércio deste produto<sup>145</sup>. Enquanto os portugueses continuavam temerosos do antilusitanismo latente na sociedade baiana, que vez por outra ainda podia explodir aos gritos de “mata-maroto”, os ingleses não eram molestados nesta cidade, nem mesmo durante o episódio “Christie” que acirrava os ânimos de brasileiros contra ingleses em outras partes do país. (RIDINGS, 1970, p.26)

Se por um lado o sistema escravista freava as possibilidades de um mercado interno de maiores proporções, o comércio de gêneros alimentícios tipo secos e molhados, garantia aos portugueses um mercado elástico, numa cidade com graves problemas de abastecimento. Responsáveis por uma parcela importante da venda de gêneros na cidade, os portugueses tiveram oportunidade de auferir lucros imediatos com a manipulação destes produtos. Mattoso (1978, p.253) salienta ainda que, nesta época, “o que caracteriza a estrutura do mercado de abastecimento da cidade do Salvador é seu caráter monopolista e açambarcador<sup>146</sup>. Acrescenta

---

145 No meio do tumulto ouviram-se referências não só à carne e à farinha mas ao comércio a retalho e expulsão dos portugueses. Gritavam: por que não deportam o Azevedo? — Diário da Bahia 5/4/1858, AEB., Seção de Periódicos. Sobre o envolvimento da família Benn no comércio de farinha de mandioca ver Ridings, Eugene W. — *opus citado*, pág. 132.

146 Mattoso, Katia M. de Queirós - A cidade do Salvador e Seu Mercado no Século XIX - São Paulo, Hucitec, Salvador, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, pág. 253.

que tal “não podia ser diferente, pois eram os grandes negociantes que possuíam as facilidades de crédito e principalmente de armazenamento de estoque dos gêneros, cada qual possuindo seus próprios trapiches”<sup>147</sup>. José Pinto Rodrigues da Costa e Manoel José do Conde eram nomes de alguns trapicheiros portugueses nesta cidade <sup>148</sup>.

No comércio de manufaturados uma atenção especial era dada pelos comerciantes aos compradores da elite local, para os quais o crédito era bastante facilitado. Criavam-se assim endividamentos de nem sempre possível cobrança, num círculo vicioso onde o próprio luxo surgia para membros desta elite como uma necessidade de apresentar um “status” que lhes possibilitasse créditos maiores.

Dados dos registros de comerciantes no Tribunal do Comércio da Bahia em 1876 denotam que, de modo geral, uma mesma firma portuguesa lidava com as mais variadas mercadorias, utilizando diversas modalidades de negociações. Estão registradas, entre outras, uma firma de “fazendas seccas e jóias”, uma de “fazendas, café, fumo e descontos”, outra de molhados e fazendas seccas por atacado e a retalho e alambique de aguardente<sup>149</sup>. A partir das informações desta fonte documental, foi traçado na tabela 24 utilizando-se a primeira classificação do ramo de negócio conforme aparece nos registros. Assim, por exemplo, uma firma registrada como de fazendas, ferragens e outros artigos, aparece tabulada no item “fazendas”. Os itens, “comissões”, “conta própria” e “descontos” correspondem às firmas que estão registradas apenas como tal, mas é importante ressaltar que quase todas as casas comerciais portuguesas registradas trabalhavam por conta própria e também por comissões.

---

147 Idem, pág. 257.

148 Rosado, Rita de Cássia S. de C. — Dissertação de Mestrado sobre o Porto de Salvador no II Império (em fase de elaboração) UFBA.

149 Lista de comerciantes no Tribunal do Comércio, 1876 — AEB., Seção Histórica, Presidência da Província, maço n.º 2-182.

**TABELA 24**  
**Ramo de Negócio de Comerciantes Portugueses Registrados no Tribunal de**  
**Comércio - Bahia - 1876**

<i>Principal ramo de negócio</i>	<i>Quant. de comerciantes</i>	<i>%</i>
Fazendas	52	29,00
Molhados, Secos e Molhados, Comestíveis	47	26,00
Ferragens	11	6,00
Miudezas	10	5,00
Loja de capelista e chapéu	6	3,00
Couro e Calçados	2	1,00
Estiva	4	2,50
Drogas e farmácia	2	1,00
Louça	1	0,50
Madeira e trastes de marcenaria	1	0,50
Padaria	1	0,50
Gêneros nacionais e estrangeiros	1	0,50
Gado	1	0,50
Fumo	1	0,50
Açúcar (refinação)	2	1,00
«Comissões e Conta Própria»	22	12,00
«Comissões, Conta Própria e Descontos»	9	5,00
«Comissões»	5	3,00
Não especificam	4	2,50
<b>TOTAL</b>	<b>182</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Lista dos comerciantes registrados no Tribunal do Comércio, 1876

— Documentos do Arquivo do Estado da Bahia, Seção Histórica

— Presidência da Província — Maço n.º 2-182 — AEB.

A tabela 24 aponta para o fato de que a atuação portuguesa no comércio local na segunda metade do século XIX, concentrava-se no setor de gêneros de subsistência e “fazenda”. Vale ressaltar que as mercadorias denominadas fazendas compreendiam “tecidos, os artigos de moda, e geralmente toda a espécie de manufaturas e sedas mais ou menos de novidade e luxo”, conforme nos relata Paridant. Segundo ele, no Brasil, “o comércio de fazendas incluía um grande número de artigos cujos sortimentos deviam ser completos e variados... e cuja venda pelos importadores se fazia em *demi-gros*, quase a retalho. “Os compradores dos artigos de

importação eram geralmente os portugueses. Cada casa tinha uma espécie de clientela entre estes compradores. De um lado a facilidade de crédito e de outro os longos prazos concedidos, permitiam em certas ocasiões que fossem fundadas lojas com recursos bastante limitados”. A importação direta de fazendas, no entanto absorvia grandes capitais para poder arcar com os longos prazos concedidos aos lojistas (PARIDANT, 1856, p.42-43). A maior parte das firmas portuguesas registradas no Tribunal do Comércio da Bahia que comercializava com “fazendas” o fazia “por atacado e a retalho, de comissão e conta própria”, mas há somente indicação de que uma destas firmas ocupava-se da importação direta de fazendas.

A importação de produtos que se vendia em bloco ou a peso como farinhas, madeira, sal, carvão, ferro, gelo, vinhos, pregos, vidros, queijos, etc., ou seja, mercadorias que também eram conhecidas como “de estiva”, exigia menos capital que o comércio importador de fazendas, porque as vendas eram efetuadas a grosso e a prazos curtos. (PARIDANT, 1856, p.44)

Vários comerciantes lusos na Bahia estavam engajados na importação de produtos desse tipo, notadamente de comestíveis, havendo muitos também que se dedicavam apenas à venda a retalho destas mercadorias, que eram compradas muitas vezes de outros compatriotas. Alguns grossistas e varejistas portugueses, por exemplo, compravam charque da firma Marinho & Cia, conforme informações que ficaram registradas em testamentos e inventários.

No comércio com portos do Rio Grande do Sul e da região Platina, a importação de charque tornou-se praticamente monopólio do grupo português na Bahia, tendo o produto grande aceitação no comércio local por integrar inclusive o regime alimentar de escravos. Joaquim Pereira Marinho teria disputado tal monopólio nesta província com o gaúcho Pedroso de Albuquerque, conforme nos informa Calmon (1925). No entanto outros grandes negociantes portugueses da praça, como Francisco José Godinho, também participavam deste tipo de comércio.

As relações do grupo português na Bahia com o Rio Grande do Sul remontavam, aliás, aos tempos coloniais, tendo vários comerciantes lusos daqui procurado refúgio naquela província nos anos turbulentos da Independência. Tal o caso, por exemplo, de José de Freitas Paranhos, Antônio de Oliveira Guimarães, Manoel Martins da Silva Azevedo, etc.<sup>150</sup>. O fato de possuírem contatos importantes com indivíduos da mesma nacionalidade nestas regiões meridionais facilitava a hegemonia sobre o processo de comercialização do charque por comerciantes lusos na Bahia. O próprio Joaquim Pereira Marinho possuía um irmão estabelecido no Rio Grande do Sul, conforme indicado no seu testamento<sup>151</sup>.

Outro produto muito vendido pelos portugueses na Bahia era o bacalhau, de várias procedências, notadamente da Terra Nova. Apesar de serem portugueses muitos dos distribuidores deste peixe salgado em Salvador; dentre eles Manoel Joaquim de Carvalho, a julgar por uma observação do cônsul inglês nesta cidade em 1855, eram os ingleses que forneciam o bacalhau “cujo comércio era próspero na província”. (WETHERELL, 1972, P96).

Portugueses destacavam-se também como importantes distribuidores de farinha de trigo na Bahia. A casa Conde Filho & Companhia, firma do português Manoel José do Conde, negociava principalmente com tal produto, sendo fornecedor de várias padarias. O português Joaquim Antônio Nogueira foi sócio desta mesma firma fundada em 1846 como uma sociedade para compras e distribuição de farinhas<sup>152</sup>. A importação direta deste gênero para a Bahia fora domínio dos EEUU até 1832, passando a ser controlada após aquela data pela Inglaterra, que re-exportava a farinha americana via Liverpool. (RIDINGS, 1970). É justo, pois

---

150 Apresentação de Passageiros Portugueses e Brasileiros de várias Províncias — Legitimações e Passaportes na Polícia, Livro de 1821-24, 1 vol., (Códice 375), Livro de 1824-26 (Códice 376) e Livro de 1826 (Códice 377) — Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

151 Testamento de Joaquim Pereira Marinho — AEB., Seção Judiciária, CDU 347. 67222, maço 130, doc. 1.

152 Inventários de Súditos Portugueses — Documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados) — MNEP.

considerar que na venda deste produto os lusitanos funcionavam como intermediários dos grandes importadores.

Como já foi dito quase todas as casas comerciais portuguesas registradas no Tribunal do Comércio da Bahia em 1876, trabalhavam por conta própria e também por comissões. Conforme observa Edelweiss, (1942, P.102-103) as casas comissárias “costumavam suprir os usineiros e lavradores de fumo de todas as mercadorias necessárias, inclusive o elemento servil, geralmente a crédito”. O termo “comissário de assucar” referia-se então aos “agentes delegados encomendadeiros, que desempenhavam o papel de intermediários “no comércio deste produto”. Os comissários trabalhavam para outros agentes ou para os próprios produtores, ganhando sempre uma comissão sobre as vendas realizadas. Segundo Faoro (1975, p.412), eles funcionavam como elo entre a plantação e a exportação e traficavam “na base da confiança, tendo nos fazendeiros parentes e amigos”. Exemplos de comissários e de suas transações são encontradas em testamentos de portugueses na Bahia, abertos entre 1852 e 1889.

Domingos José Geraldês, em testamento aberto em 1852 declarava que seu sogro Manoel Pereira de Macedo Aragão lhe era devedor da quantia de 30.000\$000 “provenientes de provimentos feitos ao seu Engenho Capuia”<sup>153</sup>. Também José Maria da Cunha Mello, declarava, entre muitas outras dívidas do ativo, a de Antônio Joaquim Cabral, morador no Engenho Santo Antônio <sup>154</sup>. Já Manoel Rodrigues Pimenta da Cunha declarava dever à Antônio de Oliveira Alves 120 caixas de açúcar “que lhe comprou por ordem de Manoel José Ferreira Marques do Rio de Janeiro, por conta das quais já pagou aquele 4.120\$000, e pela conta do mesmo se lhe pagará o restante”<sup>155</sup>.

As funções dos comissários eram variadas e a legislação da época a seu respeito mostra que podiam até mesmo existir comissários a serviço de outros comissários. A lei n.º 556 de 25 de

---

153 Livro de Registros de Testamentos... *doc. cit.*, Livro 35, folhas 113/116.

154 Idem, Livro 36, fls. 177/182.

155 Idem, Livro 36, fls. 182/185.

junho de 1850, que estabelecia o 1.º Código Comercial Brasileiro<sup>156</sup>, deixa transparecer bem claramente esta possibilidade. Pelo seu artigo n.º 174:

Os comissários encarregados de fazer expedir uma carregação de mercadorias em porto ou lugar diferente, por via de comissário que elle haja de nomear, não responde pelos actos deste, provando que lhe transmittio fielmente as ordens do commettente, e que gozava de crédito entre comerciantes.

Os comissários de transporte eram considerados pelo código comercial como agentes auxiliares do comércio. O título VI do referido código trata da legislação específica relativa a eles, e o artigo 99 especifica suas atribuições:

Art. 99 — Os barqueiros, tropeiros e quaesquer outros conductores de gêneros, ou comissários, que do seu transporte se encarregarem mediante huma comissão frete ou aluguel, devem effectuar a sua entrega fielmente no tempo e no lugar do ajuste; e empregar toda a diligencia e meios... para que os gêneros se não deterioreem, fazendo para esse fim, por conta de quem pertencer, as despesas necessárias: e são responsáveis ás partes pelas perdas e dannon, que, por malversão ou omissão sua, ou dos seus feitores caixeiros ou outros quaesquer agentes resul-tarem.

Submetidos a uma mesma regulamentação havia, porém diferença entre o tropeiro e o comissário de transporte como fica claro no artigo 112 da referida lei:

Art. 112 — Não havendo na cautela ou recibo do prazo estipulado para a entrega de gêneros, o conductor, sendo tropeiro, tem obrigação de os carregar na primeira viagem que fizer e sendo comissário 'de transporte he obrigado a expedilos pela ordem do seu recebimento, sem dar preferênciam aos que forem mais modernos; pena de responderem por perdas e dannon.

---

156 Código Commercial do Império do Brasil de 1850, anexo da publicação pela SEPLANTEC/Ba., Fundação CPE da obra de Góes Calmon Vida Econômico — Financeira da Bahia

Além dos comissários de carga existiam comerciantes que ganhavam comissões por serviços outros que não o do transporte. Grande número dos que se encontravam registrados no Tribunal do Comércio da Bahia em 1876, declararam trabalhar mediante comissões paralelamente à realização de negócios “por conta própria”. As mercadorias transacionadas tanto podiam ser de exportação como de importação. (FAORO, 1975, p.416). Os comissários podiam realizar suas vendas a pagamento ou a prazo conforme a regulamentação do artigo 177 do código comercial:

Art. 177 — O comissário que tiver vendido a pagamento deve declarar no aviso e conta que remetter ao commettente o nome e domicilio dos compradores, e os prazos estipulados: deixando de fazer esta declaração explicita presume-se que a venda foi efetuada a dinheiro de contado, e não será admittida ao comissário prova em contrario.

Alguns comissários efetuavam ainda operações de natureza bancária mediante comissão del-credere. Pelo artigo 179 do código 179 de 1850, *a comissão dei credere constitue o commissário garante solidário ao commettente da solvabilidade e pontualidade daquelles com quem tratar por conta deste sem que se possa ser ouvido com reclamação alguma.*

Em resumo, o artigo 165 do primeiro código comercial brasileiro define a comissão mercantil da seguinte maneira:

Art. 165 — A comissão mercantil he o contracto do mandato relativo a negócios mercantis, quando pelo menos o comissário he commerciante, sem que nesta gestão seja necessário declarar ou mencionar o nome do commettente.

É possível que a preocupação da lei em regulamentar o sigilo, estivesse ligada principalmente ao fato de que, desde quando o comércio de escravos passou a sofrer veementes campanhas contrárias, em vários países europeus, alguns negociantes preferiram manter-se anônima suas participações neste ramo comercial. Segundo Faoro (1975, p.416), “dentro das teias do

crédito e das relações entre comissários e fazendeiros esconde-se o comércio negroiro”<sup>157</sup>, que não se extingue em 1850, já que continuam as vendas internas travadas a preços mais altos. O mesmo autor acredita que tenha havido, em meados do século, uma mudança no sistema dos comissários vinculados ao tráfico escravo, mas que “sua hora de provação será o 13 de maio, depois de, por alguns anos, serem minados pelos bancos e pelos exportadores, que entram nas fazendas agora desesperadamente necessitadas de recursos” (FAORO, 1975, p.413).

Diminuindo gradativamente as oportunidades para os comissários tradicionais, novas possibilidades surgem, porém para os que ganharam comissões na venda de bens importados e para os que se interessavam em investir na compra de ações bancárias. No Rio de Janeiro, segundo testemunha da época: “Em 1853 uma nova revolução se operou neste ramo de comércio com a fundação de grandes casas cheias de prestígio entre os agricultores, as quais começaram a fazer bastos adiantamentos pelo sistema que implantaram... estabelecendo por base do seu lucro a comissão de 3% sobre os cafés que recebiam, e pagando 2% de *credere*.”<sup>158</sup>

Na Bahia, apesar da crise do açúcar houve um surto bancário na segunda metade do século XIX. A fundação de estabelecimentos de crédito como a Caixa Reserva Mercantil, a Caixa Hipotecária, e a Caixa de Economias em 1853, o Banco da Bahia em 1858, etc... ameaçaram, mas não eliminaram de imediato a importância para o crédito urbano e rural das casas comerciais que exerciam funções típicas de bancos, nem a figura do comerciante-agiota, “banqueiros provinciais” como eram chamados<sup>159</sup>.

---

157 Idem, pág. 416.

158 Relatório da comissão encarregada pelo Governo Imperial de proceder a um inquérito sobre as causas principais e acidentais da crise do mês de Setembro de 1864, págs. 40/41 in Faoro, Raymundo — Os Donos... *opus cit.*, pág. 415.

159 O termo banqueiros provinciais foi utilizado no relatório acima citado.

A insuficiência e/ou a má estruturação do sistema bancário formal para atender às necessidades financeiras da província oferecia uma brecha que possibilitava a portugueses acumular fortunas nesta época, já que eram comerciantes individualmente ou grandes casas comerciais que supriam as necessidades de crédito da praça. Com algumas exceções, como Aristides Novis, eram portugueses os mais importantes agiotas da cidade, dentre eles Joaquim Pereira Marinho, Justino José Fernandes e irmãos, Joaquim Matheus dos Santos.

A casa comercial dos portugueses, Justino Fernandes e Irmãos, também conhecida como, Banco do Justino teve grande importância na Bahia até 1873 quando foi liquidada<sup>160</sup>. A firma Marinho & Cia continuou a emprestar dinheiro a juros durante toda a sua existência, assim como o seu principal sócio Joaquim Pereira Marinho, que realizava tais transações tanto através da firma, como individualmente. O nome do Conde de Pereira Marinho está, no entanto entre o dos sócios fundadores do Banco da Bahia, tendo havido um grande interesse por parte deste português na compra de ações de vários bancos, como fica claro em seu testamento<sup>161</sup>. Além da aplicação de capitais nos bancos que surgiam, novas oportunidades de investimento concretizavam-se também para os portugueses com liquidez de capital para aplicar no sistema de infra-estrutura da cidade, onde se iniciava vários melhoramentos no setor de transportes, serviços urbanos, bancários, etc.

Na segunda metade do século XIX, o comércio era o setor econômico mais rentável em Salvador, tendo a burguesia comercial suplantado em poder financeiro a elite do açúcar que entrara em decadência com a crise deste produto. O pressuposto de que as grandes fortunas da Bahia no século XIX “foram conquistadas por

---

160 Sobre liquidação do banco do Justino ver Almanaque Administrativo, Comercial e Industrial da Província da Bahia — Altino Rodrigues Pimenta, Ano I, Tip. de Oliveira Mendes & Cia., 1873, pág. 9.

161 Testamento de Joaquim Pereira Marinho... *doc. citado.*

comerciantes e não por proprietários agrícolas” é consenso entre os historiadores estudiosos da economia baiana nesta época como Mattoso, Azevedo, a equipe da CPE. Mario Augusto dos Santos Silva no seu livro *O Comércio Português na Bahia*, destaca a importância do grupo luso para a vida econômica da província.

Detentores de capital líquido numa região descapitalizada, os comerciantes portugueses tinham possibilidade de contribuir no processo de diversificação da economia local através de novos investimentos. É inegável que importantes empreendimentos foram executados por iniciativas destes, sendo raro os casos de não constar o nome de pelo menos um português entre os fundadores das primeiras fábricas de tecidos, empresas de transporte e serviços urbanos, companhias de seguro, bancos, etc.<sup>162</sup>.

Embora não tenha havido preferência por parte dos portugueses em investir nos setores produtivos agrícola e industrial, vários deles foram pioneiros da indústria têxtil local, sem que, no entanto, tenham abandonado suas atividades de comerciantes que privilegiavam.

O artigo 3º da reforma do contrato da fábrica, Modelo redigido em 1872, pode servir de exemplo para demonstrar como o setor industrial complementava as atividades de comerciantes como Antonio Ferreira Fontes e Manoel Pinto Coimbra, sócios da referida fábrica, ambos nascidos em Portugal.

Artigo 5.º — A casa comercial de Antônio Ferreira Pontes e Cia. é a única que suprirá a fábrica de dinheiro preciso ao seu custeio e a única encarregada da compra de algodão e carvão para alimento dos trabalhos da fábrica, sendo também a única em que serão depositados pelo sócio Coimbra os produtos da mesma fábrica, que pela dita casa e por conta da fábrica ou da sociedade que a representa serão vendidos ou exportados percebendo a dita Casa de Pontes & Cia., a comissão de 2%

---

162 Sobre novas indústrias e melhoramentos no setor de transportes, serviços urbanos e bancários da cidade e a participação dos portugueses nestes empreendimentos ver Santos, Mario A. da Silva — *O Comércio Português na Bahia... opus cit.*, págs.

no valor que representarem as compras e vendas, e somente a comissão de 1% no valor líquido das exportações segundo a conta de venda dos Consignatários ficando por conta da Sociedade da fábrica a boa ou má cobrança dos produtos da fábrica vendidos e exportados pela referida casa de Pontes & Cia (SEPLANTEC, 1978, p.224).

Resumindo o que foi tratado neste capítulo pode-se dizer que, apesar dos problemas que se afiguravam para os comerciantes portugueses na Bahia após 1850, com a abolição do tráfico escravo, a crise dos produtos tradicionais com os quais transacionava e com a competição provocada pela descolonização e pela expansão do capitalismo europeu, inclusive no setor de navegação transoceânica, por questões de continuidade e conveniência, permaneciam para eles oportunidades de lucros que ainda lhes garantia uma posição hegemônica na praça de Salvador. Com o incremento da produção industrial européia abriam-se novas oportunidades para os comerciantes lusos como intermediários na venda destes produtos, função que partilhavam cada vez mais com os brasileiros, cujo grau de participação no setor comercial crescia gradativamente nas décadas finais do século.

Por contingências objetivas e subjetivas o capital comercial português, em Salvador, na segunda metade do século XIX - capitais liberados após a extinção do tráfico negreiro ou acumulados através de outro tipo de comércio - foi empregado de modo altamente especulativo. A composição das fortunas lusas na Bahia esclarece melhor o assunto, vindo a reforçar esta afirmação.

## **FORTUNAS PORTUGUESAS NA BAHIA**

O Brasil tem representado até hoje para Portugal o papel do testador para o morgado arruinado e consumindo muito mais do que produz o país tem pago com o ouro, que lhe vem do

Brasil, com o capital dos seus emigrantes o saldo devedor da sua conta corrente com o estrangeiro. (Relatório da Associação Comercial do Porto, em 1880, in Capela José, A Burguesia mercantil do Porto e as colônias).

Tendo concluído que os imigrantes portugueses tiveram uma participação ativa na vida econômica baiana, na segunda metade do século XIX, pretende-se neste capítulo tecer algumas considerações sobre os bens acumulados por estes imigrantes e a sua aplicação. Para tal, foram utilizados dados da série de testamentos de portugueses abertos em Salvador, entre os anos de 1852 e 1889, que fornecem uma boa base de informações sobre a vida econômico-social do grupo português na Bahia<sup>163</sup>. Apesar do número de testamentos consultados — 368 — não ser muito grande em relação ao total de portugueses na Província, que segundo o Cônsul de Portugal era de 6.000 indivíduos em 1863<sup>164</sup> e pelo censo de 1872 era de apenas 4.206 pessoas<sup>165</sup>, os dados coletados confirmam as análises dos capítulos precedentes e informam sobre os níveis e a composição das fortunas dos imigrantes portugueses que as possuíam.

O teor dos dados desses testamentos dá a perceber que havia toda uma teia de parentescos e apadrinhamentos entre os elementos lusos na Bahia, e que, de um medo geral os testamenteiros eram da mesma nacionalidade dos testadores, 12% dos quais se declararam cidadãos brasileiros. A maioria dos portugueses que deixaram testamentos em Salvador era de comerciantes, conforme indica a tabela 25:

---

163 Livros de Registros de Testamentos — Arquivo do Estado da Bahia, Seção Judiciária.

164 Documentos apresentados às Cortes na Sessão legislativa de 1874 in Coleção de Livros Brancos, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, vol, 4, pág. 216

165 Recenseamento de 1872 (1/8/1872). Biblioteca Nacional, Seção de Obras “Raras, 56, 51-6, V.II (Bahia, Sergipe e Paraná).

**TABELA 25**  
**Profissão de Testadores Portugueses**  
**Bahia: 1852-1889**

<i>Profissão</i>	<i>N.º de Testadores</i>	<i>%</i>
Comerciante	149	40,50
Comerciante e Proprietário	16	4,25
Proprietário	69	18,50
«Empresta dinheiro a juros»	16	4,25
«Vive de ações»	5	1,50
Outros *	27	7,50
Nada dizem	86	23,50
<b>TOTAL</b>	<b>368</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Testamentos de Portugueses, Livros de Registros de Testamentos — Arquivo Estadual da Bahia — Secção Judiciária.

A categoria outros inclui: 3 caixeiros, 4 empregados do comércio, 3 industriais, 3 desempregados, 1 ex-feitor, 1 dono de jornal, 1 ferreiro, 1 ourives, 1 religioso, 1 dono de tanoaria, 1 dono de telheiro para construção naval, 1 pescador, 1 barceairo, 1 marítimo, 1 primeiro piloto, 1 saveirista, 1 capitão e 1 que se declara de profissão náutica.

As duas classificações “emprsta dinheiro a juros” e vive de “Ações” foram estabelecidas nos casos em que os testadores não declararam a profissão, havendo porém indicações no conteúdo dos respectivos testamentos de que possuíam este tipo de renda, o que não implicava em que não exercessem uma profissão que apenas não declararam. Por outro lado, haviam indivíduos que emprestavam dinheiro a juros e/ou possuíam ações mas que estão computados na tabela 25 com a profissão que declararam em seus testamentos. O termo “proprietário” inclui tanto os que possuíam terras e propriedades urbanas, como aqueles que eram donos de escravos, de embarcações, etc.<sup>166</sup>. A maioria dos que se declarou “proprietários” era, no entanto, possuidora de imóveis urbanos.

O levantamento do conteúdo dos testamentos consultados revela um índice baixíssimo de proprietários rurais entre os

<sup>166</sup> O termo neste caso obedece à classificação dada pelo próprio Testador.

portugueses na Bahia. Por outro lado, alguns dos testadores com propriedades rurais nunca abandonaram suas funções de comerciantes, a posse de terra sendo possivelmente para eles uma questão de “status” ou de aquisição por insolvência de dívidas<sup>167</sup>. Nos 368 testamentos consultados, apenas 193 testadores declararam possuir imóveis, o que não significa que os demais não os possuíssem, podendo apenas nada ter mencionado a respeito. Houve, no entanto, entre os que se declararam possuidores de imóveis, cuidado em determinar o número de propriedades possuídas, dando frequentemente detalhes sobre as mesmas. Com os dados obtidos nestes documentos traçou-se a tabela 26, que demonstra a tendência geral dos investimentos no setor imobiliário por parte dos portugueses radicados em Salvador.

**TABELA 26**  
**Investimentos Portugueses no Setor Imobiliário**  
**1850-1889**

<i>Tipo de Investimento</i>	<i>Quant. de testadores</i>	<i>%</i>
Propriedades urbanas só no Brasil	148	77,00
Prop. urbanas só em Portugal	7	3,50
Prop. urbanas no Brasil e Portugal	10	5,00
Prop. rurais só no Brasil	7	3,50
Prop. rurais só em Portugal	7	3,50
Prop. rurais e urbanas só no Brasil	4	2,25
Prop. rurais e urbanas só em Portugal	1	0,50
Prop. rurais e urbanas no Brasil e Portugal	7	3,50
Prop. no Brasil e em Port. s/ especificações	2	1,25
<b>TOTAL</b>	<b>193</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Testamento de Portugueses, Livros de Registros de Testamentos — Arquivo do Estado da Bahia — Seção Judiciária.

Dos 193 testadores computados nesta tabela, 65% declararam possuir em média até duas propriedades, 23% tinham cinco propriedades, 7% até dez, 4% até vinte. Três testadores

<sup>167</sup> Exemplo de um português que adquiriu engenho por garantia de hipoteca e o de João Vito Moreira — Livros de Registro de Testamentos... *doc. cit.*, Livro 38, fls. 78/82.

declararam possuir mais de vinte imóveis: Francisco José Godinho, com mais de quarenta e uma casas, um sítio na Calçada do Bonfim e uma roça murada no centro da cidade<sup>168</sup>; Crispim Rodrigues Coelho, dono de trinta e seis propriedades e um terreno de 9 braças na Ladeira do Pilar<sup>169</sup>; Joaquim Matheus dos Santos, que além da casa comercial possuía dezenove propriedades na Bahia e três em Portugal<sup>170</sup>.

Três testadores declararam possuir engenhos de açúcar. Uma das raras mulheres que testaram, Dona Ana Felícia Osória, herdara por morte do pai parte do engenho Pilar, no termo de Santo Amaro<sup>171</sup>. O testador João Vito Moreira era dono do engenho Santa Cruz das Torres, tendo  $\frac{2}{3}$  daquela propriedade sido adquiridos de Antônio José da Costa Abreu por 16 153\$953 réis, como garantia hipotecária e  $\frac{1}{3}$  restante do padre Francisco Agostinho Gomes<sup>172</sup>. Mamede Amaro Lopes, que ao redigir seu testamento em 1883 residia em Portugal onde faleceu, era dono de um engenho em Mata de São João “com machinismo, caza de morada e dita onde moram os libertos, capella e um armazém junto á via férrea”. O Engenho encontrava-se nesta ocasião arrendado ao seu sobrinho por 6 anos, a 2 000\$000 réis por ano, com a condição de “qualquer melhoramento feito por este não merecer indemnização pelo pouco que paga”. Mamede Amaro foi, aliás um grande proprietário de imóveis rurais e urbanos na Bahia, com propriedades em Salvador, Cachoeira, Nazareth e Mata de São João. Em Portugal declarou possuir apenas a casa onde residia em Lisboa<sup>173</sup>. Interessante notar que a maioria dos investimentos em imóveis dos testadores portugueses foram realizados no Brasil.

---

168 Livros de Registros de Testamento... *doc cit*, Livro 41, folhas 119/125.

169 Idem, Livro 44, fls. 121/128.

170 Ibidem, Livro 52, fls. 173/177.

171 Ibidem, Livro 36, fls. 106 a 109

172 Ibidem, Livro 38, fls. 78/82.

173 Ibidem, Livro 59, fls. 164/174.

Os investimentos em ações de bancos e companhias que aparecem na série de testamentos de portugueses foram também realizados com maior frequência no Brasil. Apenas 83 dos 368 testadores declararam possuir ações, não sendo possível saber se os que nada mencionaram neste sentido as possuíam ou não. Os investimentos dos que declararam possuir ações estão assim distribuídos:

**TABELA 27**  
**Investimentos Portugueses em Ações**  
**1852-1889**

<i>Tipo de investimentos</i>	<i>N.º de testadores</i>	<i>%</i>
Setor bancário: ações de 1 só banco	25	30,15
Setor bancário: ações em vários bancos	27	30,25
Setor bancário e outros setores	23	28,00
Vários setores, nenhum setor bancário	6	7,10
Não especificado	2	2,50
<b>TOTAL</b>	<b>83</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Testamentos de portugueses — Livro de Registos de Testamentos — Arquivo do Estado da Bahia — Secção Judiciária.

Os bancos mencionados com maior frequência foram: Sociedade Comércio, Banco da Bahia, Caixa Reserva Mercantil e Banco Mercantil.

A Sociedade Comércio da Bahia, fundada em 1848 e que teve como diretor, entre outros, o português Antônio Francisco Brandão, reorganizou-se em 1897 com o nome de Banco Comercial da Bahia. (LINS, 1969, p.60). O Banco da Bahia foi fundado em 1858, e da sua diretoria faziam parte vários comerciantes lusos. Os portugueses continuariam a ter grande influência na vida deste banco durante todo o século XIX, sendo que, em começos do século XX, foram os lusitanos Francisco José da Silva Fortuna, juntamente com Francisco José Rodrigues Pedreira, que levaram

a cabo a tarefa de reorganizá-lo depois de uma grave crise que o havia levado a suspender suas transações. (SANTOS, 1967, p.94). O Banco Mercantil da Bahia, fundado em 1871, fora originariamente a Caixa Reserva Mercantil, esta criada em 1853. Além das transações bancárias este banco sacava e dava cartas de crédito para outros pontos do país e, no exterior, para Londres, Paris, Portugal e suas Ilhas. Como os demais, o Banco Mercantil teve nos seus quadros muitos investidores portugueses<sup>174</sup>.

Além desses bancos, estão citados nos testamentos consultados outros como: o Banco Comercial da Província da Bahia, Caixa Comercial, União Comercial, Caixa Filial do Banco do Brasil, Caixa Hipotecária, Caixa Econômica e Banco do Brasil no Rio de Janeiro e em Portugal, o Banco Lusitano, Banco Mercantil do Porto e Banco Aliança.

Nota-se na série de testamentos que há um número muito maior de investimentos em ações no final do século. Nos testamentos abertos a partir de 1867/1868 começam a ser mencionados com maior frequência investimentos realizados em vários bancos de uma só vez. Joaquim Gonçalves Neto, por exemplo, que se intitulava “capitalista” morador no Porto e cujos haveres estavam em mãos do seu procurador na Bahia, declarava possuir vinte ações na Caixa Sociedade Comércio e vinte ações na Caixa Hipotecária<sup>175</sup>. Também o “capitalista” José Gonçalves Moreira, outro retornado a Portugal após fazer o “pé de meia” no Brasil, era possuidor de quarenta ações no Banco Mercantil da Bahia e trinta na Sociedade Comércio, sob a responsabilidade do procurador Agostinho Dias Lima<sup>176</sup>. Já João Amaro Lopes, “proprietário e capitalista”, falecido na Bahia, possuía 115 ações na Sociedade Comércio e outras tantas

---

174 Idem, pág. 94 e também Almanaque da Província da Bahia — organizado por Antônio Freire, Bahia, lito-tipografia de João Gonçalves Tourinho, 1881.

175 Livros de Registro de Testamentos... doc. cit., Livro 47 folhas 189/197.

176 Idem, Livro 55, fls. 58/64.

no Banco da Bahia e Banco Mercantil<sup>177</sup>. Possuir ações nestes três bancos era, aliás, a combinação mais freqüente dos investimentos em ações bancárias por parte dos testadores lusos.

É conhecido o fato de que nos tempos do Brasil Colônia, o crédito, principalmente aos lavradores, era fornecido através dos comerciantes, em troca de produções futuras, praticamente penhoradas, sistemas que não se extinguiu com a criação dos primeiros bancos. Assim, embora muitos comerciantes portugueses fossem pioneiros da instalação de um sistema bancário na Bahia, estes continuavam suas operações de crédito individualmente ou através de suas casas comerciais. Este foi o caso, por exemplo, de Joaquim Pereira Marinho, cujo nome aparece entre os diretores-fundadores do Banco da Bahia, juntamente com Justino José Fernandes e Francisco Joaquim Teixeira Chaves, todos conhecidos agiotas lusos da praça. A proporção de agiotas entre os lusitanos cujos testamentos consultamos é de 21%, podendo ser maior se levarmos em conta os que emprestavam dinheiro a juros e nada mencionaram sobre o fato <sup>178</sup>.

Além de interesses no setor financeiro muitos portugueses mencionaram em testamento possuir ações em companhias, principalmente nas pertencentes ao setor de utilidade pública e de seguros. As companhias de utilidade pública mencionadas nos testamentos foram:

Na Bahia:

- Companhia Edificadora
- Companhia de Água do Queimado
- Companhia Aquaria Santamarense
- Companhia Trilhos Urbanos
- Companhia Veículos Econômicos

---

177 Ibidem, Livro 62, fls. 54/57.

178 O número de Testamentos onde há informações sobre empréstimos a juros efetuados pelos testadores é de 79 para Total de 368 testamentos consultados.

- Companhia Estrada de Ferro Paraguassu
- Companhia de Transporte Marítimo

Em Portugal:

- Companhia de Água de Lisboa
- Companhia Aurifícia (no Porto)
- Companhia Nova Utilidade Pública de Lisboa
- Companhia Transportes Urbanos
- Carris de Ferro Americano (no Porto)

No Brasil e em Portugal:

- Companhia de Navegação Luso-Brasileira

A preferência por investimentos no setor de transportes enquadrava-se perfeitamente no espírito do “Fontismo” política desenvolvida em Portugal nesta época, que segundo o economista Sideri (1978, p.218) “mais não foi do que um conjunto de tentativas para desenvolver a rede nacional de transporte, especialmente no respeitante à construção de caminhos de ferro”. Refletia esta política o impacto da expansão capitalista que se faziam sentir em várias partes do mundo neste período, atingindo no caso tanto o Brasil como Portugal.

Com equipamentos de países industrializados, as companhias Trilhos Urbanos e Veículos Econômicos instalaram as primeiras linhas de bondes na Bahia. A Companhia Veículos Econômicos, criada em 1865, fazia a linha de Itapagipe. A Companhia de Transportes Urbanos, segundo menção de um testador português, incluía “o elevador e trilhos para a Barra e Rio Vermelho”<sup>179</sup>. Vale lembrar, que a construção do Elevador unindo a Cidade Alta a Cidade Baixa foi efetuada com capitais de portugueses como Manoel Gonçalves da Costa, Antônio Luis,

---

179 Livros de Registros de, Testamentos... *documento citado* ,Livro 52, fols. 1/7.

Luis José Vieira Lima, Joaquim José de Souza Guimarães, Joaquim Matheus dos Santos & Cia., Mathias Gonçalves Carteado, Sebastião Lopes da Costa e o principal deles, Antônio Francisco de Lacerda, pai do construtor Antônio de Lacerda. (SANTOS, 1977, p.84).

Capitais portugueses contribuíram também para a criação das principais companhias de seguros da cidade. O fundador da Companhia Aliança de Seguros Marítimos, futura Aliança da Bahia, por exemplo, foi o português Comendador José Pinto da Silva Moreira, tendo outro português, o comendador Francisco José Rodrigues Pereira, exercido a função de diretor e presidente desta companhia durante longos anos (SANTOS, 1977, p.87-93). Diretores da companhia de seguros contra fogo, Cia. Interesse Público foram os portugueses José Caetano Ferreira Espinheira e Antônio Francisco Ribeiro Guimarães. Em 1863, o também português João Francisco Nunes era um dos diretores da Cia. de Seguros Marítimos Bom Conceito (ALMANAQUE, 1963, p.220). As companhias de seguros mencionadas nos testamentos foram:

Na Bahia:

- Companhia Marítima Lealdade
- Companhia Interesse Público
- Companhia Providência
- Companhia Bom Conceito
- Companhia Aliança

No Rio de Janeiro:

- Sociedade Protetora das famílias

Em Portugal:

- Companhia Garantia
- Companhia Segurança

Nomes de vários portugueses como Antônio Francisco de Lacerda, José Pinto da Silva Moreira (investidores nas fábricas em Valença), Francisco Xavier Catilina, Luiz Rodrigues d'Ultra (investidores e diretores da fábrica N. S. da Penha, também chamada Bomfim, depois Progresso), Manoel Luiz Pinto Coimbra (dono da Fábrica Modelo), Francisco Rodrigues de Moraes (um dos fundadores da Empório Industrial do Norte), Paulo Pereira Monteiro (um dos donos da fábrica de tecidos de algodão no Queimado), Manoel Joaquim de Carvalho, Bernardo Martins Catarino (investidores em quase todas as fábricas de tecidos baianas no final do século), etc...aparecem em estudos sobre a industrialização na Bahia como tendo sido pioneiros neste setor. (SAMPAIO, 1975); (SEPLANTEC, 1978). Fato curioso é o de serem todos eles comerciantes que, de uma maneira geral nunca abandonaram suas atividades comerciais que possivelmente privilegiavam. Muitos deles, ligados ao setor de importação/exportação já negociavam com tecidos e/ou algodão<sup>180</sup>.

De modo geral os empresários têxteis no Brasil nesta época eram comerciantes importadores que já negociavam com algodão e/ou tecidos. Como em outras regiões do país, “a situação privilegiada do importador durante esse período implica particularmente a possibilidade de dispor de capitais relativamente importantes, seja aplicando lucros de seus próprios negócios, seja recorrendo ao crédito dos bancos estrangeiros com os quais ele mantém relações comerciais”. (SILVA, 1976, p.95)

A indústria de tecidos era a mais importante da Bahia, sendo esta Província em 1860, segundo Stein (1975), o primeiro centro têxtil do Brasil, com mais de metade das fábricas de tecidos existentes no país. Entre 1870 e 1875 fundaram-se mais quatro e, se após aquela data só foi fundada uma única fábrica têxtil, já em

---

180 Os testamentos, habilitações e informações de almanaques e bibliografia específica possibilitaram identificar todos estes portugueses como sendo comerciantes.

1890. Desde 1887 iniciou-se a formação de sociedades por ações incorporando unidades fabris já existentes.

Levando em conta que a base de apoio da indústria têxtil baiana foi o capital comercial, é razoável supor que se aplica aqui a teoria de Versiani, que a industrialização brasileira neste período era efetuada em fases alternadas de crescimento da capacidade produtiva e da capacidade de produção, ditadas, pelas oscilações nas taxas de câmbio. Assim, os comerciantes com conhecimento de mercado consumidor e acesso mais direto às fontes de crédito, em fases de câmbio alto (desfavoráveis a atividades importadoras) diversificariam sua atividade na produção industrial, e na fase de câmbio baixo (favorável á importação) procurariam importar maquinaria, para precaver-se na época de “vacas magras”. O estoque de equipamento formado nestes períodos permitiu aos produtores tomar partido de fases subseqüentes de importações caras.

Dez testadores portugueses quase todos comerciantes mencionaram ter interesses no setor industrial da Bahia, alguns deles como donos de pequenos estabelecimentos artesanais. O comerciante Joaquim Matheus dos Santos declarou possuir mil e cem libras de rapé, resto de duas mil com as quais “contratara” os fundos que possui na fábrica de rape Imperial<sup>181</sup>. Antônio Moreira da Rocha declarou-se possuidor de “um grande armazém todo fechado” onde havia “uma fábrica a vapor de fazer azeite de mamona”, na rua do Bomgosto. Metade do maquinismo, acessórios e fundos da fábrica pertencia-lhe e a outra metade era do seu genro<sup>182</sup>. Antônio José Mendes Bastos era dono de um pequeno fabrico de licor e vinagre<sup>183</sup>. Entre os bens mencionados por Francisco Ferreira da Silva constam “duas propriedades de casas na Rua Direita do Pilar e um telheiro com quatro portas

---

181 Livros de Registros de Testamentos... *doc. cit.* Livro 52, fls.

182 Idem, Livro 49, fls..

183 Ibidem, Livro 42, fls.

mixtas a uma destas propriedades aonde existe a fábrica de refinar açúcar<sup>184</sup>. Manoel Gomes Moreira morava na propriedade de dois andares à Rua das Portas do Carmo onde tinha a fábrica de cera<sup>185</sup>. João Francisco Pereira, no entanto, alugava a propriedade à Rua da Valia onde possuía sua fábrica de sabão<sup>186</sup>.

Quatro testadores declararam possuir ações no setor da indústria têxtil, principal ramo do surto industrial ocorrido na Bahia na segunda metade do século XIX. As fábricas de tecidos mencionadas pelos testadores lusos foram a Cia. Modelo, na qual o negociante Antônio Ferreira Pontes possuía 2/9 das ações; a fábrica Conceição, na qual o negociante Manoel Gomes de Barros era dono de 35 das 111 “partes”; a fábrica N. S. da Penha, onde Sebastião Lopes da Costa era possuidor de 1/8 das ações e o comerciado José Teixeira de Carvalho também possuía algumas<sup>187</sup>. O testador Antônio Francisco Brandão, apesar de ter sido um dos donos e primeiro diretor da fábrica de tecidos São Braz, fundada em 1875, nada mencionou a este respeito no seu testamento, onde declarou-se negociante<sup>188</sup>.

Negócio de fazendas era também um dos mais importantes ramos da atividade comercial portuguesa, juntamente com o de secos e molhados, conforme fica evidente nos dados apresentados no capítulo precedente, fato que os testamentos vêm a confirmar. A tabela 28 foi elaborada neste sentido, embora informações sobre o ramo comercial ao qual se dedicavam os testadores fossem encontradas em apenas 61 dos 368 testamentos de portugueses consultados.

---

184 Ibidem, Livro 46, fls.

185 Ibidem, Livro 61, fls.

186 Ibidem, Livro 52, fls.

187 Ibidem: Antônio Ferreira Pontes — Livro 52, fls. 1/7; Testamento de Manoel Gomes de Barros, Livro 44, fls. 17/25; Testamento de Sebastião Lopes da Costa — Livro 56, fls. 78/80; Testamento de José Teixeira de Carvalho, Livro 55, fls. 146/149.

188 Idem. Livro 51, fls. 41/45.

**TABELA 28**  
**Ramo de Negócio de Testadores Portugueses**  
**Bahia: 1852-1889**

<i>Ramo de Negócio</i>	<i>N.º de testadores</i>	<i>%</i>
Armazém, casa comercial ou venda de secos e molhados	26	42,00
Barraca de cereais	3	4,00
Negócio de fazendas	15	24,00
Taverna	2	3,00
Padaria	2	3,00
Loja de ferragens	2	3,00
Loja de cera	2	3,00
Loja de louças	1	2,00
Loja de capelista	1	2,00
Loja de serigueiro	1	2,00
Loja de calçados	1	2,00
Loja de miudezas e fumo	1	2,00
Loja de roupas e outros artigos	1	2,00
Negócio de diamantes	1	2,00
Negócio de gado	1	2,00
Negócio de estiva	1	2,00
<b>TOTAL</b>	<b>61</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Testamento de portugueses — Livros de Registros de Testamentos — Arquivo Estadual da Bahia — Seção Judiciária.

Os capitais investidos em lojas de fazendas mencionados nos testamentos são maiores que os referentes a outros ramos comerciais citados. Antônio Francisco Brandão, por exemplo, possuía 243.000\$000 réis na firma Brandão Etc. e Irmão, resto de capital que ainda lhe devia a firma, da época em que dela fora sócio comanditário<sup>189</sup>. Domingos Soares Pereira possuía 86.173\$990 réis em fundos na sua loja de fazendas<sup>190</sup>. Comerciante menor, Antônio Pereira Fontes Jr. era possuidor de uma loja de tecidos cujos fundos orçavam entre 6.000\$000 e 7.000\$000 réis<sup>191</sup>.

189 Ibidem, Livro 51, fls. 41/45.

190 Ibidem, Livro 47, fls.

191 Ibidem, Livro 62, fls. 191/192.

No ramo de secos e molhados, um exemplo típico de negociante bem sucedido é o de Manoel Francisco Vilarinho, dono de um armazém em sociedade com o irmão José Francisco Vilarinho. Sua fortuna equivalia a 40.000\$000 réis, compreendendo, além dos fundos no dito armazém, uma propriedade defronte da Praça do Palácio e 1.000\$000 réis na Reserva Mercantil<sup>192</sup>. Manoel José Machado, solteiro, com cinco filhos e nome idêntico ao de um outro negociante da praça, é exemplo de um comerciante de menor prestígio social, mas que conseguiu fazer o pé de meia no Brasil. Conforme sua declaração, seus bens avultavam em 7.500\$000 réis, dos quais 4.000\$000 réis de fundos em três vendas de molhados e 3.500\$000 réis em dinheiro “na gaveta”. O resto da sua fortuna compunha-se dos seguintes imóveis, comprados ao longo da sua vida: uma casa térrea, duas casas pequenas e dois sobrados na Bahia, um sobrado na Vila da Praia e nove alqueires de terra em Portugal<sup>193</sup>. Comerciante de cereais mais modesto era José Martins da Silva Caldas, dono de um sobrado no Jogo do Lourenço, quatro escravos e uma barraca de cereais na praça do Mercado de São João<sup>194</sup>.

Na Praça São João, na Cidade Baixa, situava-se a Praça do Mercado, onde estava concentrada grande parte das lojas e vendas dos portugueses. Conforme descrição de um almanaque de 1854, a Praça do Mercado era,

[...] dividida em duas quitandas — uma ao lado de Santa Barbara, onde se vende carne secca do Rio Grande a retalho, alguns cereais, verduras de toda qualidade, sendo o seu interior circulado de talhos de carne de vaca, de porco e de carneiro, e exteriormente é rodeada de lojas de fazendas, miudezas, sapatos, barbeiros, etc. ... A outra que lhe fica fronteira, e edificada no Cães do Moreira è especialmente destinada para os gêneros que vem do recôncavo, como inhame, cebola,

---

192 Ibidem, Livro 39, fls. 71/74.

193 Ibidem, Livro 52, fls. 188/190.

194 Ibidem, Livro 52, fls. 76/79.

galinhas, perus, patos, pombos, coelhos, leitões, ovos, frutas, etc. ... etc. ..., tendo também em roda do seu exterior lojas de diversas mercadorias, e ambas são à noite fechadas com portões de ferro (ALMANAQUE, 1854).

Muitos armazéns de portugueses situavam-se também na cidade baixa, ao longo da orla marítima. José Joaquim dos Santos Monteiro, por exemplo, nada mais possuía além de um armazém de molhados no Caes do Ramos, número 5<sup>195</sup>. José Joaquim Machado Guimarães possuía um armazém na Rua Nova do Comércio, juntamente com João Antônio da Silva Oliveira, cujo ativo compunha-se de gêneros, ferragens, cimento, ações e dívidas<sup>196</sup>.

O testamento de José Joaquim Guimarães ilustra ainda o fato de que, além de serem bastante diversificados os investimentos individuais dos testadores, suas firmas lidavam com vários tipos de negócio ao mesmo tempo. Sua firma, que girava sob o nome de Machado Guimarães & Companhia, possuía ações no Banco Mercantil, na Cia. de Veículos Econômicos e na Cia. de Águas do Queimado. O próprio testador era sócio responsável de uma sociedade em comandita com o seu nome, da fazenda “denominada Garcia”. Pedindo a seus herdeiros que se desfizessem deste negócio, o testador afirmava não ter feito entrada alguma de capital nesta transação, tendo sido este fornecido pelo Banco da Bahia para compra da dita e despesas<sup>197</sup>. Outro exemplo da diversificação dos negócios de portugueses é o testamento do Comendador Antônio Francisco de Lacerda onde este declara:

“Sendo muito ramificadas as minhas transações comerciais, tendo duas sociedades mercantis uma com Bartholomeu

---

195 Livro de Registro de Testamentos... documento citado, Livro 58, fls. 87/89.

196 Idem, Livro 51, fls. 134/138.

197 Ibidem, Livro 51, fls. 134/138.

Costa e outra com Joaquim Fernandes Ribeiro, nesta praça e além disto, tendo dado diversos abonos ou fianças em títulos comerciais, não só convém mas é indispensável que a liquidação em que deve entrar minha caza commercial, logo depois da minha morte, seja feita com muita prudência afim de evitar prejuízos ao cazal e às pessoas com quem tenho transações<sup>198</sup>.

Sendo uma das características das fortunas dos imigrantes lusos a sua diversificação em vários investimentos, a aplicação de capitais individuais era extremamente fracionada. Antônio Ferreira Pontes, por exemplo, rico negociante português, morador na Bahia, mas falecido na Europa em 1877, possuía um total de 131.400\$00 réis em ações diversas da Sociedade Comércio, Banco Mercantil, Banco da Bahia, Companhia de Trilhos Urbanos, Sociedade Edificadora (que realizava na ocasião obras nos Cães Dourado) e de uma companhia de seguros no Rio de Janeiro denominada Sociedade Protetora das Famílias. Além deste montante em ações, possuía dívidas do ativo correspondentes a 20.5505000 réis, tendo dinheiro emprestado inclusive no Rio Grande do Sul. Era possuidor também de 2/9 das ações da fábrica Modelo, que girava com a firma de Coimbra & Companhia. Seu principal interesse, porém era na casa comercial onde possuía 200.000\$000 réis equivalentes a 2/3 dos fundos, além de 77.186\$226 em conta de reserva sem juros e 60.784\$572 réis a juros de 8%. O restante da sua fortuna compunha-se de uma casa em São Pedro, uma na Rua da Poeira, uma na Vitória “com terreno até o Campo Grande” e dois terrenos na Ladeira da Graça, foreiros do Mosteiro de São Bento<sup>199</sup>.

Francisco José Godinho, um dos mais ricos negociantes da praça, além de ser dono de mais de 40 propriedades, possuía duas casas comerciais — uma em Salvador e outra em Santo Amaro —, era sócio comanditário da firma Gomes e Moreira por 1/3 dos

---

198 Ibidem, Livro 47, fls. 52/55

199 Ibidem, Livro 52, fls. 1/7.

lucros, tinha interesse na Companhia de Alvarengas no valor de 40 000\$000 réis, interesse em vários estabelecimentos bancários, letras, títulos de valor, e muitos escravos inclusive alguns de “ofícios e marinheiros empregados em navios da Sociedade e nos vapores”<sup>200</sup>.

Contrastando com as somas declaradas por alguns testadores, como os dois acima citados, são de modo geral bem mais modestas as fortunas mencionadas nos testamentos dos portugueses, mesmo pelos que declararam minuciosamente seus pertences, frisando serem estes tudo o que possuíam. Antônio Ferreira da Silva Jr., por exemplo, com loja à Rua Direita do Comércio e grande prestígio social na cidade, tendo sido agraciado com a Ordem de Christo pelos seus serviços na fundação do hospital da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência, da qual foi um dos primeiros diretores, declarou ao morrer que seus haveres pouco excediam a 36 000\$000<sup>201</sup>.

O original do testamento do comerciante Joaquim Pereira Marinho, localizado numa seção especial do Arquivo Estadual da Bahia, não se inclui na série de testamentos, cujos dados foram computados nesta pesquisa, por não ter o testador mencionado o seu país de origem ao fazer suas declarações. A sua nacionalidade portuguesa foi comprovada, no entanto, em documentos do Consulado de Portugal na Bahia, e o seu envolvimento com a comunidade lusa em Salvador fica patente em toda a documentação consultada, inclusive por seu nome ser citado constantemente em testamentos de compatriotas. Os bens que o Conde de Pereira Marinho declarou ao testar ilustram os tipos de negócio onde o setor mais rico do grupo português preferia investir. As quantias investidas por este testador estão, no entanto bastante acima da média das fortunas dos mais abastados comerciantes e proprietários dos demais testamentos consultados. Só em imóveis

---

200Ibidem, Livro 41, fls. 119/125.

201 Ibidem, Livro 50, fls. 156/163.

possuía ele a quantia de 2.400.000\$000 réis, o equivalente a quase quatro vezes a fortuna de Antônio Francisco Brandão, conceituado comerciante que ao morrer declarava que seus bens deviam orçar por volta de “seiscentos e noventa contos pouco mais ou menos”. Joaquim Pereira Marinho, além de sócio comanditário da firma Marinho & Companhia, era grande acionista da Companhia Bahiana de Navegação, e credor de várias firmas e indivíduos a quem emprestava dinheiro a juros. Possuía mais de 1.000 ações do Banco do Brasil, “apólices da dívida pública nacional, apólices provinciaes, ações de bancos desta cidade, ações das Companhias de Transportes Urbanos e Vehículos Econômicos, da Companhia de Bonds de Santo Amaro... das estradas de ferro Central e de Nazareth, ações da Companhia das Alvarengas... e de diversas companhias de seguros”. Em Portugal, possuía na Companhia de Tabaco de Xabregas 75.000\$000 réis “moeda portuguesa” e tinha interesse em duas companhias de mineração. Havia investido também em inscrições de dívida pública espanhola e 73.000\$000 réis “moeda forte” em inscrições da dívida pública portuguesa, . a juros de 3% . ao ano<sup>202</sup>.

Ações da dívida pública do Brasil e Portugal são mencionadas frequentemente entre os bens dos portugueses na Bahia cujos testamentos foram localizados nos livros da Cúria de Salvador. Apenas 41 dos 368 testadores mencionaram possuir este tipo de inscrições, o que não implica que muitos as possuíssem e nada tivessem declarado a respeito. Estão assim distribuídos os investimentos em inscrições da dívida pública dos testadores que declararam possuí-las.

---

202 Testamento de Joaquim Pereira Marinho — AEB, Seção Judiciária CDU  
347.672.22: Maço 130, doc. 1.

**TABELA 29**  
**Investimentos Portugueses em Inscrições da Dívida Pública**  
**Bahia: 1852-1889**

<i>Inscrições da Dívida Pública</i>	<i>N.º de testadores</i>	<i>%</i>
Do Brasil	17	41,50
De Portugal	15	36,50
Do Brasil e de Portugal	2	5,00
Não especificam o país	7	17,00
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Testamento de portugueses — Livros de Registros de Testamentos — Arquivo Estadual da Bahia — Seção Judiciária.

Caracteriza a atuação econômica dos imigrantes portugueses em Salvador na segunda metade do século XIX, o fato deles investirem simultaneamente em apólices, propriedades e empreendimentos tanto no Brasil quanto em Portugal. Funcionavam também estes imigrantes como elementos responsáveis pela drenagem de capital para fora do Brasil. Segundo Míriam Halphern Pereira,

durante o último quartel do século XIX e no princípio do século XX, o dinheiro enviado pelos emigrantes é uma das principais fontes dos invisíveis, que permitem saldar a dívida permanente de Portugal aos países industrializados, tal como notaram Rodrigues de Freitas Oliveira Martins, Bento Carqueja, Ezequiel de Campos e Oliveira Salazar. (PEREIRA, 1971, P. 284).

O elevado grau de masculinidade da corrente emigratória garantia a sua rentabilidade para Portugal, porquanto determinava uma corrente de retorno monetário através de remessas de ordem de pagamento enviadas pelos emigrantes a sua terra natal. A multiplicidade das vias de pagamento utilizadas e a inexistência de um organismo centralizador destas operações tornaram difícil que fosse calculado precisamente o valor global das quantias enviadas para Portugal por emigrantes lusos no Brasil. Entre 1881 e 1890 tais remessas foram calculadas em 8.000.000\$000 réis a

12.000.000\$000 réis por Oliveira Martins; em 13.500.000\$000 réis por J. F. Moutinho (banqueiro do Porto, enriquecido no Brasil) e em “mais de 10 mil contos” por A. Silva Guimarães<sup>203</sup>.

Um “mapa” dos saques feitos para Portugal por bancos e casas comerciais da Bahia no triênio de 1870 e 1873, enviado pelo cônsul português nesta Província, Manuel Saldanha da Gama, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, indica ter sido remetida de Salvador neste período a importância de 1.174.539\$622 réis, assim distribuídas:

**TABELA 30**  
**Dinheiro Remetido para Portugal no Triennio**  
**de 1870 a 1873 (Moeda Brasileira)**

Pela Casa de Marinho & Cia.	731.160\$000
Pelo Banco Mercantil, de 19 de Maio de 1872 em que começam suas transações sobre Portugal até 18 de Outubro de 1873	290.000\$000
Pelo New London and Brazilian Bank Ltda.	49.279\$622
Pela Casa Mamede Amaro Lopes & Cia.	104.100\$000
<b>TOTAL</b>	<b>1.174.539\$622</b>

**Fonte:** Relatório do Cônsul português Manoel Saldanha da Gama ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 26/12/72 — Documentos apresentados às Cortes na sessão legislativa de 1875 in: Coleção de Livros Brancos, vol. 4 pág. 49 — MNEP.

“Entre 1860 e 1881, as transferências de dinheiro dos emigrantes eram efetuadas quase exclusivamente pelas casas e sociedade banárias situadas dos dois lados do Atlântico”<sup>204</sup>, embora um número restrito de operações, como as que se referiam às heranças fosse efetuado pelos diversos consulados de Portugal no Brasil. Quando o imigrante luso morria sem deixar descendentes ou testamento no Brasil, sua herança destinava-se automaticamente para os cofres do Depósito Público em Lisboa, fato que acontecia regularmente com muitos marinheiros lusos e outros portugueses

<sup>203</sup> Idem, pág. 285.

<sup>204</sup> Ibidem, pág. 286.

que, vindos para o Brasil para tentar a sorte, acabavam morrendo neste país, na miséria, deixando apenas quantias insignificantes ou poucos utensílios de uso pessoal, que eram leiloados<sup>205</sup>.

A maioria dos portugueses que deixaram testamentos na Bahia legaram seus bens para seus descendentes ou amigos no Brasil. No entanto, uma quantidade significativa destes testadores destinaram sua herança inteiramente para Portugal, e grande número deles deixaram bens para herdeiros em ambos os países. A tabela 31 permite a visualização do destino da herança destes testadores.

**TABELA 31**  
**Destino da Herança de Testadores Portugueses**  
**Bahia: 1852-1889**

<i>Destino da herança</i>	<i>N.º de testadores</i>	<i>%</i>
Brasil	182	49,50
Portugal	46	12,50
Maior parte para Portugal — parte para o Brasil	64	17,00
Maior parte para o Brasil parte para Portugal	60	16,00
Brasil e África	1	0,50
Brasil e Índia	1	0,50
Nenhuma informação a respeito	14	4,00
<b>TOTAL</b>	<b>368</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Testamento de portugueses — Livros de Registros de Testamentos — Arquivo Estadual da Bahia — Seção Judiciária. *utra forma de drenagem de capitais para Portugal acontecia quando o imigrante enriquecido no Brasil retornava definitivamente ao seu país de origem, passando a usufruir das rendas obtidas na ex-colônia.*

Quanto aos comerciantes lusos na Bahia, a série de seus testamentos demonstra ter havido uma tendência a que

<sup>205</sup> Livro de registro de óbitos de pessoas cujos espólios foram arrecadados e administrados pelo Consulado a datar de Setembro de 1863, quando começou a vigorar a Convenção Consular de 4/4/1863 — Documentos do Consulado de Portugal na Bahia, 1864 — CPB, Salvador.

retornassem a Portugal com muito maior frequência nos últimos anos da época estudada. Este fato fica ilustrado na tabela 32:

**TABELA 32**  
**Local de Falecimento de Testadores Portugueses**  
**1852-1889**

<i>Período</i>	<i>Local de Falecimento</i>							
	<i>Bahia</i>	<i>%</i>	<i>Portugal</i>	<i>%</i>	<i>Outros *</i>	<i>%</i>	<i>Nada diz</i>	<i>%</i>
Anos 50	76	93,00	3	4,00	1	1,00	2	2,00
Anos 60	76	83,00	7	8,00	3	4,00	—	—
Anos 70	88	80,00	15	11,00	5	5,00	1	1,00
Anos 80	67	74,00	22	24,00	—	—	2	2,00
<b>TOTAL</b>	<b>307</b>	<b>—</b>	<b>47</b>	<b>—</b>	<b>9</b>	<b>—</b>	<b>5</b>	<b>—</b>

**Fonte:** Testamento de portugueses — Livros de Registros de Testamentos  
— Arquivo Estadual da Bahia — Seção Judiciária.

O retorno mais frequente de portugueses para o seu país natal no final do século XIX é um sintoma da gradativa perda de prestígio do comércio tradicional português na Bahia, cuja base havia sido durante anos o tráfico escravo em embarcações à vela.

Na verdade, no que concerne à meta do imigrante típico, esta é normalmente a de enriquecer e voltar ao seu país de origem. Várias considerações feitas no decorrer deste estudo, sobretudo quando se tratou das oportunidades que se fechavam, permaneciam e se abriam para o comércio português na Bahia na segunda metade do século XIX, possivelmente levantam algumas questões para que sejam repensadas as contingências mais determinantes para o fato de que muitos portugueses nesta época tivessem se preocupado em obter a maior liquidez possível em seus negócios e retornassem ao seu país de origem. Os que aqui

permaneciam de modo geral apegavam-se a práticas tradicionais, tanto na condução e ampliação dos seus negócios, quanto no tipo de relações de trabalho mantidas, fatos que refletiam uma profunda marca imprimida pelo anterior domínio colonial português, de que são uma evidente sobrevivência. A presença portuguesa na vida econômica baiana, preservando tradições mercantis em Salvador, reforçava no século XIX as características próprias desta cidade, que nascera como centro de poder metropolitano e Porto Atlântico para a navegação à vela.

## PORTUGUESES BAIANOS

O espaço ocupado pelos portugueses na estrutura econômica da Bahia foi se estreitando gradualmente na fase de transição entre um modo de produção baseado no trabalho escravo e a incorporação gradativa do sistema mercantil brasileiro no movimento de expansão mundial do capitalismo industrial. A atuação portuguesa deixou, contudo, marcas profundas que reforçaram a manutenção de práticas pré-capitalistas e a caracterização da capital baiana como uma cidade comercial por excelência.

A sistematização de dados de uma vasta documentação sobre portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX, permitiu que fosse esboçado um quadro do grupo português em Salvador, assim como da sua participação na vida econômica da Província neste período. Ficou comprovada a afirmação tradicional de que estes se dedicaram preferencialmente à atividade comercial durante todo século passado. Foi demonstrado também que havia um espaço significativo no comércio baiano controlado por portugueses, e foram discutidas algumas razões para que tal fato ocorresse numa época em que o monopólio português não era mais garantido por lei nem pelo Rei.

A preeminência anglo-saxônica nos interesses comerciais com a Bahia e a participação crescente de brasileiros no comércio de Salvador, na época estudada, reforçaram o ponto de vista de que não é possível aceitar sem maiores críticas a afirmação tradicional de que o comércio baiano no século XIX era um comércio eminentemente português. Existiram fases da participação lusa nesta atividade, não se podendo generalizar o que era verdadeiro à época da Independência ou mesmo do tráfico escravo, para outros momentos do período de transição sócio econômica entre os anos cinquenta e noventa do século XIX. O atrofiamento progressivo do comércio português na Bahia e da imigração lusa que o alimentava, assim como o retorno cada vez maior de antigos comerciantes para

seu país de origem, demonstra que as possibilidades de acumulação de grandes cabedais por parte de comerciantes portugueses foram diminuindo com o correr do século XIX.

Apesar das dificuldades e da concorrência sofridas ao longo da evolução econômica, social e política do final do século XIX, o prestígio do comércio português foi mantido na Bahia graças a interesses econômicos das classes dominantes locais e externas, a problemas sociais específicos relativos á manutenção do *status quo* e á tradição multissecular portuguesa na atividade comercial.

A base da sobrevivência de um influente setor de classe português no comércio baiano dependeu da ligação mantida entre estes comerciantes e o seu país de origem, com o qual eram realizadas a maioria das suas transações e de onde provinha a mão-de-obra que lhes assegurava a manutenção de relações de trabalho próprias, cuja ideologia estendia-se ao grupo português como um todo, permitindo a sua constante reprodução.

A conclusão a qual se chegou sobre da imigração portuguesa para a Bahia, na segunda metade do século XIX, está em total acordo com as afirmações do historiador Joel Serrão. Segundo ele, esta Província funcionava como relicário da imigração tradicional para o comércio, responsável pela continuidade da comunidade lusa aí existente, numa época em que o novo modelo da emigração portuguesa — a contratada para o trabalho agrícola — conduzia para as regiões cafeeiras sulinas, notadamente Rio de Janeiro e São Paulo, a maior parte dos migrantes.

A imigração para a Bahia, que definhava com o correr do século XIX, era constituída basicamente por indivíduos muito jovens que vinham recomendados aos seus patrícios para trabalhar como caixeiros em empresas comerciais nas quais os salários e os mínimos detalhes dos comportamentos pessoais e profissionais eram fortemente controlados. Via de regra, recebiam pagamento simbólico já que todas as despesas com sustento e vestuário eram anotadas em livro especial e descontadas do salário anual, cujos saldos nem sempre recebiam. O dado étnico reforçava a submissão dos caixeiros aos patrícios e parentes que lhes ofereciam, com o emprego, condições de sobrevivência no Novo Mundo, onde

esperavam vir um dia a fazer fortuna, substituindo seus patrões. Por outro lado, a fortuna dos que conseguiam se tornar comerciantes dependia também do trabalho de seus funcionários, alguns deles inteiramente responsáveis pelos negócios, como no caso, muito comum, em que o dono da firma retornava a Portugal por algum tempo ou definitivamente.

As características das relações mantidas entre patrões e empregados nas empresas comerciais lusas sugerem práticas de corporações medievais no que diz respeito ao controle paternalista e autoritário do “amo” sobre seus subordinados, e quanto às condições de ascensão social destes últimos. O caráter de corporação que assumia o comércio português na Bahia é uma questão que merece estudo mais aprofundado e foi levantada nesta publicação com a finalidade de enfatizar a lógica pré-capitalista na mentalidade empresarial dos comerciantes portugueses em Salvador no século XIX.

Não é possível considerar que o comércio português na Bahia tenha se constituído num “enclave”, no sentido de que se firmava em alguma legislação específica, nem de que se mantinha completamente fechado à participação de elementos nativos ou de outras nacionalidades como sócios e/ou empregados. A integração social do grupo de imigrantes portugueses é, aliás, outra questão que se presta a estudos posteriores. É inegável, no entanto, o sentido grupal do contingente português que ainda controlava setores importantes das atividades econômicas baianas, e a forte ligação que continuava a ser mantida pelo grupo com sua terra de origem. O desempenho econômico deste grupo é um exemplo da sobrevivência da mentalidade colonial e da lógica do capital mercantil na Bahia numa época de transição sócio-econômica.

Com a desestruturação do modo de produção escravista no processo de transição de um sistema colonial em direção ao capitalismo, que foi acompanhado na Bahia pela crise da produção agrícola açucareira. O comércio tradicional português, principal fonte de lucro fora o tráfico escravo, sofreu um grande baque, unindo-se muitos dos comerciantes lusos aos produtores de açúcar do Recôncavo no discurso lamuriento sobre as dificuldades

econômicas da praça. A própria situação de crise favorecia, no entanto, a permanência da Província de influentes comerciantes portugueses que, como antigos traficantes de escravos e pelas ligações que mantinham com vários países europeus, eram detentores de capital líquido e facilidade de crédito externo numa região descapitalizada.

Contribuíu para a continuidade do controle exercido pelos portugueses em diversos setores da vida comercial baiana o fato de embarcações portuguesas ou pertencentes a imigrantes lusos na Bahia suprirem deficiências da marinha mercante local. Também a especialização náutica de muitos pilotos lusitanos e de grande quantidade de marinheiros daquela nacionalidade supriam a falta desta mão de obra. Comércio e navegação à vela tinham uma íntima relação nesta época e fundamentavam a atividade econômica dos portugueses, que veio a sofrer outro rude golpe com a expansão da navegação a vapor. A partir da introdução de linhas regulares de vapores unindo Salvador a vários portos internacionais, a atividade comercial lusa tornou-se mais restrita nesta cidade.

No processo de adaptação às novas exigências do período, as soluções encontradas por elementos do grupo português para a preservação do seu espaço na vida comercial baiana não eram acompanhadas de verdadeiras transformações estruturais na sua lógica interna, ou seja, a do capital comercial em fase pré-capitalista. As mudanças ocorridas no caráter do comércio português nesta cidade foram ditadas por contingências externas ao grupo, provocadas fundamentalmente pela nova lógica do capitalismo industrial que iniciava sua expansão imperialista.

Ex-colonizadores e ferrenhos escravagistas, os portugueses de modo geral procuraram resguardar suas práticas tradicionais e os privilégios e monopólios ainda possíveis. A crise geral de abastecimento da cidade do Salvador, por exemplo, dava condições para que estes comerciantes exercessem controle sobre alguns produtos específicos no mercado local, principalmente gêneros de subsistência como o charque, que era importado em sua maior parte do Rio Grande do Sul.

Embora a participação portuguesa nas atividades econômicas da Província não se limitasse exclusivamente ao setor comercial, era aí que se concentravam seus interesses. “Secos e molhados” e “fazendas” eram os principais ramos de negócio tanto dos grandes negociantes quanto de pequenos comerciantes lusos da praça, fato que denuncia ter sido o setor de importados o núcleo principal das atividades do comércio português na Bahia nesta fase. No comércio exportador, suas transações eram de pouca monta em relação a de negociantes de outras nacionalidades estrangeiras; os principais produtos exportados eram ainda os tradicionais: açúcar, fumo, couros, algodão, e uma série de outros produtos remetidos em reduzidos volumes para Portugal e África. Na segunda metade do século XIX, o grau de participação dos comerciantes lusos na praça de Salvador continuava a ser significativo apenas em termos regionais e em relação ao comércio da Bahia com Portugal e suas possessões no continente africano.

Grandes firmas comerciais representantes dos sindicatos bancários europeus, de companhias de seguro e transporte estrangeiras e/ou as que comerciavam com produtos importados tenderam a prosperar na Bahia neste período. Para os portugueses que se integravam nestes tipos de transações como comissários, revendedores ou “testas de ferro” haviam novas possibilidades de acumular fortuna, e os que se dedicavam a tais atividades funcionavam como articuladores da economia baiana com o capitalismo europeu em expansão. A atividade comercial lusa passava assim a centralizar-se nas mãos dos que intermediavam não só mercadorias e interesses de Portugal, mas também de outros países europeus. Estes comerciantes atuavam principalmente na revenda “por comissão ou conta própria” de produtos ingleses, alemães e franceses despejados no porto de Salvador pelos vapores de carreira.

Caracteriza a atuação econômica do grupo português na Bahia o seu alto grau de comprometimento com a reprodução do capital externo. Suas atividades comerciais tornavam-se necessárias tanto para a acumulação das suas fortunas individuais quanto para atender a lógica dos interesses estrangeiros, especialmente os da

Inglaterra, e ao ciclo internacional do capital. Sendo eles próprios estrangeiros, embora em grande número naturalizados brasileiros por conveniência, eram responsáveis também pela drenagem de capital para fora do país, através principalmente de remessas monetárias e legados por herança.

O alargamento do comércio importador e a necessidade de monetarização que acompanhava o reflexo do desenvolvimento do capitalismo externo na ex-colônia, assim como a lenta transformação estrutural do modo de produção brasileiro dava margem à proliferação do especulador mercantil, preocupado em obter lucros imediatos nos seus negócios. Houve por parte dos portugueses, que dominavam numericamente o comércio de Salvador, uma tendência a construir fortunas em bases altamente especulativas, aproveitando o momento frouxo da indefinição provocada pela transição econômica. Embora alguns deles se incluíssem entre os pioneiros dos empreendimentos fabris da Bahia, notadamente os do ramo têxtil, houve preferência por parte dos comerciantes lusos em investir nos setores ligados à intermediação comercial e financeira, em detrimento do setor de produção.

Os capitais portugueses eram pulverizados em variados investimentos, provavelmente na intenção de serem evitadas concentrações de riscos. Característicos dos investimentos lusos era seu baixo grau de concentração, sendo suas fortunas extremamente fracionadas, com aplicações em várias firmas comerciais simultaneamente e em imóveis, ações sobretudo bancárias, apólices da dívida pública e empréstimo a juros.

O surto bancário da época foi resultante da premência em adaptar suas antigas funções de financiadores do desenvolvimento regional às novas necessidades do momento econômico. Ainda que se incluísse entre os principais fundadores dos novos bancos que surgiam, não abandonavam porém os portugueses suas funções de agiotas e de comissários financiadores, “comissários aviadores” da produção agrícola tradicional.

Em suma, os elementos desta pesquisa confirmam a hipótese geral de que, apesar das adaptações que se fizeram

necessárias à sua permanência, o comércio português na Bahia manteve-se fiel à lógica pré-capitalista correspondente à fase em que o capital comercial gozava de uma autonomia relativa em relação à produção. Numa época de descolonização, e transição seus privilégios, não mais garantidos por lei, cediam à nova lógica da evolução econômica.

Embora condicionada pela estrutura econômica vigente, a atuação portuguesa em Salvador também influía no seu desenvolvimento, contribuindo para a continuidade tanto da dependência da economia baiana ao mercado exterior, quanto da permanência de práticas econômicas da fase colonial monopolística na sua praça comercial.

## **FONTES CONSULTADAS**

### **DOCUMENTOS MANUSCRITOS**

#### **ARQUIVO DO ESTADO DA BAHIA**

##### Seção Judiciária

Livros de Registros de Testamentos n.º 35 a 63 — série de Livros de Registros de Testamentos (1805-1890), 64 vols.. Testamento de Joaquim Pereira Marinho CDU 347.672.22, Maço 130 — doc. 1.

##### Seção Histórica

Atas da Sociedade Baiana de Imigração — Presidência da Província Pastas Colonos e Colônias (1828-1889) — doc. 4609. Lista de Comerciantes no Tribunal do Commercio da Bahia, 1876 — Fundo Presidência da Província, maço n.º 2-182.

#### **ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO**

Apresentação de Passageiros Portugueses e Brasileiros de Várias Províncias — Legitimações e Passaportes na Polícia: Livro de 1821/24, Livro de 1824/26 e Livro de 1826. Códices 375, 376 e 377.

## **ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO EM LISBOA**

Correspondência de Cônsules Portugueses na Bahia com o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa — índice de Documentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, maços 26-78. Correspondência das Caixas: Consulado de Portugal na Bahia. Caixa 1: 1830-1840; Caixa 2: 1841-1851.

## **MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE PORTUGAL EM LISBOA**

- Documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados):
- Livro Resumo da Primeira Série de Habilitações. Janeiro, 1830 a Maio 1852.
- Livros de Habilitações, Segunda Série. N.º 1 a 19. Maio de 1852 a Maio de 1887.
- Mapas de Embarcações Portuguesas e Estrangeiras Provenientes de Portugal e Seus Domínios, 1852-1856.
- Mapas de Embarcações Portuguesas e Estrangeiras Saídas de Salvador para Portos de Portugal e Seus Domínios, 1852-1856.
- Mapas de Embarcações Portuguesas Saídas de Salvador para Portos Estrangeiros, 1851/4856.
- Manifestos de Carga de Embarcações Portuguesas. Livros de 1850/51 e Livros de 1864/69.

## **CONSULADO DE PORTUGAL NA BAHIA (SALVADOR)**

- Livro de Habilitações, Segunda Série, n.º 20, iniciado em Maio de 1887.
- Livro de Registros de óbitos, 1878/1883.

- Livro de Registro de “Óbitos de pessoas cujos espólios foram arrecadados e administrados pelo Consulado a datar de Setembro de 1863, quando começou a vigorar a Convenção de 4/4/1863”.

## **DOCUMENTOS IMPRESSOS**

- Almanaque administrativo, mercantil e industrial da Bahia organizado por Camilo de Lellis Masson. Bahia, Typ. de Camilo de Lellis Masson & Cia., 1854 — Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (Seção de Obras Raras).
- Almanaque administrativo, mercantil e industrial da Bahia organizado por Camilo de Lellis Masson. Bahia, Typ. de Camilo de Lellis Masson & Cia., 1860 — Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (Seção de Obras Raras).
- Almanaque administrativo, mercantil e industrial da Bahia organizado por Camilo de Lellis Masson. Bahia, Typ. de Camilo de Lellis Masson & Cia., 1863 — Arquivo Pessoal de Renato Berbet de Castro, Salvador.
- Almanaque administrativo, comercial e industrial da Província da Bahia organizado por Altino Rodrigues Pimenta. Bahia, Typ. de Oliveira Mendes & Cia., 1873 — Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Almanaque da Província da Bahia organizado por Antônio Freire. Bahia, litotipografia de João Gonçalves Tourinho, 1881 — Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
- Código Commercial do Império do Brasil de 1850 — anexo da publicação pela SEPLANTEC/Ba. Fundação CPE em 1980 da obra de F. Góes Calmon Vida Econômico-Financeira da Bahia. Estatística do Commercio Marítimo Geral do Brasil do Exercício de 1870-1871, 2ª parte, Commercio de Longo Curso por

Províncias, organizada pela comissão dirigida por Sebastião Ferreira Soares. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1876, vol. II — AEBa. Diário da Bahia de 5/4/858. AEBa. Seção de Periódicos. Documentos (sobre a emigração portuguesa) apresentados as Cortes na Sessão Legislativa de 1874. In Coleção de Livros Brancos Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, vol. 4. Documentos (sobre a emigração portuguesa) apresentados às Cortes na Sessão Legislativa de 1875. In: Coleção de Livros Brancos. Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, vol. 4. Documentos (sobre a emigração portuguesa) apresentados às Cortes na Sessão Legislativa de 1890. In: Coleção de Livros Brancos, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, vol. 18.

- Recenseamento de 1872 (1/8/1872) — Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, (Seção de Obras Raras) 56, 51-6 v. II (Bahia, Sergipe, Paraná).
- Relatório do Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa. Lisboa, 1875 — Biblioteca Nacional de Lisboa (SC 4494P).

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rômulo. **Traços de História Econômica no último Século e Meio**. Salvador, Instituto de Economia e Finanças da Bahia, 1951.

AMARAL, Braz do. **História da Bahia do Império a República**. Bahia, Imprensa Oficial, 1923.

ASHTON, T. S.. **A Revolução Industrial, 1760-1830**. Tradução, notas e índice cronológico de Jorge Macedo. 4.<sup>a</sup> edição, Portugal. Coleção Saber, Publicações Europa-América, 1977.

AUGE, Paul e Claude. **Nouveau Petit Larousse**, Librãrie Larousse, 1955.

AZEVEDO, Aluizio de. **O Cortiço**. Rio de Janeiro, Garnier, 1890.  
AZEVEDO, Thales de e LINS, E. Q. Vieira. **História do Banco da Bahia, 1858-1958**. Rio de Janeiro, José Olympo Editora, 1969.

AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da cidade do Salvador**. 3ª edição. Salvador Editora Itapuã, 1969.

BORBA, Silva Fraga C.. Industrialização e Exportação de Fumo na Bahia. Salvador. **Dissertação apresentada ao mestrado** de C. Sociais da UFBA., (mimeogr.), 1975.

CARQUEJA, Bento. **O Povo Português**, Porto, 1916.

CALMON, Francisco M. de Góes. **Vida Econômico-Financeira da Bahia**. Imprensa Oficial, 1925.

CAMERA, Antônio Alves .**A Bahia de Todos os Santos com relação aos Melhoramentos de Seu Porto**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, 1911.

CASTRO, Ferreira de. **Emigrantes**. 2ª edição. Lisboa. Guimarães & Cia., Editores, 1979.

CAPELA, José. **A Burguesia Mercantil do Porto e as Colônias, 1834-1900**. Porto, Edições Afrontamento, 1975.

CIAPARDINI, Horácio. **Capital, Comércio e Capitalismo: a propósito do chamado Capitalismo Comercial**. In: Conceito de Modo de Produção. Tradução e coordenação de Philomena Gebran. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

DONGHI, Túlio Halpherin .**História da América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

EISENBERG, Peter L. **Modernização Sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910**. Universidade E. de Campinas, Paz e Terra, 1977.

EDELWEISS, Frederico. **Algumas Notas Curiosas sobre o Comércio da Bahia.** In: *Notícia Histórica de Wildberger & Cia*, 1829-1942. Bahia, Tip. Beneditina, 1942.

EVANGELISTA, João. **Um Século de População Portuguesa, 1864-1960.** Lisboa, 1971.

EWBANK, Thomas. **Life in Brazil or a Journal of a Visit to the Land of the Cocoa and the Palm.** New York, 1856.

FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder, formação do patronato político brasileiro.** São Paulo, Editora da Univ. de São Paulo. São Paulo. Porto Alegre, Editora Globo, 2 vols., 1975.

FERREIRA, Manuel Jesuino. **A Província da Bahia.** Apontamentos. Rio de Janeiro. Typographia Naval, 1875.

FLORY, Rae Jean D. Bahian Society in the Mid-Colonial Period: the sugar planters, tobacco growers, merchants and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1860-1725. **Tese** apresentada à Universidade do Texas em Austin, (mimeogr.). 1975.

FREITAS JÚNIOR, J. J. Rodrigues de .**Notice sur le Portugal.** Paris, 1867.

FREYRE, Gilberto **Casa Grande e Senzala, formação da família brasileira sob o regime patriarcal.** 6ª edição. Rio de Janeiro, José Olympo Editora, 1950, 2 vols.

FREYRE, Gilberto **Sobrados e Mocambos, decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano.** 4ª edição. Rio de Janeiro. José Olympo Editora/MEC, 1968, 2º vols.

FURTADO, Celso **Formação econômica do Brasil.** Rio de Janeiro. Editora Fundo de Cultura S/A, 1959. GRAHAM, Richard Britain and the Onset of Modernation in Brazil, 1850-1914. Londres, Cambridge University Press, 1968.

GORENDER, Jacob **O Escravismo Colonial.** São Paulo, Atica, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (direção). **História Geral da Civilização Brasileira**. (t. II), São Paulo, Diél, 1972.

HOBSBAWN, E. J. **Indústria e Império**. Tradução de Ana F. Bastos e Luis Leitão, Lisboa. Ed. Presença, 1969, 2 vols.

LEVASSEUR, E. **Le Bresil**. Grande Encyclopedie. Paris, H. Lamirault et Cie, 1889.

LYRA, Henrique B. **Dissertação de Mestrado** sobre a Colonização na Bahia na Segunda Metade do Século XIX. (em fase de elaboração) UFBA.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1942.

MANCHESTER, Alan. **Preeminência Inglesa no Brasil**. Tradução de Janaina Amado. São Paulo, Brasiliense, 1973.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. 4.ª edição, tradução de Reginaldo SanfAna. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S. A., 6 vols., 1890.

MARTINS, Oliveira. **Fomento Rural e Emigração**. Lisboa, Guimarães & Cia., 1956.

MARTINS, Oliveira. **O Brasil e as Colônias Portuguesas**. 7ª Edição aumentada. Lisboa, Guimarães & Cia, 1978.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. Bahia: **A Cidade do Salvador e seu Mercado no Século XIX**. São Paulo, HUCITEC; Salvador, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. Para uma História Social Seriada da Cidade do Salvador no Século XIX: os testamentos e inventários como fonte de estudo da estrutura social e de mentalidade. In: **Anais do Arquivo do Estado da Bahia**, n.º 42, Salvador, 1976.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Sociedade e Conjuntura na Bahia nos Anos de Luta pela Independência**. In: UNIVERSITAS, 15/16. Salvador, UFBA, 1973.

MATTOSO, Katia M. de Queiro. Um Estudo Quantitativo de Estrutura Social: a cidade do Salvador-Bahia de Todos os Santos no Século XIX. Primeiras abordagens, primeiros resultados. In: **Estudos Históricos**, n.º 15, Marília (São Paulo), 1976.

MOTA, Carlos Guilherme. **Nordeste 1817: Estruturas e Argumentos**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972.

NOVAIS, Fernando. **Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial**. Caderno CEBRAP n.º 17. São Paulo, Editora Brasiliense, 1977.

ORTIGÃO, Ramalho. O Brasil visto a Vão de Sabiá — A natureza — A civilização — O emigrado; A Emigração Segundo o Senhor Alexandre Herculano — -A emigração forçada — A emigração voluntária. Qual convém proteger? (1872). In: **Farpas**, t. X, Lishoa, 1950.

PANG, Eul-Soo. **O Engenho Central do Bom Jardim na Economia Baiana, alguns aspectos de sua história, 1875-1891**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1979.

PARIDANT, Ladislas. **Du Systême Commerdal a**. Rio de Janeiro, Commercê d'Importaüon. Liège, Imprimerie de J. Desor, 1856.

PERCHEIRO, D. A. Gomes. **Portugal e Brasil, Emigração e Colonização**. Lisboa, 1878.

PEREIRA, Miriam Halphern. **Livre Câmbio e Desenvolvimento Econômico, Portugal na segunda metade do Século XIX**. Lisboa, Edições Cosmos, 1971.

PINHO, José Wanderley de A. A Bahia 1808-1856. In: **História Geral da Civilização Brasileira**, dir Sérgio Buarque de Holanda) O Brasil Monárquico, t. II, vol. 2, São Paulo, Difel, 1964.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil** São Paulo, Editora Brasiliense, 1945.

REIS, João José. A Elite Baiana Face aos Movimentos Sociais. Bahia. 1824-1840. Separata da **Revista de História** n.º 108, São Paulo, 1976.

RIDINGS, Eugene W. The Bahian Commerdal Association 1840-1889: a pressure group in an underdeveloped área. **Tese** apresentada à Universidade da Flórida, 1970, (mimeogr.).

RIDINGS, Eugene W.. Classe Sector Unity in an Export Economy: the case of nineteenth-century Brazil. In: **Hispanic American Review**, 58 (3), 1978.

RIDINGS, Eugene W.. Elite Conflict and Cooperation in the Brazilian Empire: the case o Bahia's Businessman and Planters. In: **Luso-Brazilian Review**, vol. 12 (1), 1975.

ROSADO, Rita de Cássia Santana de C.. **Dissertação de Mestrado** sobre o Porto de Salvador no Segundo Império (em fase de elaboração), UFBA.

ROQUETE, J. J. — **Dicionário dos Synonimos da Língua Portuguesa**. Edição de Aillard, Gillard, Paris, 1878.

RUY, Afonso. **História Política e Administrativa da Cidade do Salvador**. Salvador, Tip. Beneditina, 1949.

RUY, Afonso. **História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador**. Salvador, Câmara Municipal do Salvador, 1953.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. A Associação Comercial da Bahia na Primeira República; um grupo de pressão. Salvador, **Dissertação de mestrado** apresentada a UFBA, 1973, (mimeogr.).

SANTOS, Mário Augusto da Silva. **O Comércio Português na Bahia, 1870-1930**. Centenário de Manoel Joaquim de Carvalho. Salvador, Irmão Paulo, 1977.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. **Os Caixeiros da Bahia: Seu Papel Conservador na Primeira República**. Salvador, UFBA, 1974, (mimeogr.).

SAMPAIO, José Luis Pamponet. *Evolução de Uma Empresa no Contexto da Industrialização Brasileira: A Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973*. **Dissertação de mestrado** apresentada à UFBA, Salvador, 1975.

SENEX (Pseudônimo de Francisco da Silva Lima). *A Bahia Há 66 Anos, Reminiscências de um Contemporâneo*. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, 1909.

**SEPLANTEC/Ba.** Fundação CPE. *A Economia Baiana de 1850 a 1930: algumas questões. Contribuição técnica à 33. Reunião anual da SBPC, Salvador, 1981.*

**SEPLANTEC/Ba.** Fundação CPE. *A Inserção da Bahia na Evolução Nacional, 1.<sup>a</sup> Etapa: 1850/1889*. Vol. 1: *A Bahia no Século XIX*, 1978.

**SEPLANTEC/Ba.** — Fundação CPE. Vol. 2: *Atividades Produtivas*, 1978.

**SEPLANTEC/Ba.** — Fundação CPE. Vol. 3: *Comércio*, 1979.

SERRÃO, Joel — *A Emigração Portuguesa Para o Brasil na segunda Metade do Século XIX*. In: **Jahrbuch Fur Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gessellschaft, Latinamerikas. Band 13**, Sonderdruck, Bohlan, Verlag, Loin Wien, 1976.

SERRÃO, Joel. **A Emigração Portuguesa**. Sondagem Histórica. 3. edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

SERRÃO, Joel. **Fontes de Demografia Portuguesa, 1800-1862**. Lisboa. Livros Horizonte, 1972.

SIDERI, Sandro. **Comércio e Poder: colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas**. Tradução de Antônio Pedro Lopes Vieira. Lisboa, Edições Cosmos, 1978.

SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

SMITH, David Grant. *The Mercantile Class of Portugal and Brazil in the Seventeenth Century: a socioeconomic study 'of the merchants*

of Lisboa and Bahia. **Tese** apresentada à Universidade do Texas em Austin, 1975.

SOARES, Sebastião Ferreira. **Esboços ou Primeiros Traços da Crise Commercial do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864**. Rio de Janeiro, Editora Laemmert, 1865.

SPIX e MARTIUS. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. 3.<sup>a</sup> edição. São Paulo Melhoramentos; Brasília, INL, 1975, 3 vols.

STEIN, Stanley J.. **The Brazilian Cotton Manufacture: textile enter-prise in an underdeveloped área, 1850-1950**. Cambridge, Harvard Univ. Press, 1975.

SWEEZY, Paul M.; DOBB, Maurice; TAKAHASHI, K.; RODNEY, H.; HILL, C; LEFEBVRE, G.; PROCACCI, G.; HOBBSAWN, E.; MERRINGTON, J.. **A Transição do Feudalismo Para o Capitalismo**. Tradução de Isabel Didonnet. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

SWEEZY, Paul M.. **Capitalismo Moderno**. Trad. e notas de José Fernandes Dias. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1974.

TELLES, Moreira. **A Emigração Portuguesa para o Brasil**. Lisboa, Livraria Ventura Abrantes, 1913.

VERGER, Pierre. **Flux et Reflux de la Traite des Nègres entre le Golfe de Benin et de Bahia de Todos os Santos du XVII au XIX ème. Siecle**. Paris, Le Haye, Mouton, 1968.

VERGER, Pierre. **O Fumo da Bahia e o Tráfico dos Escravos do Golfo de Benis**. Salvador, UPBa-CEAO, 1966.

VERSIANI, Flavio R. e Maria Tereza R. O. **A Industrialização Brasileira antes de 1930 — uma contribuição**. In: Formação

Econômica do Brasil, a Experiência da Industrialização. Série ANPEC, Saraiva, 1977.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no Século XVIII** (Recompilação de notícias soteropolitanas e brasílicas). Salvador, Editora Itapuã, 1969, 3 vols.

VIVEIROS, Jerônimo. **História do Comércio do Maranhão, 1612-1895**. São Luiz, 1954, 2 vols.

WESTPHALLEN, BACH & KROHN. **Centenário, 1828-1928. Bahia** S.c.p., 1928.

WETHWRELL, James. **Brasil. Apontamentos sobre a Bahia, 1842-1857**. Apresentação e tradução de Miguel P. do Rio Branco, Salvador, Edição do Banco da Bahia, s/d, 1972.

WILDBERGER, Arnold. **Notícia Histórica de Wildberger & Cia., 1829-1942**. Bahia, Tip. Beneditina, 1942.

## DEPOIMENTOS ORAIS

- BAHIA. Eduardo Joaquim de Carvalho Filho
- BAHIA. Elza Conde Risério
- BAHIA. Guiomar de Carvalho Dâmaso
- BAHIA. Regina Conde Gavazzi

## **ANEXOS**

**1. MODELO DE FICHA DE COLETA DE DADOS  
DE TESTAMENTOS**

<u>TESTAMENTO — LIVRE</u>	<u>ANO:</u>	<u>N.º</u>
DATA FAL. ANO .....	MÊS .....	DIA .....
DATA APR. ANO .....	MÊS .....	DIA .....
ASS. TESTADOR (SE NÃO ASSINA, DAR RAZÕES SE EXISTEM) .....		
.....		
ESCRIVÃO .....		N.º FOLHAS TEST.....
TIPO DE TESTAMENTO (CERRADO OU MÍSTICO, NÃO COMUM, PÚBLICO, PARTICULAR)		
NOME .....		
PRENOMES .....	PROFISSÃO .....	
.....		
MERCÊS E TÍTULOS .....		
.....		
.....		
NATURAL DE PAÍS .....	CIDADE .....	ARCEBIPADO .....
.....		
FREGUESIA .....		
FREGUESIA BAT. ....		
RES. ATUAL .....		
FILIAÇÃO: DESCONHECIDA — IDADE COM QUE CHEGOU .....		
NATURAL: NOME DO PAI .....		
COND. SOCIAL .....		
NOME DA MÃE .....		
COND. SOCIAL .....		
LEGÍTIMA: NOME DO PAI .....		
COND. SOCIAL .....		
NOME DA MÃE .....		
COND. SOCIAL .....		
LEGITIMADA: NOME DO PAI .....		
COND. SOCIAL .....		
NOME DA MÃE .....		
COND. SOCIAL .....		
ESTADO CIVIL .....		
REGIME MATRIMONIAL .....		
IDADE .....		
RELIGIÃO .....		

NOME DO(S) CONJUGUE(S): (1) ..... ORIGEM .....  
 FILIAÇÃO .....  
 (2) ..... ORIGEM .....  
 FILIAÇÃO .....  
 (3) ..... ORIGEM .....  
 FILIAÇÃO .....  
 NOME DO AMASIO(A) ..... ORIGEM .....  
 COR E COND. SOCIAL .....  
 N.º DE FILHOS: TOTAL: ..... SM ..... SF .....  
 DESTES, FALECIDOS: SEXO MASCULINO ..... (L) ..... (LG) ..... (N)  
 IDADES ..... (1.º CAS) ..... (2.º CAS) .....  
 E ..... (L)  
 COR ..... (1.º CAS) ..... (2.º CAS) .....  
 ..... (LG)  
 ..... (N)  
 COM DESC ..... (L) ..... (LG) ..... (N)  
 SEM DESC ..... (L) ..... (LG) ..... (N)  
 SEXO FEMININO ..... (L) ..... (LG) ..... (N)  
 IDADES ..... (1.º CAS) ..... (2.º CAS) ..... (L)  
 E ..... (1.º CAS) ..... (2.º CAS) ..... (LG)  
 COR ..... (N)  
 COM DESC ..... (L) ..... (LG) ..... (N)  
 SEM DESC ..... (L) ..... (LG) ..... (N)  
 F. SOBREVIVENTES: SEXO MASCULINO ..... (L) ..... (LG) ..... (N)  
 IDADES E COR ..... (1.º CAS) .....  
 (2.º CAS) ..... (L)  
 ..... (1.º CAS) .....  
 (2.º CAS) ..... (LG)  
 ..... (N)  
 CASADOS ..... (L) ..... (LG) ..... (N)  
 SEXO FEMININO ..... (L) ..... (LG) ..... (N)  
 IDADES ..... (1.º CAS) ..... (2.º CAS) .....  
 E ..... (L)  
 COR ..... (1.º CAS) ..... (2.º CAS) .....  
 ..... (1.º CAS) ..... (2.º CAS) .....  
 ..... (LG)  
 ..... (N)  
 CASADOS: ..... (L) ..... (LG)  
 ..... (N)  
 OUTROS HERDEIROS — PAIS ..... IRMÃOS .....  
 SOBRINHOS ..... PRIMOS .....  
 AFILHADOS ..... AMIGOS .....  
 TESTAMENTEIROS: NOME:  
 1) ..... GRAU PARENTESCO .....  
 2) ..... » ..... » .....  
 3) ..... » ..... » .....

TESTAMENTO (FOL. 2)

INVOCAÇÕES INICIAIS:

SANTOS INVOCADOS:

RAZÕES DO TESTAMENTO:

IRMANDADES A QUE PERTENCE:

MISSAS:

ESMOLAS

MODO DE SEPULTAMENTO

LUGAR DA SEPULTURA

TESTAMENTO (FOL. 3)

HERANÇA: BENS IMOBILIÁRIOS URBANOS:

BENS IMOBILIÁRIOS RURAIS:

DINHEIRO LÍQUIDO:

DÍVIDAS DO ATIVO:

AÇÕES E APÓLICES:

MÓVEIS:

JÓIAS:

**2. MODELO DE FICHA DE COLETA DOS DADOS  
DAS HABILITAÇÕES:**

DATA:
NOME:
IDADE:
EST. CIVIL:
NATURALIDADE:
PAÍS:
VINDO DE:
PROFISSÃO:
ALFABETIZADO:
OBS.:

## TÍTULOS DA COLEÇÃO NORDESTINA

- 1. Joaquim Nabuco: abolição e a república**  
Manuel Correia de Andrade  
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE
- 2. A ciência e os sistemas**  
Pedro Américo  
Editora da Universidade Federal da Paraíba/EDUFPB
- 3. A Escrita da História na Casa de Sergipe – 1913/ 1999**  
Itamar Freitas (org.)  
Editora da Universidade Federal de Sergipe/EDUFS
- 4. Flor de romances trágicos**  
Luis da Câmara Cascudo  
Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/  
EDUFRN
- 5. História da minha infância**  
Gilberto Amado  
Editora da Universidade Federal de Sergipe/EDUFS
- 6. Cancioneiro Geral**  
Martins Napoleão  
Editora da Universidade Federal do Piauí/EDUFPI
- 7. Cartas Literárias**  
Adolfo Caminha  
Editora da Universidade Federal do Ceará/EDUFC
- 8. Imagens de um Tempo em movimento - Cinema e Cultura na Bahia nos anos JK (1956-1961)**  
Maria do Socorro Silva Carvalho  
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA

- 9. Canais e Lagoas**  
Octávio Brandão  
Editora da Universidade Federal da Alagoas/EDUFAL
- 10. Cordéis**  
Patativa do Assaré  
Editora da Universidade Federal do Ceará/EDUFC
- 11. Frei Caneca: acusação e defesa**  
Socorro Ferraz (org.)  
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE
- 12. Zé Limeira: o poeta do absurdo**  
Orlando Tejo  
Editora da Universidade Federal da Paraíba/EDUFPB
- 13. Um código setencista inédito de Gregório de Matos**  
Fernando da Rocha Peres e Sílvia la Regina (orgs.)  
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
- 14. Os Índios Tupi-Guarani na Pré-História, suas invasões do Brasil e o Paraguai, seu destino após descobrimento**  
Moacyr Soares Pereira  
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
- 15. A Ciência e os Sistemas: Questões de História e Filosofia Natural**  
Pedro Américo  
Editora da Universidade Federal da Paraíba/EDUFPB
- 16. Macau**  
Aurélio Pinheiro  
Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/  
EDUFRN

**17. Os Portugueses no Brasil – Estudo Histórico e Crítico  
(séc. XVI ao séc. XIX)**

Felisberto Freire

Editora da Universidade Federal de Sergipe/EDUFS

**18. Cancioneiro Geral Vol. 2**

Martins Napoleão

Editora da Universidade Federal do Piauí/EDUFPI

**19. O conto em 25 baianos**

Cyro de Mattos (org.)

Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz- EDITUS/  
UESC

**20. Antecipações**

Gilberto Freyre

Editora da Universidade Estadual de Pernambuco/EDUPE

**21. Naufrágio e prosopopéia**

Afonso Luiz Piloto e Bento Teixeira

Universidade Federal de Pernambuco

Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE

**22. Horto**

Auta de Souza

Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/  
EDUFRN

**23. Apontamentos Folclóricos**

Frederico Edelweiss

Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA

**24. Maceió de outrora (org. e apresentação de Raquel  
Rocha)**

Felix Lima Júnior

Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL

- 25. José Lins do Rego: modernismo e regionalismo**  
José Aderaldo Castelo  
Editora da Universidade Federal da Paraíba/EDUFPB
- 26. Delírio da Solidão**  
Jader de Carvalho  
Editora da Universidade Federal do Ceará/EDUFC
- 27. O catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social**  
Thales de Azevedo  
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
- 28. Contos**  
Adolfo Caminha  
Editora da Universidade Federal do Ceará/EDUFC
- 29. O bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**  
Manoel Diegues Júnior  
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
- 30. Nossa Senhora dos Guararapes**  
Bernardino Freire de F. A. e Castro  
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE
- 31. História do Modernismo em Alagoas**  
Moacir Medeiros de Sant'ana  
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
- 32. Economia pernambucana no século XVII**  
Manoel Correia de Andrade  
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE

- 33. O Príncipe de Joinville na Bahia, na Ilha de Santa Helena e no Golfo da Guiné**  
Waldir Freitas Oliveira  
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
- 34. Dias e noites**  
Tobias Barreto (org. Luiz Antonio Barreto)  
Editora da Universidade Federal de Sergipe/EDUFS
- 35. Aves de arribação**  
Antonio Sales  
Editora da Universidade Federal do Ceará/EDUFC
- 36. Memórias: antes que me esqueça**  
José Américo de Almeida  
Editora da Universidade Federal da Paraíba/EDUFPB
- 37. Termos tupi na geografia de Sergipe**  
Armino Guarani  
Editora da Universidade Federal de Sergipe/EDUFS
- 38. Antologia panorâmica do conto baiano – século XX**  
Gerana Damulakis (org.)  
Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC /  
EDITUS
- 39. Como melhorar a escravidão**  
Henry Koster (trad. Prefácio e notas: Nelson Patriota – estudo  
introdutório Manuela Carneiro da Cunha)  
Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/  
EDUFRN
- 40. Naufrágio e prosopopéia**  
Afonso Luiz Piloto e Bento Teixeira  
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE

- 41. Acusação e Defesa**  
Frei Caneca  
Editora da Universidade de Pernambuco/EDUFPE
- 42. O Catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social**  
Thales de Azevedo  
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
- 43. O Engenho de Açúcar no Nordeste**  
Manuel Diegues Júnior  
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
- 44. O Brasil, o Poder e o Povo**  
Miguel Arraes de Alencar  
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE
- 45. Ação da Bahia na obra da independência nacional**  
Braz do Amaral  
Editora da Universidade do Estado da Bahia/EDUNEB  
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
- 46. Reizado Alagoano**  
Théo Brandão  
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
- 47. Gestos e Vozes de Pernambuco**  
Luiz Delgado  
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE
- 48. A literatura de cordel no nordeste do Brasil: da história escrita ao relato oral**  
Julie Cavnac  
Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

- 49. Os Cinemas da Bahia 1897-1918**  
Silo Boccanera Júnior  
Editora da Universidade do Estado da Bahia/EDUNEB  
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
- 50. A mestiçagem no Brasil**  
Arthur Ramos  
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
- 51. Cachaça: contos**  
Francisco Julião  
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE
- 52. Utopia Armada**  
Dirceu Lindoso  
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
- 53. O Theatro na Bahia da Colônia à República (1800-19230)**  
Sílio Boccanera Júnior  
Editora da Universidade do Estado da Bahia/EDUNEB  
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
- 54. Paremiologia Nordestina – 2ª. Edição Ampliada**  
Fontes Ibiapina  
Editora da Universidade Federal do Piauí/EDUFPI
- 55. Nelson Chaves - O homem além do tempo: A palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente.**  
Maria Christina de Almeida Costa e Eunice Salzano Lago.  
(Org.)  
Editora da Universidade de Pernambuco/EDUFPE.
- 56. Resistência Indígena no Piauí Colonial: 1718-1774 – 2ª. Edição**  
João Renor F. de Carvalho  
Editora da Universidade Federal do Piauí/EDUFPI

- 57. A Língua do Nordeste – 4ª. Edição**  
Mário Marroquim  
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
- 57. Gestos e Vozes de Pernambuco**  
Luiz Delgado  
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE.
- 58. A Pré – Revolução Brasileira.**  
Celso Furtado  
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE.
- 59. Casa e Balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)**  
Mario Augusto da Silva Santos.  
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
- 60. Costumes Africanos no Brasil**  
Manuel Querino  
Editora da Universidade do Estado da Bahia/EDUNEB
- 61. A Testemunha na História e no Direito**  
Jayme de Altavila  
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
- 62. Poemário de Cordéis v.1**  
Pedro Nonato Costa  
Editora da Universidade Federal do Piauí / EDUFPI
- 63. Matas do Sertão de Baixo**  
Isaías Alves  
Editora da Universidade do Estado da Bahia/EDUNEB
- 64. O Sertão**  
Carlota Freitas  
Editora da Universidade Federal do Piauí / EDUFPI

- 65. Arquitetura colonial baiana: alguns aspectos de sua história**  
Robert C. Smith  
Editora da Universidade Federal da Bahia / EDUFBA
- 66. Folclore Negro das Alagoas**  
Abelardo Duarte  
Editora da Universidade Federal de Alagoas / EDUFAL
- 67. Universidade e democracia**  
Luis de Magalhães Melo  
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE.
- 68. Artigos e Crônicas de Edgar Barbosa. Volume I - (1927-1938)**  
Organização, seleção, apresentação e notas de Nelson Patriota  
Editora da UFRN – EDUFRN
- 69. Contos Reunidos**  
Aramis Ribeiro Costa  
EDITUS (Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz)
- 70. Portugueses na Bahia na segunda metade do séc. XIX: emigração e comércio**  
Tania Risério d'Almeida Gandon  
EDUNEB - Editora da Universidade do Estado da Bahia
- 71. Plínio de Almeida: obra reunida**  
Flávio J. Simões Costa (Org.)  
EDITUS - Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz

## **Tania Risério d'Almeida Gandon**

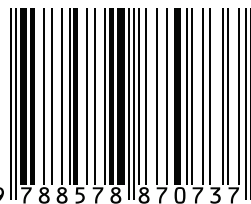
Graduada em História pela Universidade Federal da Bahia (1977), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1983), doutorado em História pela Université de Provence (1993) , pós-doutorado pela Université Pierre Mendès France de Grenoble (2006). Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana de 1986 a 2008, continua ligada ao mestrado do departamento de História da UEFS. Professora na Université de Provence (2009/semestre). Pesquisadora visitante no LARHRA da Universidade Pierre Mendès-France de Grenoble (2010/trimestre)

Formato: 150 x 220 mm  
Fonte: GaramdITC BKcNBT, 12  
Miolo: papel Pólen soft, 80gr/m<sup>2</sup>  
Capa: papel supremo, 250gr/m<sup>2</sup>  
Páginas: 210  
Tiragem: 500  
Impressão: EGBA

Qual o espaço ocupado pelos portugueses na vida econômica da Bahia após a quebra do pacto colonial? Teriam eles continuado a controlar a praça comercial da capital baiana numa fase de transição entre o sistema escravista e um novo modo de produção? Apesar da concorrência externa e interna, que fatores permitiram que eles conservassem o prestígio que lhes é atribuído pela historiografia tradicional?

Baseado em vasta documentação de arquivos brasileiros e portugueses este estudo procura responder a questões como estas, esboçando ao mesmo tempo algumas características da comunidade portuguesa em Salvador na segunda metade do século XIX. Imigração e comércio são temas relacionados entre si na história deste grupo organizado corporativamente e ao mesmo tempo flexível nas suas estratégias de integração à sociedade brasileira.

ISBN: 978-85-7887-073-7



9 788578 870737